



SILVIO LUIZ CARDOSO PINTO

**A QUESTÃO DAS ESTÂNCIAS CLIMÁTICAS NO
ESTADO DE SÃO PAULO:
MORUNGABA COMO ESTUDO DE CASO.**

CAMPINAS

2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO**

SILVIO LUIZ CARDOSO PINTO

**A QUESTÃO DAS ESTÂNCIAS CLIMÁTICAS NO
ESTADO DE SÃO PAULO.
MORUNGABA COMO ESTUDO DE CASO.**

Orientador: Prof. Dr. Lauro Luiz Francisco Filho

Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp para obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO SILVIO LUIZ CARDOSO PINTO
E ORIENTADO PELO PROF. DR. LAURO LUIZ FRANCISCO FILHO

Assinatura do Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

P658q Pinto, Silvio Luiz Cardoso, 1963-
A questão das estâncias climáticas no Estado de São Paulo : Morungaba como estudo de caso / Silvio Luiz Cardoso Pinto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Lauro Luiz Francisco Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento urbano - Fatores climáticos. 3. Climatologia urbana. I. Francisco Filho, Lauro Luiz, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The question of climate resort's in the State of São Paulo : Morungaba as a case study

Palavras-chave em inglês:

Urban planning

Urban planning - Climatic factors

Urban climatology

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Lauro Luiz Francisco Filho [Orientador]

Edison Fávero

Maria Augusta Justi Pisani

Data de defesa: 08-05-2014

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO**

**A QUESTÃO DAS ESTÂNCIAS CLIMÁTICAS NO ESTADO DE SÃO
PAULO: MORUNGABA COMO ESTUDO DE CASO**

SILVIO LUIZ CARDOSO PINTO

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:



**Prof. Dr. Lauro Luiz Francisco Filho
Presidente e Orientador/ Universidade Estadual de Campinas**



**Prof. Dr. Edison Fávero
Universidade Estadual de Campinas**



**Profa. Dra. Maria Augusta Justi Pisani
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

Campinas, 08 de maio de 2014.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

**A questão das Estâncias climáticas no Estado de São Paulo:
Morungaba como estudo de caso.**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Silvio Luiz Cardoso Pinto

Este trabalho aborda a formação das primeiras Estâncias no Estado de São Paulo, e os fatores que inicialmente determinaram a escolha de um município como Estância. As condições sociais que precederam a necessidade, por parte do Governo do Estado, de eleger determinados municípios, a fim de torná-los Estâncias Sanitárias (primeira forma de distinção). Serão abordados aspectos históricos, sociais, condições sanitárias bem como fatores econômicos, e como estes vetores influenciaram o desenvolvimento do conceito “Estância”. A evolução dos critérios e formas de classificação. O cenário climático presente no Estado de São Paulo, e sua condição de transição dentro do panorama nacional será discutido, buscando entender como sua relevância e distinção pode ser questionada, enquanto fator determinante na classificação do município. Outros fatores que relacionam o desenvolvimento da indústria do turismo com o desenvolvimento municipal serão analisados de forma criteriosa. O Plano Diretor proposto por Ruy Ohtake a administração pública morungabense será apresentado e discutido dentro do contexto da evolução urbana do município, que ainda hoje, enfrenta dificuldades para se definir entre industrial e turístico.

Palavras Chave: Planejamento Urbano, Estâncias, Estância Climática.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

**The question of climate resort's in the State of São Paulo:
Morungaba as a case study.**

ABSTRACT

Master's Thesis

Silvio Luiz Cardoso Pinto

This paper addresses the formation of the first resorts in the state of São Paulo, and the factors that initially led to the choice of a municipality as Estancia. The social conditions that preceded the need for the State Government, to elect certain municipalities in order to make them Resorts Sanitary (first form of distinction). Historic social aspects, health conditions and economic factors, and how these vectors influenced the development of the concept "Stanza" will be addressed. The development of criteria and forms of classification. The present climate scenario in the State of São Paulo, and its transition condition within the national scene will be discussed, seeking to understand how its relevance and distinction may be questioned, as the determining factor in the rating of the municipality. Other factors relate to the development of the tourism industry to municipal development will be carefully analyzed. The Master Plan proposed by Ruy Ohtake morungabense the public administration will be analyzed and discussed within the context of urban evolution of the city, which still faces difficulties in defining between industrial and tourism.

Key Words: Urban Planning, Resorts, Climate stay.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
1.1	JUSTIFICATIVA	05
1.2	OBJETIVOS	06
1.2.1	Objetivo Geral	06
1.2.2	Objetivos Específicos	06
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	07
3	METODOLOGIA	07
4	ANÁLISE DE DADOS	07
4.1	Condições predecessoras	07
4.1.1	Da escravidão	07
4.1.2	Da industrialização	12
4.1.3	Da imigração	14
4.1.4	Da economia	16
4.1.5	Da saúde	18
4.1.6	Das questões sanitárias	23
4.1.7	Origens do conceito estância	28
4.2	DO CLIMA	31
4.3	DO TURISMO	44
4.4	MORUNGABA	60
4.4.1	Aspectos históricos	62
4.4.2	Ruy Ohtake em Morungaba	68
4.4.3	Observações sobre a proposta de Ruy Ohtake	72
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	77
5.1	Contribuição da abolição da escravatura na formação das primeiras Estâncias	77
5.2	Contribuição da Industrialização na formação das primeiras Estâncias	77
5.3	Contribuição da imigração na formação das primeiras Estâncias	78
5.4	Contribuição da economia na formação das primeiras Estâncias	78
5.5	Contribuição da saúde na formação das primeiras Estâncias	79
5.6	Contribuição das questões sanitárias na formação das primeiras Estâncias	79
5.7	Considerações sobre o clima	80
6	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS	85

*À Liliana,
Luís Filipe e Luís André,
razões especiais da minha existência.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais por todo amor, carinho e dedicação.

Ao Avô Américo e à Avó Ínice pelo conjunto da magnífica Obra.

Aos meus irmãos, Renato, Claudia e Silvia, capazes de na infância, suportar meu gênio
insuportável.

Aos tios Izabel e Antônio e aos primos Magali e Abel, pelo carinho imenso e o amor
infinito.

Aos meus sogros Neide e Carlito pela grandeza de ambos...
que nem sei como agradecer....

Agradeço também aos professores que ao longo da jornada conseguiram incutir na
minha cabeça dura, a importância e a beleza do aprendizado, e neste particular, em
especial ao Prof. Dr. Lauro Luiz Francisco Filho que foi capaz de me resgatar sempre
que isto me parecia impossível.

Ao amigo e Professor Dr. Edison Fávero companheiro de um bom humor sem igual, que
nunca deixou de me instruir e incentivar.

A Prof.^a Dr.^a Alessandra Prata Shimomura pelo apoio na reta final

Com carinho ao tio Armando Maiolino.

*Durante todo dia, penso; à noite, digo:
De onde vim, o que vim fazer aqui?
Não tenho a menor idéia.
A minha alma veio de outro lugar, tenho certeza,
E é para lá que pretendo voltar*

Rumi

Lista de Figuras

Figura 01 - Cópia eletrônica do Decreto 160 – de 24 de abril de 1891.....	62
Figura 02 - Cópia eletrônica da Lei nº 1.653 – Diário Oficial de 24/10/1919	63
Figura 03 - Região Administrativa de Jundiaí até 2.012	65
Figura 04 - Morungaba – Rota de acesso	67
Figura 05 - Evolução das populações de Itatiba e Amparo	69
Figura 06 - Zoneamento proposto por Ruy Ohtake para Morungaba (1968)	73
Figura 07 - Perspectiva da Implantação do Parque Municipal em Morungaba .	74
Figura 08 - Perspectiva das Obras de Arte para Morungaba – Ohtake, 1968	75

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Imigrantes por período e destino	14
Tabela 02 - Imigração no Brasil por nacionalidade – Períodos decenais	15
Tabela 03 - Análise do Decreto 233 de 02 de março de 1894	27
Tabela 04 - Análise dos artigos por tipo de Habitação	27

Lista de Mapas

Mapa 01 - Distribuição das Estâncias no Estado de São Paulo	01
Mapa 02 - Mapa do clima no Brasil segundo o IBGE	33
Mapa 03 - Classificação Climática para o Brasil segundo Köppen	34
Mapa 04 - Classificação Climática para o Brasil segundo Thornthwaite	35
Mapa 05 - Classificação Climática para São Paulo proposta por Köppen	36
Mapa 06 - Pluviosidade total anual para o Estado de São Paulo	37
Mapa 07 - Temperaturas médias anuais para o Estado de São Paulo	38
Mapa 08 - Umidade relativa anual em São Paulo	39
Mapa 09 - Ocorrência de geada no Estado de São Paulo	40
Mapa 10 - Classificação climática pela efetividade da precipitação em SP	41
Mapa 11 - Morungaba – Divisas do município	60

Lista de Quadros

Quadro 01 - Significado dos Símbolos da Classificação de Köppen	36
Quadro 02 - Dados geográficos Estâncias Climáticas em São Paulo	42
Quadro 03 - Volume de Chuvas para as Estâncias Paulistas	42
Quadro 04 - Temperaturas Máximas para as Estâncias Paulistas	43
Quadro 05 - Temperaturas Médias para as Estâncias Paulistas	43
Quadro 06 - Temperaturas Mínimas para as Estâncias Paulistas	44
Quadro 07 - Classificações do Turismo segundo o Ministério do Turismo	47

Lista de Fotografias

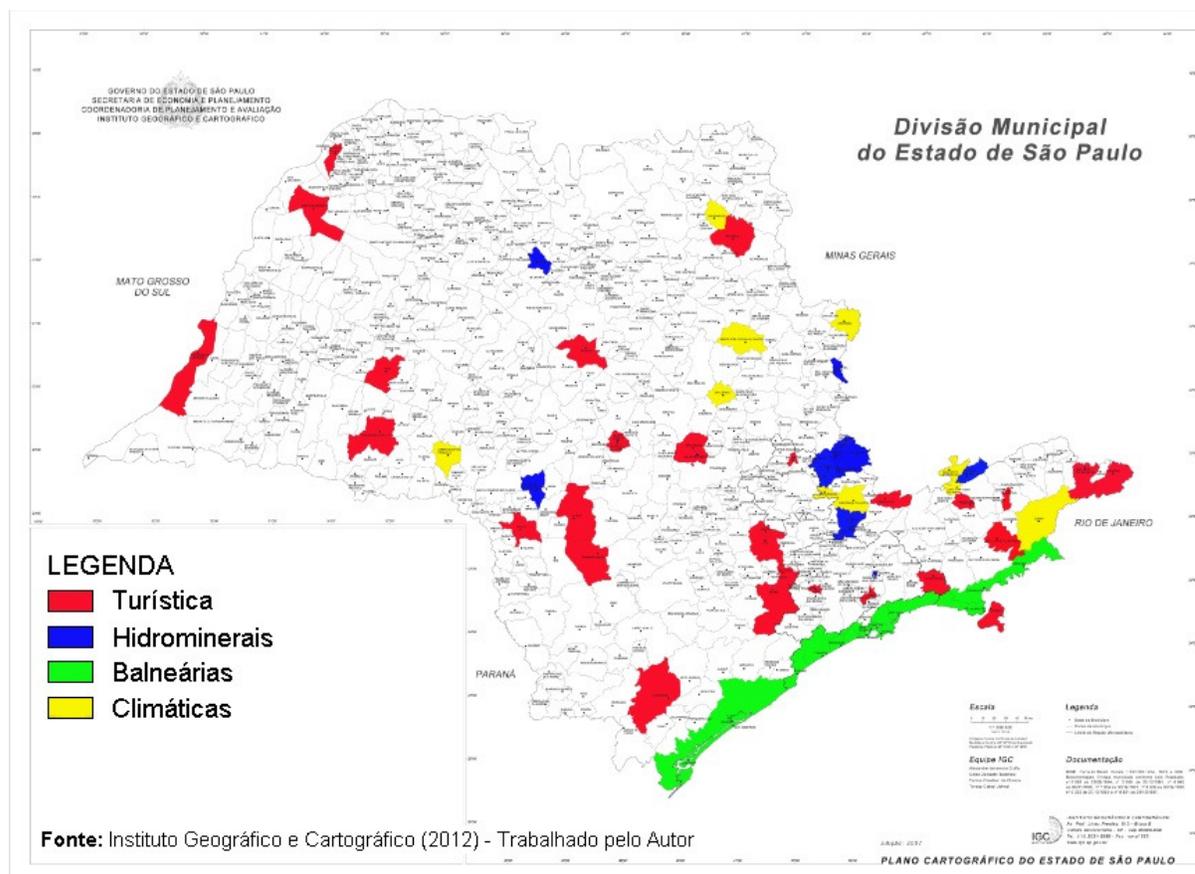
Fotografia 01 - Foto aérea sobre Morungaba – Julho de 1972	61
Fotografia 02 - Morungaba vista de um Balão em 1937	66
Fotografia 03 - Grupo Escolar Antonio R. da Silva e Capela Sto Antonio (1937)	67
Fotografia 04 - Morungaba foto aérea – Vista Norte – 1972	68
Fotografia 05 - Raia para disputa entre cavalos	71

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), o território nacional dispõe atualmente de 5.565 municípios, 645 no Estado de São Paulo, dos quais 67 são reconhecidos legalmente como “Estâncias”, muitas delas em função de seu patrimônio natural. (SÃO PAULO, 1971)

As Estâncias paulistas podem ser classificadas como hidrominerais, climáticas, balneárias ou turísticas e a elevação acontece após análise de documentação comprobatória, que ratifique as características que diferenciam o município eleito, tudo em conformidade com a legislação pertinente. (SÃO PAULO, 1972)

MAPA 01 – Distribuição das Estâncias no Estado de São Paulo



A “elevação” garante ao Município eleito, acesso a recursos diferenciados

ofertados pelo Governo do Estado, através de seu Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE, que devem ser aplicados no fomento da infraestrutura turística, conforme previsto na Lei 7.862 de 01 de junho de 1.992:

Artigo 6º - A transferência dos recursos será formalizada mediante convênios específicos, celebrados entre o Estado e os Municípios Estâncias, onde serão realizadas as obras e serviços de comprovado interesse turístico. (SÃO PAULO; 1992)

O acentuado crescimento da população urbana no estado, incrementado pelo aquecimento da economia nos últimos anos, tem provocado a expansão e aglomeração desordenadas em considerável parcela dos municípios, gerando desequilíbrios que comprometem o desenvolvimento de suas potencialidades, sobretudo àqueles definidos como Estâncias.

Ao longo do tempo os recursos ofertados pelo Governo Estadual, não contemplam os desequilíbrios provocados por esta expansão, e não raro, a necessidade de investimentos em infraestrutura básica, suplanta o valor investido na infraestrutura turística propriamente dita.

Os gestores municipais têm questionado essa forma de injeção de recursos, que gera um descompasso entre o necessário e o possível, na medida em que podem caminhar na contramão dos anseios da população residente.

A Constituição Federal prevê a necessidade de planejamento urbano, atribuindo esta responsabilidade aos municípios, onde o controle do uso do solo, através de Leis de zoneamento que ordenem a ocupação adequada do território, deve ser precedido de um estudo aprofundado, que se materializa no Plano Diretor Municipal. (BRASIL, 1988, p 106)

Para municípios incluídos em regiões metropolitanas, ou com população superior a 20 mil habitantes, ou ainda, para aqueles classificados como Estâncias, houve a necessidade de elaboração ou revisão do Plano Diretor, junto às Câmaras Municipais até 2007. Vários outros instrumentos legais tratam do tema, e estimulam os gestores municipais a discutir o planejamento urbano com a participação popular, assegurando assim, o desenvolvimento participativo dos municípios, muito embora na prática, isto

ainda seja uma realidade distante na maioria das cidades brasileiras.

A elevação das primeiras localidades Paulistas à condição de Estância Sanitária (primeira forma de distinção) aconteceu como medida mitigadora aos efeitos devastadores de várias epidemias, especialmente a febre amarela e a tuberculose, que no final do século XIX início do século XX, impuseram pesadas perdas humanas em todo o território nacional. Realidade nas regiões portuárias brasileiras desde o século XVII, Teixeira (2001, p. 218) aponta a ocorrência de “[...] epidemias de febre amarela em Olinda e outras cidades do interior de Pernambuco[...]”, já em 1685. Segundo o autor a moléstia se alastrou pelas principais regiões litorâneas brasileiras começando pela Bahia, que fora acometida por uma grande epidemia. (TEIXEIRA, 2001, p. 218)

No Estado de São Paulo a febre amarela se manifestou a partir de 1850 quando a cidade de Santos apresentou constantes surtos da doença. Com o desenvolvimento do sistema de transportes, a moléstia foi capaz de transpor a Serra do Mar, e a partir de 1889 se alastrou pelo interior bandeirante. (TEIXEIRA, 2001, P. 219)

A capital paulista foi especialmente atingida pela febre amarela, como verificaremos no transcórpor deste trabalho, na medida em que vários foram os fluxos de (i)migrantes, que nela se estabeleceram, ou em suas circunvizinhanças, na busca de melhores condições de vida e trabalho.

O correspondente e necessário desenvolvimento urbano não acompanhou esta acelerada convergência populacional, facilitando o desenvolvimento das mais variadas moléstias e enfermidades. O caos urbano estabelecido no período teve sua origem no final do Regime Imperial, onde a instabilidade política impôs dificuldades de toda ordem às questões administrativas.

As primeiras Estâncias são criadas num universo de grande desigualdade social, potencializada pelo final da escravatura e a chegada dos imigrantes europeus em substituição aos primeiros nas lavouras de café. O desenvolvimento do parque industrial, aliado a expansão da malha e meios de transportes, mais que induzir o êxodo rural, acelera o processo.

A medicina incipiente no período se apequena frente aos manuais de medicina, muito comuns naquela época, que apresentam cada um a seu modo, causas e

metodologias de profilaxia e tratamento às epidemias. Várias foram as teorias e os postulados que explicam causa e efeito, dividindo a classe médica que testemunha a ação avassaladora das enfermidades que se multiplicam. Hospitais inapropriados e em reduzido número, são insuficientes ante a demanda e os primeiros Códigos Sanitários mostram-se tímidos nas ações relativas ao saneamento básico e ineficazes naquelas contra as moléstias. (TEIXEIRA, 2001, P. 223)

Ao se elevar um município à condição de “Estância Sanitária”, buscava-se criar um local novo, limpo, livre de doenças e capaz de restabelecer ou recuperar enfermos, negligenciando atenção as verdadeiras causas, além de representar uma forma velada de distinção social. Neste contexto um dos primeiros sanatórios instalados, acontece por iniciativa privada no município de Campos do Jordão, e os bons resultados obtidos, (melhoradas as condições de higiene, alimentação e bem estar), geram o senso comum de que a criação de Estâncias Sanitárias poderia ser uma solução eficaz no tratamento e combate às enfermidades.

A Lei 1.723 de 30 de dezembro de 1.919 legaliza a participação do Estado na efetiva criação das Estâncias na medida em que *“Providencia sobre a construção e instalação de um hotel para veranistas e sanatório para tuberculosos, nos Campos do Jordão”*. Desta forma estão criados dois vínculos que permanecem até os dias atuais: a relação entre turismo e saúde e a promoção das Estâncias através de incentivo financeiro ofertado pelo Governo do Estado. (SÃO PAULO, 1.919)

O reconhecimento do título acontece por força de Lei, após análise e aprovação da documentação que comprove as características físico-ambientais, que em tese, distinguem estes, dos demais municípios paulistas. Os recursos são disponibilizados pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado, através de convênios intermediados pelo DADE, e devem ser utilizados exclusivamente no desenvolvimento do turismo no município, em sobrepondo-se a qualquer outra necessidade, por maior que esta seja o que não é muito bem entendido por parcela significativa da população. (DADE, 2012)

A Câmara e o Senado Federal além, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através de Bancos de Dados Digitais, disponibilizam os marcos jurídicos e a documentação (a partir do Ato Adicional – 1834) que fundamenta este trabalho que

apesar de complementado com extensa revisão bibliográfica, fotos, mapas e gráficos, não pretende encerrar as discussões sobre o tema.

O primeiro dos quatro capítulos que estruturam esta dissertação relaciona os efeitos da abolição, o êxodo rural, o desenvolvimento do parque industrial e a ampliação da malha de transporte com a falta de planejamento do poder público, numa combinação que diminui a eficiência do sistema de saúde enquanto necessidade básica.

A forma como o clima atua e altera condições de conforto e bem estar no ambiente, é o tema do segundo capítulo.

No terceiro capítulo é debatido a indústria turística em São Paulo e a importância das Estâncias analisando sua infra-estrutura, seu desenvolvimento e implementação ao longo do tempo e a forma como é planejada/administrada atualmente, bem como o impacto que provoca no município eleito.

O quarto capítulo apresenta o Plano Urbanístico proposto por Ruy Ohtake para Morungaba, e procura analisar a evolução do município frente ao idealizado pelo renomado Arquiteto. É feita a comparação entre o Plano Diretor proposto por Ohtake com o atual, especialmente após a elevação de Morungaba à categoria de Estância.

Apresentar a Estância Climática de Morungaba como estudo de caso, permite entender como são pensados os investimentos anuais ofertados pelo Governo do Estado de São Paulo, através do DADE, especificamente no desenvolvimento do turismo municipal e sua relação com a infraestrutura urbana propriamente dita.

1.1. JUSTIFICATIVA:

Desde a criação das primeiras Estâncias o Governo do Estado de São Paulo vem subsidiando o desenvolvimento da indústria do turismo local, com a distribuição de recursos, sejam eles financeiros ou mesmo técnicos.

Dos atuais 67 municípios enquadrados nesta categoria, poucos reuniram ao longo de sua existência, condições para efetivamente se comportarem como Estâncias, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas também de promover o bem estar de sua população residente. Isto pode ser verificado pela

composição da participação financeira em cada um dos três setores: primário, secundário e terciário para cada município estância.

1.2. OBJETIVOS:

O objetivo principal deste trabalho é discutir e analisar os critérios de enquadramento para as Estâncias climáticas em São Paulo, que são definidos através de parâmetros específicos, relacionados com as condições climáticas do município e sua relação com a região.

1.2.1 Objetivo Geral:

Analisar quais parâmetros são usados na definição das Estâncias climáticas no Estado de São Paulo e sua eficácia como definidor de um ambiente diferenciado detentor de uma condição climática adequada a vida humana.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar os fatores que viabilizaram a criação das primeiras Estâncias no Estado de São Paulo;
- Caracterizar o clima como fator indutor para o estabelecimento das Estâncias climáticas no Estado de São Paulo;
- Analisar o desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo e sua relação com a condição de estância climática;
- Apresentar o Plano Diretor proposto por Ruy Ohtake em 1968, para o município de Morungaba.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

Foi realizado um amplo levantamento sobre a legislação estadual que versa sobre a questão da formação das primeiras Estâncias bem como a situação atual. Critérios legais serão apresentados ao longo do trabalho de forma a subsidiar o entendimento e as possíveis discussões sobre o tema

3. METODOLOGIA:

Um levantamento documental fundamenta este trabalho, subsidiando a conceituação de clima e a forma como atua no Estado de São Paulo. Sistemas de classificação climática serão empregados para catalogar o clima no Estado, e a coleta de dados climáticos junto ao CEPAGRI da UNICAMP viabilizará a comparação paramétrica entre as Estâncias. Os dados climáticos das dez Estâncias climáticas paulistas, relativos a Latitude, longitude, altitude, temperaturas máximas, médias e mínima e o volume de chuvas, serão analisados de forma a ratificar (ou não) a condição de equidade existente entre elas.

Disponibilizada na íntegra pelo autor, foi analisada a proposta do arquiteto Ruy Ohtake para Morungaba em 1968.

4. ANÁLISE DE DADOS:

4.1 – Condições predecessoras:

4.1.1 - Da escravidão: Quando foram superadas as questões da Independência, iniciaram-se em território brasileiro, as discussões sobre a abolição da escravatura, ocorrida sob forte pressão internacional, em 13 de maio de 1888. (BRASIL, 1888). Os debates colocaram de um lado os fazendeiros e produtores de café, e de outro, profissionais liberais, jornalistas, políticos e demais agentes não detentores dos meios de produção. A fragilizada monarquia não consegue, na oportunidade, encontrar os

mecanismos de governabilidade necessários, capazes de prover minimamente sua auto-sustentação. Ao longo do século XIX, a necessidade de resolver a questão servil, até então base da agricultura cafeeira, foi imperiosa e motivou naquela época, decisões tão definitivas que ainda hoje são percebidas.

A Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional) criou as Assembléias Legislativas Provinciais com a finalidade de propor, discutir e deliberar sobre assuntos interessantes às respectivas regiões, buscando manter a integridade da nação, as voltas com movimentos revoltosos por toda parte. (BRASIL, 1834)

Os conservadores buscavam estender a escravidão tanto quanto possível, e sob o manto da soberania nacional, opunham-se aos liberais, a quem taxavam de submissos à coação Inglesa.

Em 1845 o parlamento britânico aprovou a Bill Aberdeen, “duro golpe contra o comércio de escravos, que autorizava a Marinha Britânica a interceptar navios negreiros brasileiros submetendo suas tripulações a tribunais ingleses”. (MARTINS, 2012, p. 1).

Dependente do apoio Inglês D. Pedro II propôs ao Parlamento, por intermédio de Eusébio de Queiros (Ministro da Justiça), projeto de Lei que sancionada em 4 de setembro de 1850 sob nº 581, determina em seu artigo 3º:

São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro de que concorrerem para ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque sendo perseguida. (BRASIL, 1850, p. 1)

Acostumados a exaurir a mão de obra escrava, tida como “legítima e necessária”, fazendeiros e proprietários rurais colocaram-se na condição de “maiores prejudicados”. Além da iminente ruptura com o Imperador passaram a articular o tráfico interno, encontrando na declinante economia canavieira nordestina a mão de obra escrava tão necessária à expansão do café no centro sul.

A eficiente participação dos negros na guerra contra o Paraguai (1864-1870), em muito contribuiu para a vitória brasileira, além de indiretamente fortalecer o movimento

abolicionista. Após o fim da guerra, muitos negros foram chamados à antiga condição de escravos, e tamanha incoerência fez por aumentar ainda mais a tensão social.

Estabelecer uma transição serena entre o trabalho escravo e o assalariado, significava reduzir os impactos negativos nos campos econômico e social, além de melhorar a imagem do país no exterior. Norteada por este pensamento, em 28 de setembro de 1871 a Lei 2.040 (Lei do ventre livre) estabeleceu “[...] Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre [...]”. (BRASIL, 1871, p. 1).

A referida Lei previa indenização aos proprietários de escravos que tratassem dos “ingênuos” até a idade de 8 anos. Caso não fossem indenizados, os fazendeiros poderiam ser “ressarcidos” com a utilização dos serviços daqueles até a idade limite de 21 anos. (BRASIL, 1871, p. 1)

A escassez de recursos impossibilitou o cumprimento da obrigação contratada por parte do Governo Imperial. Os recém nascidos passaram a ser negligenciados pelos senhores, estabelecendo uma relação direta com o aumento da mortalidade infantil no período. Em 1883 Joaquim Nabuco buscando diferenciar o enfoque que se dava à abolição no país escreveu:

A guerra contra a escravidão foi, na Inglaterra, um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de político, senão no sentido em que se pode chamar política à moral social do Evangelho. O abolitionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade. (BOMBASSARO; PAVIANI, 2004, p. 78-79)

Em 25 de março 1884 o Ceará libertou seus escravos, “enquanto no sudeste os abolicionistas incentivaram a contratação de escravos no regime assalariado”. (BRASIL. Senado, 1888, p. 14).

Enquanto jornalistas, políticos e profissionais liberais promoviam campanhas a favor da abolição sem indenizações, ainda que concebessem a alforria condicionada à prestação de serviços, fugas em massa eram incentivadas por todo país.

Projeto do Deputado baiano Rui Barbosa, a Saraiva-Cotegipe - Lei dos Sexagenários - foi decretada sob número 3.270 em 28 de setembro de 1885, e definiu:

§ 10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de tres annos. (BRASIL, 1885, p. 4)

Além da concorrência dos imigrantes europeus, poucos escravos suplantavam esta idade, e os que conseguiam, em geral, não mais reuniam condições de se auto-sustentar. A indenização governamental prevista por esta Lei, em muitos casos também não aconteceu, levando muitos proprietários a buscar sua anulação.

Decorridos trinta e cinco anos da declaração de ilegalidade do tráfico negreiro e treze anos da promulgação da Lei do Ventre Livre, primeiro instrumento legal a promover efetivamente alguma forma de libertação, o conservadorismo do Poder Legislativo se mantém intransigente quanto à “*necessidade*” de extinção lenta e gradual da escravatura.

Nas discussões sobre a Lei Áurea, especialmente naquela ocorrida na Câmara dos Deputados em 07 de maio de 1888, o Sr Andrade Figueira, ilustra bem o caráter que se busca no processo de libertação:

Não considera, porém, única essa solução. Em 1871 apresentou-se um projecto de lei, cuja solução definitiva dependia do tempo: era a emancipação gradual. O fim era enganar os proprietários, enganar a expectativa publica e enganar a Nação. Foi combatida em nome da iniciativa individual, que figurava como mais honrosa no caracter brasileiro. (BRASIL.Câmara dos Deputados, 1888, P. 17)

A presença cada vez maior da mão de obra européia, melhor preparada para o trabalho assalariado, contribuiu para a redução do interesse pela mão de obra escrava. Os castigos corporais foram proibidos em 1886, através da Lei 3.310 de 15 de outubro, que revogou o artigo nº 60 do Código Criminal “[...] ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais legislação em vigor para outros quaisquer delinquentes [...]”. (BRASIL, 1886)

Na prática esta medida incentivou a participação na luta pela liberdade ofertada pelas cidades e as fugas passaram a ocorrer com maior frequência. A Europa intensificou o apoio ao fim da escravidão e o exército brasileiro reduziu sua participação na captura de fugitivos. Antonio Bento liderou muitas fugas do interior de São Paulo para o quilombo Jabaquara na cidade de Santos. (COSTA, 1999, p. 330)

A chegada dos foragidos à cidade de Santos aumentou a violência no município, denunciada na Câmara Geral, pelo deputado Andrade Figueira, em 09 de maio de 1888, durante os debates sobre a Lei Áurea.

Os escravos fugiram em massa, prejudicando não só os grandes interesses econômicos, mas também interesses de segurança pública: houve mortes, houve ferimentos, houve invasão de localidades, houve o terror derramado por todas as famílias, e aquela importante província durante muitos meses permaneceu no terror mais aflitivo. Felizmente os proprietários de São Paulo, compreenderam que, diante da inação da Força Pública, melhor seria capitularem perante a desordem, e deram liberdade aos escravos. (BRASIL. Câmara dos Deputados, 1.888, p. 24)

Em seu livro “As vítimas Algozes” Joaquim Manuel de Macedo também denunciou a cumplicidade de pequenos estabelecimentos comerciais, conhecidos como “Venda”, na recepção de bens furtados nas fazendas pelos quilombolas:

A "Venda" não dorme: às horas mortas da noite vêm os quilombolas, os escravos fugidos e acoutados nas florestas, trazer o tributo de suas depredações nas roças vizinhas ou distantes ao vendelhão que apura nelas segunda colheita do que não semeou, e, que tem, sempre de reserva, para os quilombolas, recursos de alimentação de que eles não podem prescindir, e também, não raras vezes, a pólvora e o chumbo para resistência caso de ataques aos quilombos. (MACEDO, 1869, p. 1)

Quando em maio de 1888 o governo Imperial finalmente se rendeu as pressões promulgando a Lei Áurea, os fazendeiros aderiram definitivamente ao movimento republicano, golpe derradeiro ao Império. (BRASIL, 1888)

Sem formação escolar ou profissão definida, para a maioria dos libertos a emancipação jurídica não alterou sua condição de dependência ou promoveu sua cidadania. As conseqüências negativas da abolição são tratadas no livro “Centenário de

Antonio Prado”, editado em 1942 onde Everardo Valim Pereira de Souza fez a seguinte análise:

[...] seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram "tentar a vida" nas cidades; tentame aquele que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crimes, enfermidades e morte prematura [...]. (SOUZA, 1942, p. 228)

A libertação dos escravos influenciou na regulamentação das primeiras relações de trabalho sob regime assalariado, criando a figura do “*criado*”. Segundo Margaret M. Bakos, a dispensa deste ficava vinculada a um aviso prévio de dez dias, exceção feita:

Enfermidade que prive o criado de fazer o serviço; Embriaguez; Recusa ou imperícia para o serviço; Negligência ou pouco asseio; Injúrias, calúnias ou qualquer ofensa criminosa feita ao patrão ou pessoa de sua família; Práticas imorais; Infidelidade; Ser causa de desordens na família, promovendo intrigas. (BAKOS, 2007, p. 99)

Àqueles doentes, que precisassem de tratamento ou internamento em instituições, quando a doença fosse longa, o artigo dezenove facultava ao empregador o direito de descontar do salário do criado, o valor correspondente aos danos e prejuízos que tenha causado. (BAKOS, 2007, 99)

4.1.2 - Da industrialização: A revolução comercial deu início às alterações no padrão econômico mundial, que se solidificou após a revolução industrial. Segundo Burns (1959, p. 685) “foram as alterações produzidas no comportamento humano, que provocaram o aumento exponencial da população mundial”.

O desenvolvimento da medicina contribuiu para este crescimento, a instalação de hospitais infantis, maternidades, e a obtenção de resultados muito positivos no tratamento de endemias como a varíola, o escorbuto e a cólera, colaboram para o aumento da expectativa de vida.

Não há dúvida que a maior parte das mudanças sociais importantes do século XIX e do começo do século XX se originaram das grandes

transformações econômicas desse período. Um dos mais palpáveis e também um dos mais decisivos desses fatos foi talvez, o enorme aumento da população. Entre a revolução francesa e a primeira guerra mundial a população de quase todos os países civilizados cresceu numa proporção sem precedentes. (BURNS, 1959, p. 685)

A produtividade no campo aumentou com a mecanização da agricultura, e com ela os lucros, reduzindo o consumo de mão de obra, o que tornou a vida no campo pouco atrativa, gerando um grande fluxo migratório em direção às cidades.

“A Itália, recém-unificada, sofria um longo período de guerras e conflitos. Por conta disso o povo italiano não vislumbrava naqueles últimos anos do século XIX nenhuma chance que levasse a uma melhoria das condições de vida. A miséria era quase total. As terras, por sua vez, estavam nas mãos de poucos proprietários, num sistema quase medieval”. (CAMARGO, 2001, p. 11).

A mudança da base econômica de agrícola para industrial capacitou as cidades a sustentar um grande número de pessoas, que alimentadas por um sistema de produção agrícola mais eficiente, tratadas com maior competência pela medicina, se tornaram capazes de dar suporte ao desenvolvimento de um sistema industrial que se iniciava.

O crescimento das cidades industriais acontece de forma rápida, desordenada, não planejada e tampouco a infra-estrutura mínima necessária o que, segundo Burns (1.959, p. 692), condiciona os novos moradores a aceitação de condições artificiais de vida, na medida em “[...] que as novas cidades industriais se desenvolveram tão rapidamente e de maneira tão desordenada que, durante certo tempo, as condições de habitação dos pobres foram abomináveis”.

Segundo Huberman (1983, p. 127) “[...] casas superlotadas, sujas e em mau estado, roupas esfarrapadas, e reclamações freqüentes sobre a comida insatisfatória, tanto na quantidade como na qualidade, caracterizam os lares pesquisados”.

Uma das precursoras no desenvolvimento do parque industrial, a indústria têxtil, não obstante ofertar um número significativo de vagas, impunha precárias condições de trabalho aos operários,

Além disso, muitas fábricas, particularmente as de tecidos, eram piores do que prisões. Tinham janelas pequenas que em geral se conservavam

fechadas a fim de manter a umidade necessária à manufatura do algodão. A atmosfera viciada, o calor sufocante, a falta de higiene, a par de horários intoleráveis, reduziam inúmeros operários a pobres criaturas macilentas e minadas pela tísica, arrastando bom número deles ao alcoolismo e ao crime. (BURNS, 1959, p. 692).

A obtenção do lucro era o objetivo maior dos proprietários de fábricas e para tanto a adoção de medidas inescrupulosas, como a substituição da mão de obra masculina, pela de mulheres e crianças, mais baratas e menos exigentes, era algo comum.

Crianças de menos de 16 anos trabalhavam em 96 das 129 famílias estudadas [...] Metade delas tinha menos de 12 anos. Trinta e quatro tinham 8 anos e menos, e doze tinham menos de cinco anos. (HUBERMAN, 1983, p. 127)

4.1.3 - Da imigração: A baixa qualidade de vida, atrelada a falta de oportunidades impeliu determinadas populações, em maior ou menor número, de vários países da Europa, a deixarem a terra natal em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Uma parcela significativa da população retirante se dirigiu ao Brasil e a Tabela 01 elaborada com dados obtidos junto a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo demonstra a proporção:

Tabela 01- Imigrantes por Período e Destino		
País de Destino	Período	Nº de Imigrantes
E.U.A	1820-1914	35.052.123
Canadá	1820-1914	5.625.147
Argentina	1854-1914	4.660.539
Brasil	1820-1914	3.354.829

Fonte: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo

Ainda segundo dados da Secretaria de Agricultura do total de imigrantes que se dirigiram para o Brasil, 1.696.156 se estabeleceram em São Paulo, muito em função da

cultura cafeeira. A Tabela 02 apresenta a chegada no Brasil por nacionalidade e indica que o maior contingente desembarca no período imediatamente após a abolição.

Tabela 02 - Imigração no Brasil por nacionalidade – Períodos decenais					
Nacionalidade	1884/1893	1894/1903	1904/1913	1914/1923	1924/1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	0	0	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e Turcos	96	7.124	45.803	20.400	24.491
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	4.586
Totais	883.668	852.110	1.006.617	503.981	7.223
Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro – IBGE, 2000 Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento – pg. 226					

As inspeções sanitárias eram realizadas tanto na partida como na chegada, ainda assim, pessoas enfermas, débeis, subnutridas e acometidas por outros problemas embarcavam, tornando-se potenciais vetores para a transmissão das mais variadas doenças.

“Apesar da rigorosa inspeção médica no Porto de Gênova, alguns doentes acabavam embarcando. Caso isso viesse a ocorrer, era muito fácil de se prever a tragédia: um portador de doença contagiosa, ao lado de dezenas de outras pessoas num ambiente que não era dos mais adequados, provocava o desenvolvimento de epidemias que se mostravam incontroláveis”.(CAMARGO, 2001, p. 11)

No livro *O Rio de Janeiro do meu tempo* Luiz Edmundo aborda o cenário da chegada da imigração:

[...] por vezes todo esse logradouro feio e imundo, (referindo-se ao cais do porto)...largando por onde passam um cheiro ativo e amorrinhado que fica entre o suor humano e do alho cozido [...]. (CAMARGO, 2001, p. 12)

Ao final do século XVIII o fortalecimento da campanha abolicionista, aumentou no

Brasil a demanda por mão de obra, sem se estabelecer um paralelo com a melhoria nas condições de vida do imigrante, já que em muitos casos o tratamento que lhes foi dispensado, assemelhava-se àquele dispensado ao escravo.

Constituídos em sua grande maioria por camponeses europeus arruinados, os imigrantes eram destinados às fazendas de café. Dentre eles contavam-se poucos artesãos, pequenos comerciantes e raramente algum industrial. Estes, no entanto, não seguiram para os cafezais, preferindo a vida nas cidades. (CAMARGO, 2001, p. 13)

4.1.4 - Da Economia: A abolição da escravatura foi impactante especialmente na economia nacional

A libertação de 800.000 escravos em 1888 aniquilou fortunas rurais, provocou escassez de alimentos pela perda de colheitas, gerou inflação, mas conduziu à primeira onda de industrialização. O Brasil, república com 11 anos de idade, iniciou o século XX com PIB de US\$ 6,4 bilhões e renda per capita de US\$ 369,00. A expectativa de vida era de 33 anos. O PIB mundial totalizava US\$ 1,8 trilhão e a renda per capita mundial se fixava em US\$ 1.200,00. O País retomou o crescimento a partir de 1910, impulsionado pela expansão dos negócios com o café. O Brasil tinha 8 de cada 10 pés de cafés plantados no mundo. (FREITAS, 2012)

Para um país colônia por mais de trezentos anos, a independência não significou alívio financeiro. Faltavam recursos financeiros para investimento em quase todas as áreas. Muitas foram as alternativas “legais” criadas para geração de receitas extraordinárias. Em 24 de março de 1835 sob nº 11, foi decretada a Lei que estabeleceu a primeira forma de pedágio no Estado de São Paulo:

Em todas as estradas existentes, ou que de novo se abrirem atravessando a serra do mar nesta província, ou seguindo para a província do Rio de Janeiro, haverão barreiras, onde se pague uma taxa para as obras da estrada respectiva, e das suas ramificações: e em nenhum caso o rendimento de uma estrada será applicado para outra, nem para outro objecto. (SÃO PAULO, 1835).

Muitos leilões foram realizados com propósitos variados, num país inteiro por se

construir, questões de ordem religiosa não foram relegadas, conforme se depreende da Lei nº 09 de 19 de fevereiro de 1836:

O governo da provincia fará arrematar em hasta publica as terras pertencentes á matriz da villa do Bananal, e applicará o seu producto ás obras da dita matriz; revogadas quaesquer disposições em contrario. (SÃO PAULO, 1836)

Loterias foram criadas buscando arredar recursos, e no caso da Lei n.º 18 de 27 de fevereiro de 1836, o produto da arrecadação foi empregado na área da saúde:

Fica concedida annualmente por espaço de cinco annos uma loteria á beneficio da santa casa da misericordia da villa de Santos, conforme o plano junto apresentado pela respectiva irmandade. Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario. (SÃO PAULO, 1836)

Foram verificados casos de loterias para a construção de teatro (Lei nº 19 – 27/02/1836). A segurança pública recebeu recursos de Leilão, é o que relata a Lei nº 21 de 29 de fevereiro de 1836, que:

A camara municipal da villa de Bragança fica autorisada a vender em hasta publica a cadêa velha da mesma villa applicando o seu producto para a conclusão da que se está construido de novo; revogada qualquer disposição em contrario. (SÃO PAULO, 1836)

A grande demanda de recursos exigidos impõe a criação dos primeiros impostos para a Câmara Municipal, através da Lei n.º 03 de 30 de janeiro de 1837:

Art. 3.º - Todo aquelle que pela primeira vez no meio do anno abrir qualquer das casas mencionadas, ou expuzer taboleiros pelas ruas, pagará deste imposto a quota correspondente nos trimestres que faltarem para complemento do anno; contando-se por trimestre inteiro os dias que accrescerem a trimestres certos. (SÃO PAULO, 1837)

Na seqüência foi criado o Imposto Predial Urbano, que em sua primeira forma, apareceu descrito desta forma:

Art. 1.º - A decima que pagavão os predios urbanos fica reduzida a 5 por cento, que se cobrarão de todos os habitados, á excepção daquelles cujo rendimento annual for arbitrado em menos de 20\$ rs.,e que além disto forem habitados por seus proprios donos.[...]

Art. 3.º - Quando aconteça que o predio mudo de possuidor antes do tempo marcado para a arrecadação deste imposto, o novo proprietario fica todavia a elle obrigado.(SÃO PAULO, 1837)

O imigrante europeu rumou na direção do oeste paulista, e levou consigo a cultura do café, que melhor adaptada a esta região do que ao Vale do Paraíba, acabou se estabelecendo de maneira mais sólida no Estado.

Esse período corresponde ao da formação de um verdadeiro mercado de trabalho no Brasil, envolvendo um grande contingente de trabalhadores, com integração produtiva entre os setores urbano e rural. A imigração representava uma força de trabalho com nível educacional diferenciado.

Com importância crescente desde as primeiras décadas do século XIX, a exportação de café, entre 1924 e 1928, chegou a representar 72,5% das receitas de exportação do Brasil, superando em muito o valor de exportação de outros produtos tradicionais, tais como o algodão, a borracha e as peles e couros. (RISI Jr; NOGUEIRA, 2012, p. 2)

4.1.5 - Da saúde: Entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos de século XX, a febre amarela foi a enfermidade que mais preocupou os médicos envolvidos com a saúde pública, apresentando-se como a principal moléstia epidêmica que atuava no país. Representava significativo obstáculo ao processo de importação de mão de obra dificultando o desenvolvimento do comércio com os países europeus, vital à manutenção do modelo econômico nacional no período. (TEIXEIRA, 2001, p. 218)

A primeira grande epidemia ocorrida na região sudeste, em 1849 no Rio de Janeiro, atingiu intensamente a cidade, infectando grande parte de sua população, especialmente os imigrantes, fato que lhe atribuiu o pejorativo título de *túmulo dos imigrantes*. (FRANCO, 1969 apud TEIXEIRA, 2001, p. 219)

Dada sua localização estratégica, a cidade de Campinas consolidou-se no contexto econômico como importante centro receptor do núcleo rural.

Em 1888, a população urbana de Campinas era de aproximadamente 10 mil habitantes, espelhando seu vertiginoso crescimento, embora a cidade não dispusesse de condições adequadas de saneamento urbano para atender a demanda crescente. (ANDRADE, 2002, p. 13)

A condição de insalubridade no território nacional, com surtos e epidemias por toda parte, também foi identificada na capital agrícola do Estado. Campinas foi atingida por epidemias sucessivas em 1890, 1892 e 1896 que segundo Andrade (2002, p. 13) “[...] dizimaram boa parte da população e produziram um êxodo da cidade sem precedentes, reduzindo a população urbana, em 1897, a cinco mil habitantes.”

Foram formadas equipes multidisciplinares compostas por médicos sanitaristas, engenheiros, químicos entre outros profissionais que voltaram suas atenções para os aspectos urbanísticos em geral. O ar confinado nas habitações coletivas, nas fábricas, nas ruas estreitas, os efeitos negativos dos matadouros, cemitérios, valas, esgotos e as águas nem sempre provenientes de fontes puras foram os principais focos de atenção.

Neste período as formas de se combater os males voltaram-se para ações de reorganização urbana e normatização de vários aspectos da vida cotidiana. A questão da etiologia da febre amarela permaneceu obscura até 1927 quando o desenvolvimento das ciências biomédicas possibilitou maiores conhecimentos sobre os vírus. Ela seria esclarecida por médicos da Fundação Rockefeller (EUA), que na África Ocidental elaboraram pesquisas de inoculação em macacos. No ano seguinte conseguiu-se a atenuação do vírus nos laboratórios do Instituto Pasteur de Paris e finalmente, em 1937, a mesma Fundação Rockefeller começou a produzir vacinas em larga escala contra a doença. (TEIXEIRA, 2001, p. 221)

Aterrorizante pela rapidez e abrangência de sua propagação e pela intensidade dos sintomas, a febre amarela caracteriza-se ainda hoje, por um quadro grave de insuficiência renal e hepática, que pode levar rapidamente à morte.

Em 1892, já sob o governo republicano, São Paulo remodelou seus serviços de saúde, através de uma ampla reforma sanitária que deu origem ao Serviço Sanitário Estadual. A gênese deste processo estava relacionada às más condições sanitárias vividas nas zonas urbana e rural e à falta de serviços médico sanitários. Esta reforma sanitária determinou a criação de diversas instituições ligadas tanto à prática médica, como ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos neste campo.

A criação do Serviço Sanitário em São Paulo tornou-se um marco no campo da saúde pública, já que o raio de ação dos novos serviços suplantava em muito, as poucas atividades de fiscalização da medicina e combate à varíola, efetuadas pelas agências estaduais que o precederam.

Após especializar-se em helmintologia na Alemanha, Adolpho Lutz se estabeleceu em Limeira (SP), antes de assumir a direção do Instituto Bacteriológico de São Paulo em 1893. Durante o período em que esteve à frente do Instituto desenvolveu trabalhos com grande competência, combinando-os com ações de saúde pública. Enfrentou entretanto, duras controvérsias no período envolvendo a febre amarela urbana, a malária, a cólera, a febre tifóide e a peste bubônica, apesar de promover campanhas sanitárias e estudos epidemiológicos.

Na oportunidade foram criados vários laboratórios (Institutos), que se transformariam nos pilares da reforma sanitária que se buscava. Além do Instituto Bacteriológico, que Lutz dirigiu por mais de quinze anos, foram criados também o Vacinogênico, Bromatológico, Farmacêutico e, posteriormente, o Butantã. O diagnóstico de doenças epidêmicas, a elaboração de produtos profiláticos e terapêuticos para o combate aos principais males que atingiam o Estado, e em especial a capital, foram alguns dos principais resultados positivos obtidos pela atuação dos Institutos.

Grande parte dos debates concentrava-se na questão da água, como talvez o principal veículo de propagação das moléstias. A cidade de Campinas servia-se de água de poços quando foi atingida pelas epidemias de 1889 e 1890. Em 1891 quando a “Cia Campineira de Águas e Exgottos” passou a fornecer água tratada, captada nos riachos Iguatemi e Bom Jardim, o número de casos da doença caiu significativamente. Um problema no reservatório principal obrigou a população campineira a retomar o uso das águas de poços, e a epidemia ressurgiu com o mesmo caráter de gravidade, diminuindo novamente quando restabelecido o fornecimento. Estabeleceu-se uma relação direta da epidemia com o uso de água poluída. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo declarou poluída a água de Campinas. (TEIXEIRA, 2001, p. 225)

Reconhecidas como de veiculação hídrica, a febre tifóide e a cólera, com surtos constantes no Estado e ação acentuada sobre a capital, ofereceu a Pereira Barreto a

analogia com a febre amarela. Contágio direto, falta de arejamento, poluição dos ares, transmissão mista, foram descredenciados em detrimento do vetor água. A capital do Estado, por exemplo, era tida como imune à enfermidade, em virtude da qualidade da água — a seu ver, excelente — oriunda da serra da Cantareira.

Segundo TEIXEIRA (2001) os artigos publicados nos boletins mostram a diversidade de opiniões sobre o tema.

Mello Barreto escreveu defendendo a transmissão hídrica acrescida da transmissão aérea. Em seguida, foi à vez de Evaristo da Veiga que, em uma série de artigos, tratou dos sintomas da doença e postulou sua contagiosidade. Luiz Augusto de Paula, médico da Repartição de Higiene de Campinas, defendeu a não-exclusividade da forma de contaminação: ar, água, solo poderiam ser veículos de propagação da doença. A seu ver, o importante era que o mal tinha um caráter de infecção domiciliar, com o germe se irradiando a partir das casas contaminadas. (TEIXEIRA, 2001, p. 226)

Nesta linha de pensamento alguns defendiam a desinfecção dos domicílios, isolamento dos doentes, ampliação dos sistemas de distribuição de água potável, especialmente nas regiões atingidas, e até mesmo o plantio de eucaliptos no entorno das cidades contaminadas como uma barreira física, que dificultasse a disseminação da doença.

Ainda segundo Teixeira (2001, p. 226) dentre os outros participantes da discussão, ocorrida na sede da Sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo, somente Bitencourt Rodrigues era favorável à exclusividade da teoria hídrica. Tibério de Almeida, Carlos Botelho, Miranda de Azevedo, Hora de Magalhães, Odilon Goulart, Theodureto Nascimento, Sérgio Meira, Matias Valadão, Bernardo de Magalhães, Esteves de Assis, Cunha e Vasconcellos e Mello Barreto mostraram-se contrários a esta hipótese.

Paradoxalmente o esvaziamento das discussões coincide com a iniciativa do executivo de buscar reverter a situação epidêmica instalada. Campos Sales, então presidente do Estado, enviou ao Congresso um projeto de lei autorizando o governo a promover a execução de obras de saneamento na capital, em Santos, Campinas e demais localidades do Estado onde houvesse epidemia. Nessas localidades o poder

estadual teria o direito de criar, desapropriar ou encampar os serviços de água e esgoto existentes, ainda que para o financiamento das obras os recursos seriam obtidos na forma de empréstimo compulsório.

O governo do Estado bancaria a execução das obras, e seria reembolsado posteriormente pelos municípios, tendo como garantia as rendas do imposto predial e das taxas de fornecimento de água e coleta de esgoto dos inadimplentes.

O projeto alicerçava-se sobre pilares técnicos como drenagem do solo, construção de redes coletoras de esgoto, implantação ou ampliação da oferta de água encanada. A construção de canais de ventilação para a cidade de Santos foi idealizada como forma de reduzir a umidade no município. Além destas premissas procurava disciplinar ainda mais o serviço de imigração, com a construção de novos postos de quarentena para os tripulantes de embarcações provenientes de portos suspeitos de contaminação.

Até então as atividades da Diretoria do Serviço Sanitário Estadual no saneamento urbano voltavam-se, na maioria das vezes, a melhoria da higiene pública, com ações visando a ampliar a coleta de lixo, a limpeza de logradouros públicos, a fiscalização dos domicílios, etc. As iniciativas estaduais, visando à ampliação da distribuição de água encanada e da coleta de esgotos, que nos primeiros anos da década se limitavam aos municípios da capital, Santos e Campinas, tornaram-se mais freqüentes a partir de 1896, período da polêmica sobre a importância da transmissão hídrica da febre amarela.

Num período em que doenças como a cólera, a febre tifóide e a tuberculose mostravam o potencial da transmissão hídrica e do contágio, a idéia da transmissão por um mosquito - transmissão culicidiana - não teve muito espaço. Acompanhado por Adolpho Lutz, Emílio Ribas empenhou-se em criar as condições para refazer as experiências realizadas em Cuba, com o objetivo de ratificar a teoria.

Rapidamente, ele conseguiu mobilizar as equipes do Instituto Bacteriológico e do Hospital de Isolamento, e obteve a aprovação do presidente do Estado, Rodrigues Alves, para utilizar voluntários humanos em suas pesquisas. Suas experiências foram realizadas no Hospital de Isolamento da cidade em duas etapas. A primeira deu-se

entre dezembro de 1902 e janeiro de 1903; a segunda, entre abril e maio de 1903. Vários empecilhos de natureza técnica retardaram a execução das experiências, que foram submetidas à análise e observação continuada, por uma comissão de médicos presidida por Pereira Barreto.

O relatório final concluiu que as experiências foram capazes de comprovar que a febre amarela não era contagiosa, e que o único vetor de transmissão da doença era realmente o mosquito.

(...) É completamente infundada a crença na transmissão da febre amarela pelos fomites. Qualquer que seja o gérmen dessa moléstia esse gérmen perde a faculdade germinativa todas as vezes que não encontra as condições favoráveis do seu meio natural. As experiências (...) demonstram que só no organismo do mosquito encontra o gérmen amarelado as condições necessárias para a sua evolução. (...) Afirmar sem provas a multiplicidade dos meios de propagação da febre amarela é simplesmente introduzir o regime intelectual do politeísmo no domínio atual da medicina. (TEIXEIRA, 2001, p. 237)

A descoberta de que a febre amarela não é contagiosa, alerta para o fato de que a política sanitária aplicada até então deve ser remodelada. Diminui a pressão por vagas em hospitais, visto que o tratamento ou profilaxia pode ser feito em casa, mediante alguns cuidados aceitos como eficazes.

Cada doente deve permanecer em sua casa, com a condição apenas de ficar protegido contra a picada dos mosquitos, o que é facilímo conseguir-se mediante um simples cortinado, enquanto no resto da casa se dá a caça direta ao stegomia. (TEIXEIRA, 2001, p. 238)

As ações a partir de então passam a se concentrar na eliminação do vetor, a busca por um urbano ideal permeia uma administração pública carente de técnicos e desprovida de recursos financeiros.

4.1.6 - Das Questões Sanitárias: As condições sanitárias vivenciadas após a República, além de danosas ao país sob o ponto de vista da saúde, prejudicavam também a atividade econômica, na medida em que intimidavam a imigração européia

tida como necessária na lavoura do café.

Melhorar estas condições, controlar as epidemias, em especial nos portos e áreas urbanas, tornou-se prioridade ao governo brasileiro, ainda que a maioria das ações estivessem concentradas na região sudeste.

Melhores condições sanitárias, de um lado, significavam, uma garantia para o sucesso da política governamental de atração de força de trabalho estrangeira e, de outro, impunham-se como uma necessidade de preservação do contingente ativo de trabalhadores, em um contexto de relativa escassez de oferta de trabalho. O destaque em matéria de atenção à saúde ficava, assim, por conta do controle de enfermidades, tais como a febre amarela, a peste bubônica, a varíola e outras, para as quais o governo federal impôs medidas de higiene, vacinação, notificação de casos, isolamento de enfermos e eliminação de vetores. (RIZI Jr; NOGUEIRA, 2012, p. 120)

Sancionada por Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da Província de São Paulo, a Lei n.º 29 de 16 de março de 1888, estabelece já em seu primeiro artigo a necessidade de organizar o serviço de higiene dentro do território do estado, “no interesse da imigração e da salubridade pública”. (SÃO PAULO, 1888)

Superficial o documento prevê a fundação de um estabelecimento vacinogênico, a contratação de um farmacêutico, um inspetor de higiene e a conversão de um hospital em hospital de isolamento sem, contudo, definir funções, atribuições ou metas. Determina que o médico da hospedaria dos imigrantes deva auxiliar nos serviços de higiene, em compartimento apropriado, donde se supõe que a hospedaria e sua utilização potencializam a transmissão de doenças infecto contagiosas.

A regulamentação das regras para a utilização da Hospedaria dos Imigrantes, foi então definida pelo Decreto nº 04 de 09 de dezembro de 1889. (SÃO PAULO, 1889)

Documento muito mais abrangente do que aquele que organiza o serviço de higiene, estabeleceu uma relação entre funções e vencimentos. Atribuições de cada cargo por setor de funcionamento, com turno de trabalho diário de nove horas e meia, inclusive domingos e feriados, com possibilidade de jornada extraordinária de até duas horas, sempre que necessário.

Ao Diretor da Hospedaria cabia solicitar o uso de força policial com o objetivo de

manter a ordem, bem como auxiliar, se necessário, na verificação dos documentos. Entre todas as ocupações aquela que exigiu maior detalhamento foi a do médico, a quem cabia participar desde a recepção dos imigrantes, até a orientação sobre a muda de vestuário dos mesmos. Supomos a partir desta regulamentação que a chegada dos imigrantes era acompanhada da deterioração das condições sanitárias dos portos e instalações receptoras dos estrangeiros.

A adoção cautelar das medidas vistas até aqui, não tiveram a força necessária para nortear de maneira segura, o aumento da população paulista, mais especialmente a paulistana e seu entorno, obrigando a promulgação da Lei n.º 43 em 18 de julho de 1892, que versava sobre o serviço sanitário do Estado. (SÃO PAULO, 1892)

Neste instrumento legal o Dr. José Alves de Cerqueira Cesar, Vice-Presidente do Estado, lança mão da criação de um conselho de saúde pública, que vinculado à Secretaria do Interior, fica obrigado a dar pareceres ao Governo do Estado sobre assuntos ligados a higiene e salubridade públicas. Também foi criada a Diretoria de Higiene a quem coube a execução do regulamento sanitário, recebendo para tanto o auxílio de laboratórios farmacêuticos, vacinogênicos e de análises químicas e bacteriológicas.

O referido documento previu também a contratação de um engenheiro sanitário, a quem as comissões de estudo se reportariam, buscando estabelecer uma base científica que abrigasse inclusive as observações meteorológicas. É possível perceber a preocupação da administração estadual, na estruturação das ações de saúde pública de forma criteriosa, com a capacidade de planejar as medidas a implantar ao longo do tempo.

Atribuiu-se à Diretoria de Higiene ações de saneamento das localidades e habitações, adoção de medidas de prevenir, combater ou atenuar moléstias endêmicas, epidêmicas e transmissíveis aos humanos e animais, direção do serviço de vacinação, além da inspeção das escolas, fábricas e oficinas, hospitais, prisões, asilos, etc.. A fiscalização da alimentação pública, fabricação de consumo de bebidas (inclusive água mineral), também está prevista, entretanto, chama a atenção que em seu artigo 8º obrigue-se a fiscalização do exercício da medicina e de farmácia.

Dentro da esfera de atuação da Diretoria da Higiene, atribui-se à Polícia Sanitária a fiscalização de ações que direta ou indiretamente influenciem na saúde de cidades, vilas ou povoações do estado, e para tanto, foram criadas quatro regiões, onde a autoridade máxima recebia o título de Delegado, estando assim divididas:

- Capital – subdividida em oito distritos com um delegado cada e dois fiscais desinfetadores para cada delegado;
- Santos e Campinas – cada uma dividida em dois distritos com as mesmas determinações que os da capital;
- Demais cidades – Cada uma com um delegado e um fiscal;
- Vilas – cada uma com um delegado e um fiscal;(SÃO PAULO, 1892)

Coube à fiscalização a aplicação de multas, (pagas ao juízo competente com reversão aos cofres do estado), apreensão de gêneros alimentícios deteriorados ou prejudiciais à saúde, inspecionar prédios e ordenar as modificações necessárias naqueles que forem julgados inabitáveis ou insalubres, vacinar e revacinar, isolar contagiados, remeter a Diretoria boletins relativos à salubridade nos respectivos distritos.

O documento legal (Lei 43/1892) autoriza ainda despesas para a construção de laboratórios, fixando o teto em 200:000\$000. Desta forma o governo do estado estabelece os critérios de funcionamento de uma ampla rede estadual de política de promoção de saúde, com a definição dos critérios para o início de um grande processo de saneamento dentro do Estado. (SÃO PAULO, 1892)

A Lei 43 de 18 de julho de 1892 organiza o serviço sanitário dentro do estado, dividindo-o em quatro grandes Distritos: o da Capital, o de Santos, o de Campinas e o do Interior. A capital Paulista já trazia consigo a pujança da grande metrópole que iria se concretizar ao longo do tempo, enquanto Santos era o principal porto exportador do Brasil, Campinas tornava-se mais e mais o grande pólo centralizador das ações do interior do estado. (SÃO PAULO, 1892)

As ações foram disciplinadas em 02 de março de 1894, sob forma do Decreto de nº 233, e que estabelece o Código Sanitário do Estado. (SÃO PAULO, 1894)

Bernardino de Campos autoriza uma Norma composta por vinte e sete capítulos,

quinhentos e vinte artigos abrangendo questões que versam desde vacinação, locais de trabalho e moradias até de cemitérios. Até aqui não encontramos nenhum outro diploma legal com tamanho conteúdo e abrangência.

A leitura do Decreto sugere que a cidade de São Paulo foi o paradigma para elaboração da proposta, dada a profundidade com que trata dos assuntos relativos ao desenvolvimento de cidades grandes, que exceções feitas a Santos e Campinas, ainda eram pouco comuns na época.

Partindo do princípio que o número de artigos do documento indicaria o grau de importância que a elaboração do documento deu ao tema, teríamos a interpretação representada pela Tabela 03:

Tabela 03 - Análise do Decreto 233 de 02/03/1894			
Capítulos	Tema	Nº de Artigos	%
02	Habitações em geral	75	14,42
21	Hospitais e Maternidades	42	8,08
14	Matadouros	36	6,92
7	Fábricas e Oficinas	34	6,54
8	Escolas	28	5,38
Fonte: Bancos de Dados da ALESP – <i>Interpretação dada pelo autor</i>			

Se agruparmos os artigos relacionados com as condições de moradia, teremos uma compreensão ainda mais significativa, conforme depreendemos da Tabela 04:

Tabela 04 - Análise dos artigos por tipo de Habitação					
Cap.	Tema	Art. Inicial	Art. Final	Nº Artigos	%
03	Habitações Coletivas	103	125	22	4,23
05	Habitações das Classes Pobres	138	145	4	1,35
02	Habitações em geral	27	102	75	14,42
06	Habitações insalubres	146	148	02	0,38
04	Hotéis e Casas de Pensão	126	137	11	2,12
Total					22,50
Fonte: Bancos de Dados da ALESP – <i>Interpretação dada pelo autor</i>					

As várias possibilidades de enquadramentos parciais possíveis para a questão

moradia expõem a acentuada estratificação social da época. A escravidão recém abolida, a abertura dos portos ainda incipiente, um país inteiro a se explorar e construir, além da necessidade de se aprender a viver em sociedade em grandes ambientes urbanos, apresentam uma realidade nova e impactante no cenário nacional.

Iniciam-se neste período os esboços da construção de uma cidade ideal, onde a obtenção de modelos para ruas e avenidas seriam limitados por questões executivas.

Artigo 1.º - Todas as ruas nunca deverão ter menos de 16 metros de largura e as avenidas nunca menos de 25, sempre que a topographia local o permittir; travessas de pequena extensão podem ser toleradas com 10 metros de largura. (SÃO PAULO, 1894)

O tempo de aplicação do Decreto e sua operacionalidade demonstrariam que algumas questões necessitavam de adequação, como por exemplo a coleta de lixo:

Artigo 21º - A varredura e remoção do lixo deverão começar depois das 11 horas da noite.

Artigo 22º - O lixo e a lama recolhidos nas ruas e praças deverão ser transportados em carroças fechadas, de typos os mais aperfeiçoados, e depositados em ponto afastado dos centros populosos e ahi incinerados. (SÃO PAULO, 1894)

4.1.7 - Origens do Conceito Estância: Como já foi apresentado o aumento populacional incrementado pela imigração, o recente abolicionismo e o histórico da falta de investimento em infra-estrutura potencializaram o desenvolvimento de endemias. A busca pela cura foi promovida pelos mais variados motivos e os estudos não se limitaram a questões ambientais ou sanitárias. Em alguns casos, especialmente aqueles onde as enfermidades atingiam o sistema respiratório, bons resultados foram obtidos quando além do tratamento alopático, submeteu-se o enfermo a internações em determinadas localidades com características diferenciadas de clima, por exemplo.

Foi a iniciativa privada quem primeiro percebeu esta relação, ao instalar os primeiros sanatórios no município de Campos do Jordão.

[...] 29 de outubro de 1915, com o nome de Campos do Jordão. Nessa

mesma época, iniciaram-se as construções da Vila Abernécia, onde se localizavam os sanatórios para doentes dos pulmões e, em 1920, da Vila Emílio Ribas. O fato de ter se tornado um local para tratamento de saúde concorreu para a criação da prefeitura sanitária em 1º de outubro de 1926 [...]. (DADE, 2012)

Percebendo a necessidade de investimentos nesta área, o Estado passa a legislar em favor de determinados municípios em detrimento de outros. Sob esta ótica em 01 de outubro de 1926, o Doutor Carlos de Campos, então Presidente do Estado de São Paulo, promulga a Lei 2.140, autorizando a criação de uma Prefeitura Sanitária em Campos do Jordão. (SÃO PAULO, 1926)

Na elaboração do instrumento legal que normatizou a implantação da Estância de Campos do Jordão, uma das primeiras de que se tem notícia dentro do Estado de São Paulo, percebe-se a preocupação do poder executivo com a necessidade de planejar:

Artigo 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) mandar levantar um plano do conjunto para uma estância climática e de repouso, devendo todos os serviços de saneamento, construções e obras em geral obedecer a esse plano; (SÃO PAULO, 1926)

As diretrizes gerais são traçadas a partir do que se conhece para o período em termos de condições de habitabilidade e promovem de maneira ainda que empírica, a melhoria das condições locais:

b) promover a organização de todos os serviços de saneamento tais como - abastecimento de água potável, esgotos, retificação de ribeirões, iluminação pública, parques, viação urbana e outros melhoramentos; (SÃO PAULO, 1926)

Percebe-se também a clara intenção de se relacionar o campo da saúde com o turismo, na distribuição equilibrada dos investimentos, ainda que, como já destacamos, não houvesse um projeto pré concebido para a implantação da Estância pretendida:

c) desapropriar por utilidade pública, para a execução do plano geral, os terrenos que forem necessários para sanatórios, hotéis, parques, ruas,

assim como fontes de águas medicinaes ou potaveis, para abastecimento publico, quedas de agua ou outros bens que forem reclamados pelo plano da estancia climaterica e de repouso. (SÃO PAULO, 1926)

O planejamento pretendido enquanto instrumento balizador da empreitada, condiciona a elaboração do Plano de conjunto, que numa interpretação livre, seria entendido como um Plano Diretor. O estabelecimento do Plano e o cuidado com as necessidades básicas e estruturais irão demandar aporte significativo de recursos financeiros, e numa realidade desprovida de recursos o Estado assumiria a empreitada que foi pensada da seguinte forma:

Artigo 5.º - Pertencerão ao Estado e serão applicadas na estancia climaterica de Campos do Jordão, as rendas desta circumscripção administrativa, arrecadadas em virtude das disposições do artigo 19, e seus paragraphos da lei n. 1.038, de 19 de Dezembro de 1906.

§ unico. - O lançamento e a arrecadação dessas rendas serão feitos de accôrdo com as leis do municipio da Capital do Estado, emquanto o Congresso não votar leis fiscaes para essa estancia climaterica. (SÃO PAULO, 1926)

Ainda que se buscasse de forma consensual a elaboração das diretrizes para a construção de uma estrutura urbana sólida e eficaz, e que em tese estaria submetida aos ditames do Plano, por outro lado impõe metas e objetivos que à princípio seriam a contrapartida necessária que legitimaria o investimento estatal, conforme se observa:

2.^a - construir, organizar e manter um sanatorio modelo para tuberculosos ou um grupo de habitações isoladas para esse fim, com todos os requisitos exigidos pela sciencia e com capacidade para duzentos enfermos pelo menos;

3.^a - construir, organizar e manter um hotel para repouso ou convalescença, com cem quartos, pelo menos, destinados aos que não forem tuberculosos e não soffrerem de qualquer outra molestia contagiosa;

4.^a - construir rêdes para abastecimento de aguas potaveis e para o serviço de exgottos nas villas «Jaguaribe» e «Albernessia» ou «Villa Nova» e onde mais convier;

5.^a - fazer uma avenida arborisada e macadamizada, ligando as tres villas - Capivary, Jaguaribe e Albernessia;

6.^a - edificar um predio para a Prefeitura Sanitaria, até ao valor de cinquenta contos de réis;

7.^a - fazer a rectificação e o saneamento do rio Capivary, desde a Villa Dom Bosco até ao extremo da Villa Capivary;

8.^a - sujeitar-se á fiscalização do Governo em toda a administração;

9.^a - restituir ao Estado a importancia do auxilio, caso não preencha os fins do contracto, o que será decidido em juizo arbitral.

Artigo 12. - O auxilio será concedido por praso nunca maior de trinta annos.

Artigo 15. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessarios creditos e expedir o regulamento para execução desta lei, que entrará em vigor na data da sua publicação.

O documento se dispõe a amparar legalmente a construção de um município com características diferenciadas, que buscam atender um determinado objetivo, sem esquecer das condições gerais mínimas de infra-estrutura, funcionalidade e urbanismo, à frente de seu tempo, já que estas questões passariam a ser discutidas em nível mundial, a partir da elaboração da Carta de Atenas em 1933.

4.2 - Do Clima:

O vocábulo clima vem do grego *klíma*, alusão ao ângulo imaginário formado pelo eixo de rotação da terra com seu plano de translação. Para Aurélio (2012), representa o “conjunto de condições meteorológicas (temperatura, pressão e ventos, umidade e chuvas) características do estado médio da atmosfera em um ponto da superfície terrestre”.

Para a Organização Meteorológica Mundial – OMM (1959) clima é um “conjunto flutuante de condições atmosféricas caracterizadas pelos estados e evolução do tempo no curso de um período suficientemente longo, em um domínio espacial determinado”. (MARTINELLI, 2008, p. 02).

O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) define Clima como a “descrição estatística em função das médias e variabilidade, de quantidades relevantes ao longo de um período de tempo que varia de alguns meses a milhares ou milhões de

anos”. O período clássico para obter a média dessas variáveis, segundo a OMM, é de 30 anos. Em geral as informações relevantes referem-se a variações ocorridas na superfície, como temperatura, chuva e vento. Num sentido mais amplo clima é o estado, incluindo uma descrição estatística, do sistema climático. (IPCC, 2012) .

Para o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) clima é um “recurso natural vital ao nosso bem-estar, saúde e prosperidade”. As informações coletadas, gerenciadas e analisadas ajudam tomadores de decisão e usuários a planejar e adaptar suas atividades às condições esperadas. As decisões podem ser tomadas no planejamento, reduzindo riscos e aperfeiçoando benefícios sócio-econômicos. (INMET, 2012). Clima para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é:

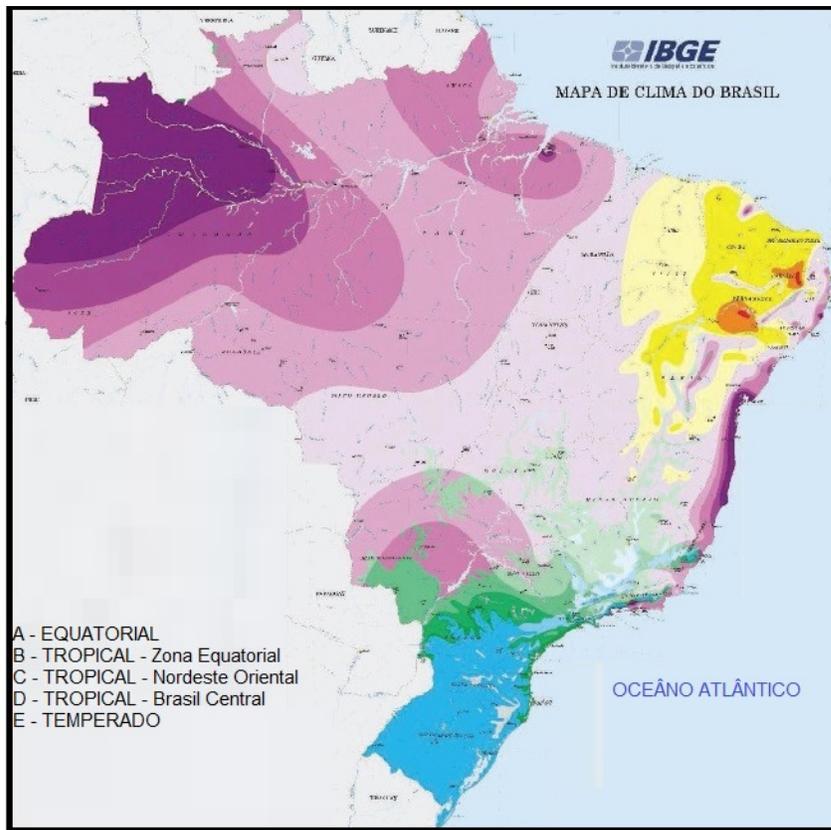
“o estado da atmosfera expresso por meio de temperaturas, chuvas, isolamento, nebulosidade, etc., estudado com base nos registros de séries climáticas das condições atmosféricas que caracterizam uma região, por períodos superiores a 30 anos”. Depende fortemente da posição em latitude do local considerado e do aspecto do substrato, é a diferença entre dois períodos consecutivos (30 anos), tida como uma flutuação climática. (BRASIL, 2012)

Em suma, “tempo” é o que está acontecendo na atmosfera em momento qualquer, uma condição em um determinado instante, enquanto clima deve ter sua compreensão entendida em um determinado espaço de tempo. Cientificamente pode ser definido como a descrição estatística (em termos de média) e variabilidade de quantidades relevantes durante determinado período de tempo.

O clima deriva dos efeitos promovidos pela interação entre os elementos que determinam a dinâmica da terra: atmosfera, a hidrosfera, a criosfera, a litosfera de superfície, e a biosfera, e pode ser classificado de maneiras diferentes dependendo de quem precisa da informação, o volume e tipo de informação disponibilizada e necessária. (INMET, 2012).

Situado dentro das Latitudes 5º ao norte e 32º ao sul, o Brasil apresenta grande variedade climática em seu território. Nas regiões central, sul e norte percebe-se certa predominância de determinados tipos de climas. Já as regiões nordeste e sudeste apresentam várias tipologias climáticas, conforme se verifica no Mapa 02.

Mapa 02 – Mapa do Clima do Brasil segundo IBGE



		A	B	C	D	E		
QUENTE Média > 18 °C em todos os meses	super úmido						01	sem seca
	super úmido						02	sem seca
	úmido						03	1 a 2 meses secos
	úmido						04	3 meses secos
	semi-úmido						05	4 a 5 meses secos
	semi-úmido						06	6 meses secos
	semi-árido						07	7 a 8 meses secos
	semi-árido						08	9 a 10 meses secos
	semi-árido						09	11 meses secos
SUBQUENTE Média entre 15° e 18°C em pelo menos um mês	super úmido						10	sem seca
	super úmido						11	sem seca
	úmido						12	1 a 2 meses secos
	úmido						13	3 meses secos
	semi-úmido						14	4 a 5 meses secos
	semi-árido						15	6 meses secos
MESOTÉRMICO BRANDO Média entre 10°C e 15°C	super úmido						16	sem seca
	super úmido						17	sem seca
	úmido						18	1 a 2 meses secos
	úmido						19	3 meses secos
	semi-úmido						20	4 a 5 meses secos
MESOTÉRMICO MEDIANO Média < 10°C	super úmido						21	sem seca
	super úmido						22	sem seca
	úmido						23	1 a 2 meses secos

Fonte: IBGE 2012 - Trabalho pelo Autor

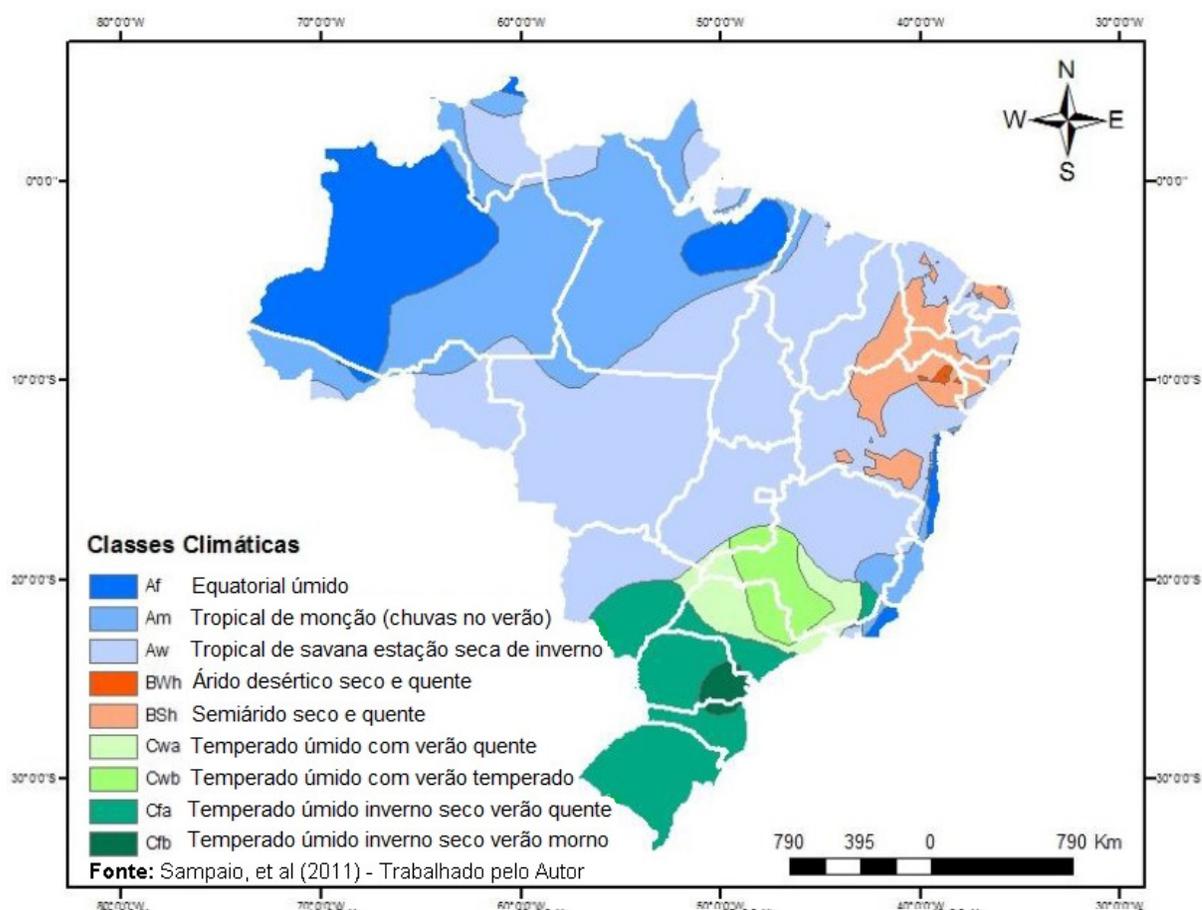
Segundo Rolim (2007, p. 712) “no Estado de São Paulo, devido ao seu relevo

acidentado, posição geográfica e diferentes influências de massas de ar, constata-se grande diversidade climática, sendo complexo seu estudo”.

Os Sistemas de Classificações Climáticas (SCC) analisam e definem os climas das diferentes regiões levando em consideração vários elementos climáticos ao mesmo tempo, facilitando a troca de informações e análises posteriores para diferentes objetivos. (ROLIM et AL, 2007, p. 712).

Setzer (1966) realizou um mapeamento de tipos de clima para o Estado de São Paulo usando o SCC de Köppen e Geiger (1.928) pelo qual a vegetação natural seria a melhor expressão do clima de uma região. O Mapa 03 apresenta o Brasil sob esta ótica.

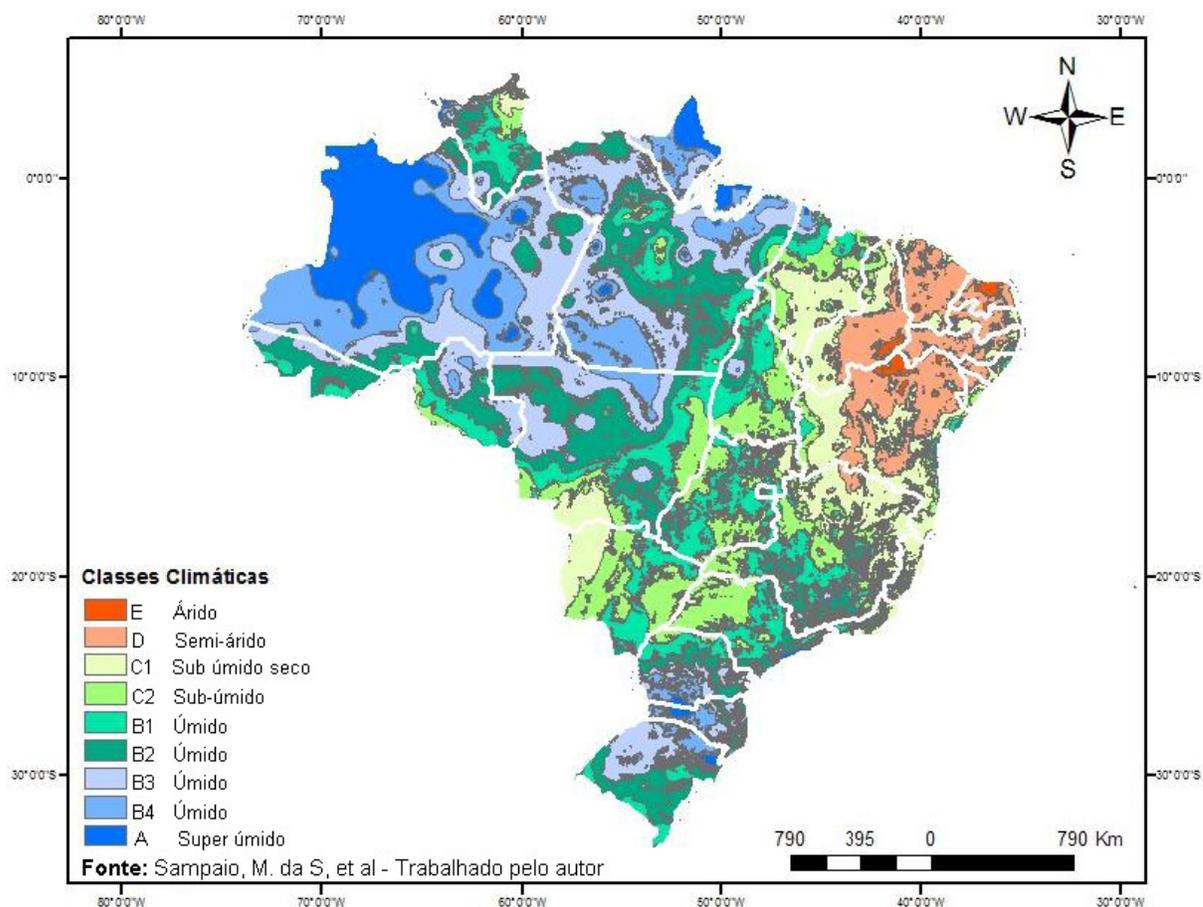
Mapa 03 - Classificação Climática para o Brasil segundo Köppen



Segundo Martinelli (2010, 03) “Köppen, Geiger, Thornthwaite, Setzer

desenvolveram Sistemas de Classificação Climática, ainda que o primeiro mapa de precipitação tenha sido produzido por OLSEN em 1839”. O Mapa 04 apresenta a classificação climática segundo os critérios propostos por Thornthwaite

Mapa 04 - Classificação Climática para o Brasil segundo Thornthwaite



O Estado de São Paulo dispõe de 27 estações termométricas e 427 postos pluviométricos, e segundo a Biblioteca Virtual do Governo de São Paulo (2013), “variando de acordo com o relevo, quatro tipos climáticos estão presentes no Estado: tropical super-úmido, tropical de altitude, tropical quente e úmido e subtropical úmido”.

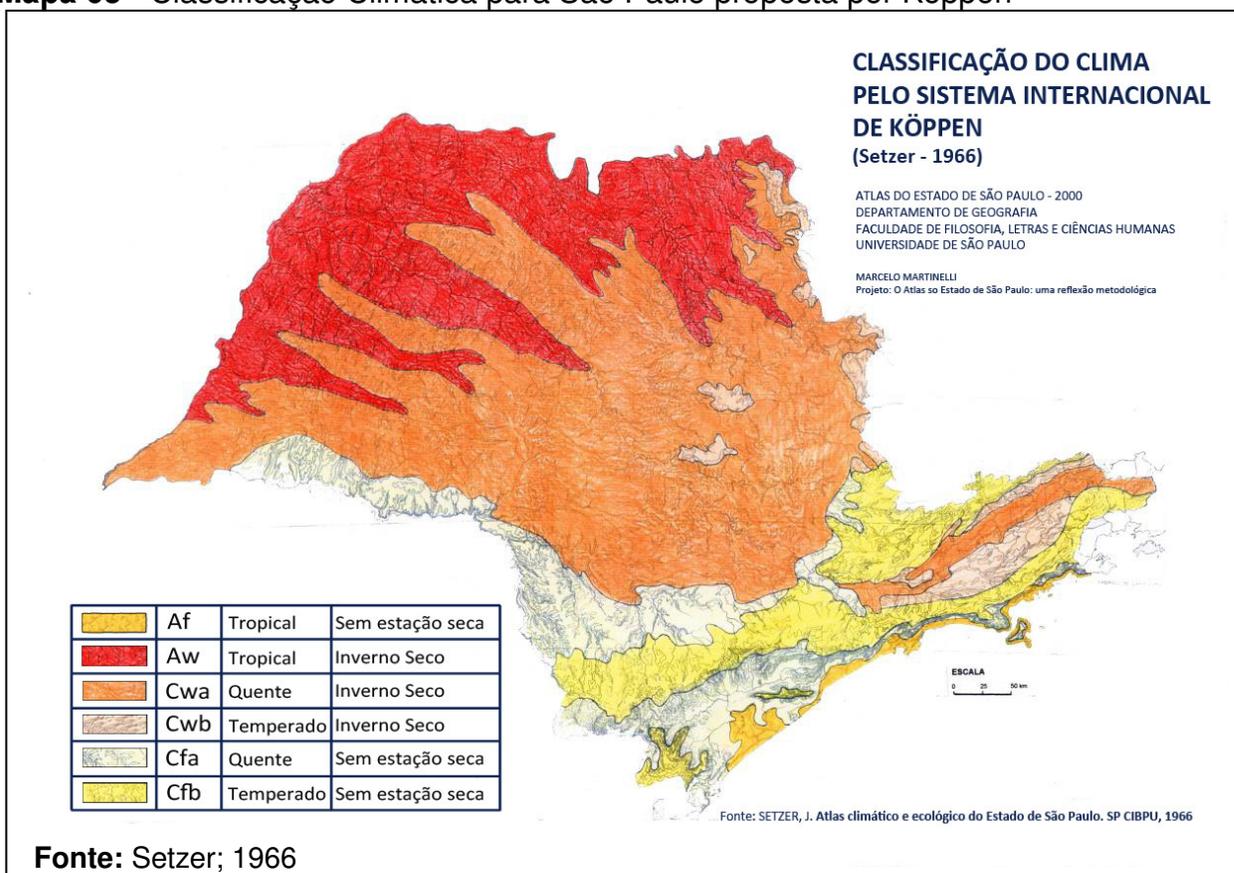
Na classificação proposta por Köppen, baseada em dados mensais (pluviométricos e termométricos), sete tipos climáticos distintos, estão presentes no Estado, a maioria correspondente a clima úmido, conforme se verifica no Quadro 01.

Quadro 01: Significado dos símbolos para a Classificação de Köppen					
Clima característico		Regime de chuvas		Temperatura característica	
A	Quente e úmido	f	Sempre úmido	h	Quente
		m	Monçônico e úmido		
B	Árido ou semi-árido	s	Chuvas de inverno	a	Verões quentes
		s'	Chuvas de outono		
C	Mesotérmico (sub-tropical ou tropical)	w	Chuvas de verão	b	Verões brandos
		w'	Chuvas de verão/outono		

Fonte: produzido pelo autor com dados coletados em SETZER, 1966

No Mapa 05 é possível perceber que, segundo a classificação climática de Köppen para o Estado de São Paulo, as regiões mais quentes encontram-se a Noroeste com clima Aw – tropical chuvoso, inverno seco e temperatura média no mês mais frio superior a 18°C e precipitação inferior a 60 mm, com atraso do período chuvoso para o outono.

Mapa 05 - Classificação Climática para São Paulo proposta por Köppen

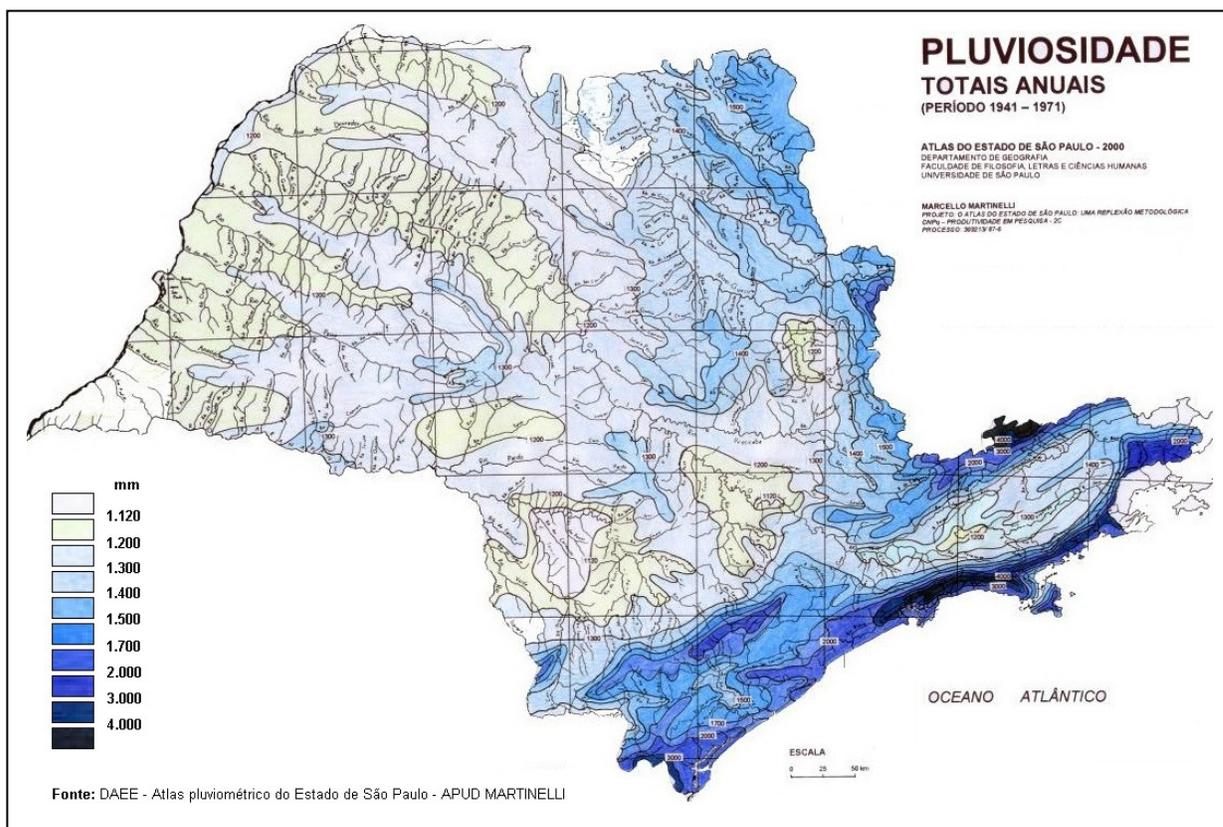


Fonte: Setzer; 1966

Caracterizado como tropical de altitude, com verão úmido e inverno seco, temperatura média no mês mais quente superior a 22°C, o Cwa abrange toda parte central. Com verão ameno, onde a temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C, o Cwb predomina nas áreas serranas. Faixas de clima tropical são observadas no sul do Estado. Com verão quente e sem estação seca no inverno, o Cfa apresenta temperatura média do mês mais frio entre 18°C e -3°C (mesotérmico). Nas serras do Mar e Mantiqueira, as regiões mais altas apresentam verão ameno e chuvoso, clima classificado como Cfb e precipitação média no mês mais seco superior a 60 mm.

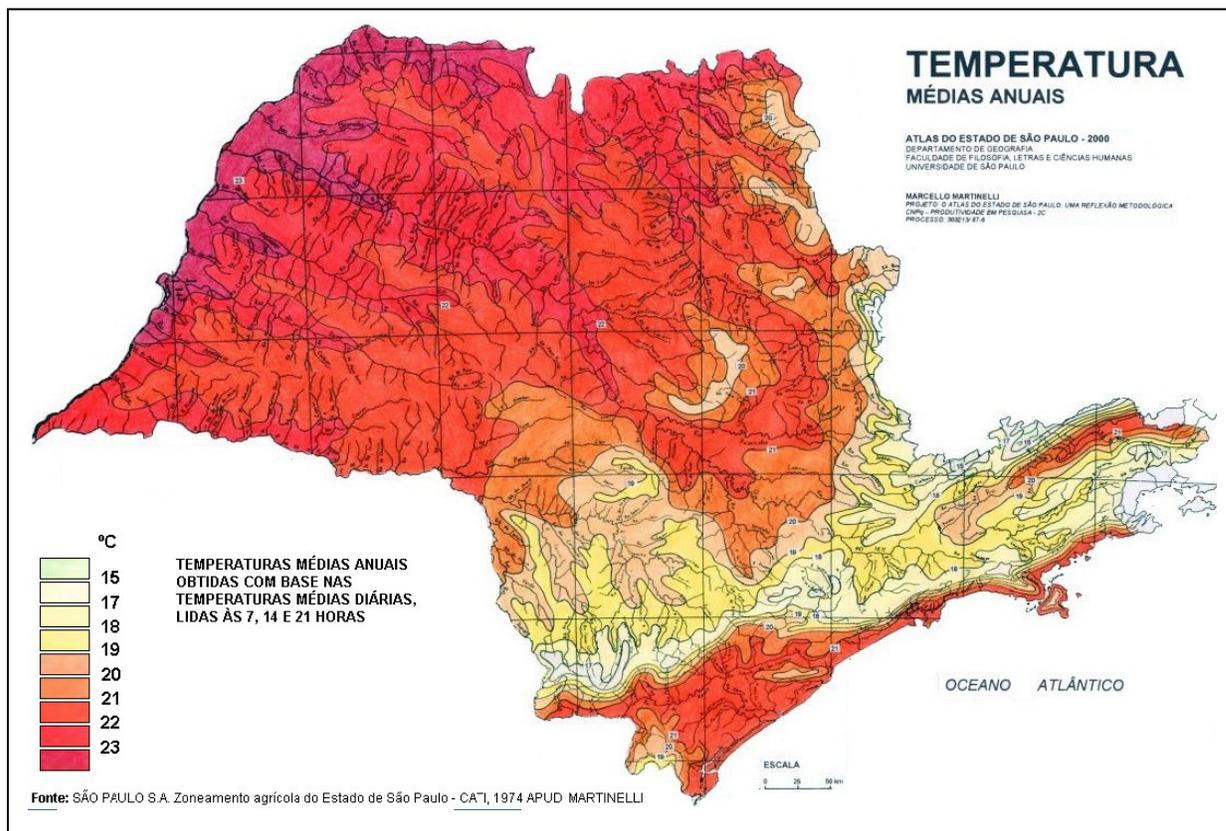
O Mapa 06 elaborado com isoietas selecionadas (de 1120 a 4000 mm) e ordem visual crescente entre as cores frias revela valores maiores na fachada atlântica da Serra do Mar e na vertente oriental da Serra da Mantiqueira, com diminuição dos valores na direção litoral para o interior. (Martinelli, 2008, p. 06).

Mapa 06 - Pluviosidade Total Anual para o Estado de São Paulo



Com temperaturas médias diárias lidas as 7, 14 e 21 horas, ordem visual crescente entre as isolinhas de 15 a 23°C, Martinelli (2007) apresenta o Mapa 07, com gradiente acompanhando a disposição geral do relevo, indicando valores elevados no interior diminuindo no sentido do litoral. (MARTINELLI, 2008, p. 07).

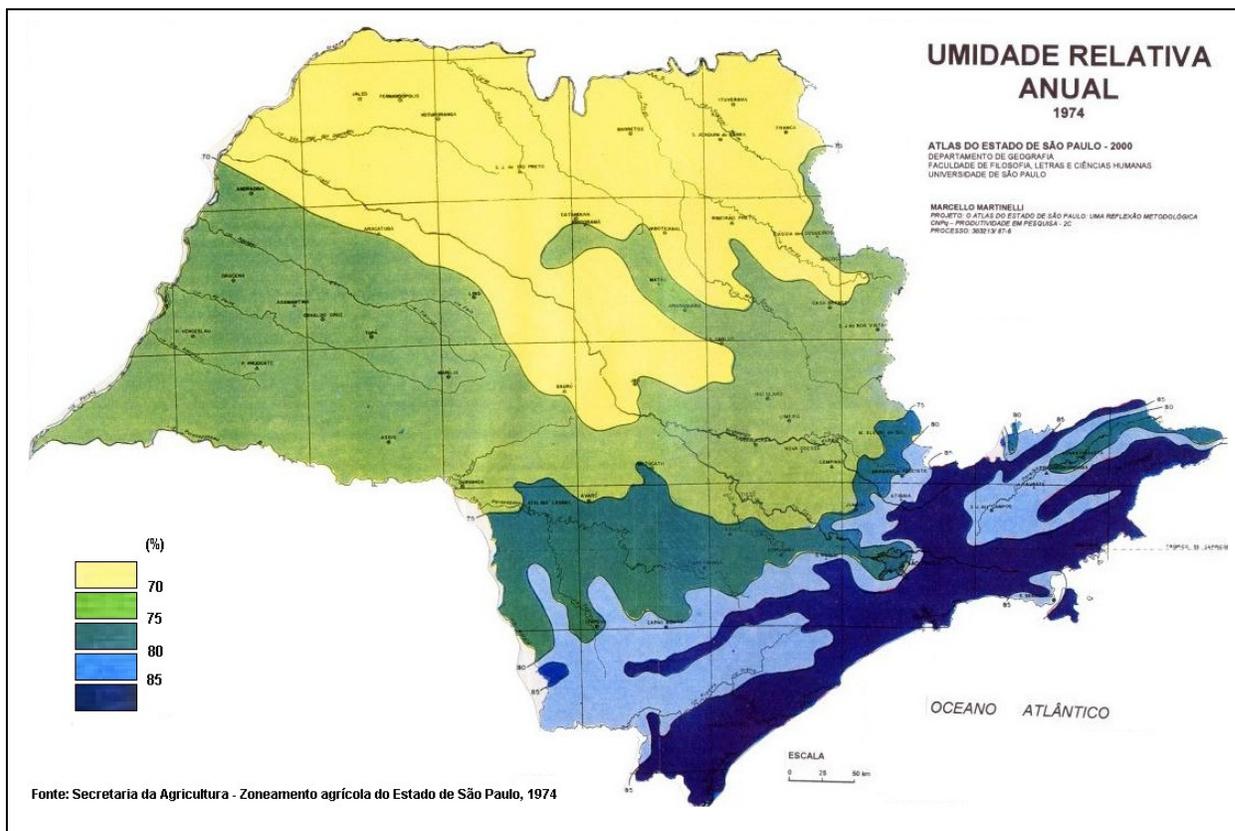
Mapa 07 - Temperaturas Médias Anuais para o Estado de São Paulo.



O homem tem atuado como agente junto a fatores climáticos, na medida em que determinadas conseqüências de sua forma de vida, podem provocam efeitos contínuos e cumulativos.

Aumentar a probabilidade de incêndios em pastagens, ressecamento da pele, sangramento do nariz, são exemplos dos prejuízos que podem ser causados pela falta de umidade relativa, apresentada por Martinelli (2007, p. 08) no Mapa 08,

Mapa 08 - Umidade Relativa Anual no Estado de São Paulo



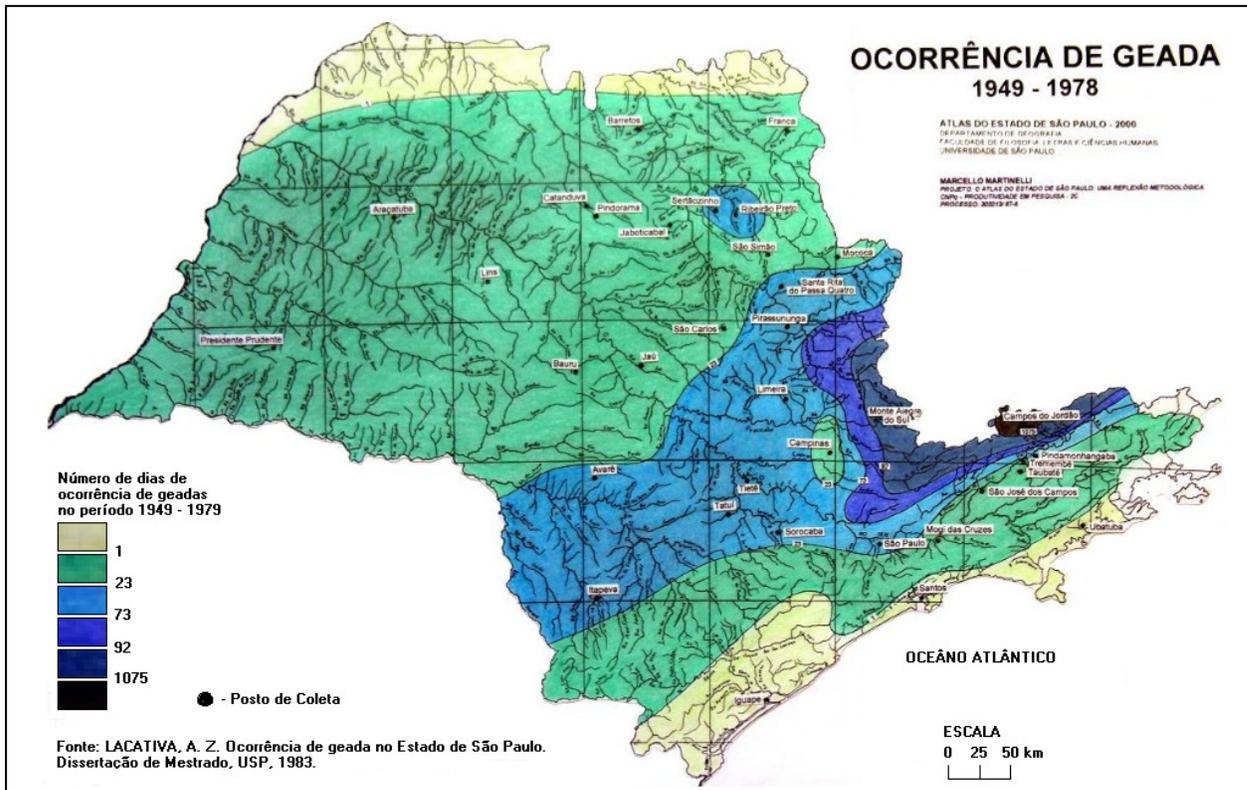
Razão entre a pressão de vapor de água na atmosfera e a pressão de vapor saturado na mesma temperatura, a umidade relativa do ar, ou falta dela, é capaz de provocar grandes manifestações de desconforto nos indivíduos. Utilizada pela meteorologia no processo de previsão do tempo, essa umidade é decorrente de uma das fases do ciclo hidrológico, entendida como o processo de evaporação da água.

Por outro lado, a ocorrência de geada no estado de São Paulo está vinculada à participação mais frequente e intensa das incursões das massas polares, no período de maio até final de agosto. Pode apresentar picos em julho, em episódios em que o centro de alta pressão estaciona ou passa sobre o lugar, deixando o céu claro e com intensa irradiação noturna, sendo favorecida pelo céu claro, ausência de ventos, baixa umidade relativa do ar, temperaturas baixas. (CEPAGRI, 2013)

Para Lacativa (1983), a geada é um fenômeno microclimático que consiste na

formação de finos cristais de gelo que se depositam sobre as superfícies, quando as temperaturas ficam abaixo do ponto de congelamento, fazendo com que o vapor d'água da umidade atmosférica passe diretamente ao estado sólido, por sublimação.

Mapa 09 - Ocorrência de Geada no Estado de São Paulo



Fonte: LACATIVA, 1983 apud MARTINELLI

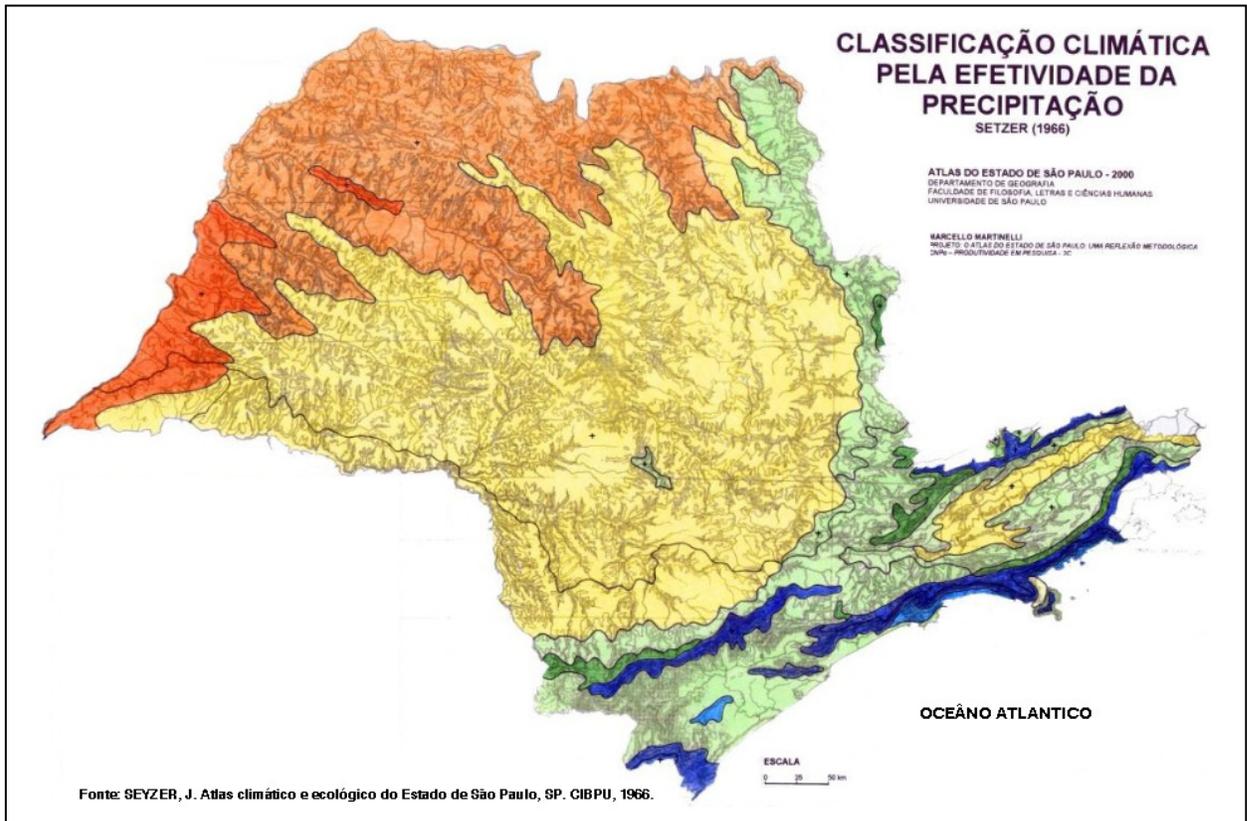
O fenômeno se concentra nas unidades morfoesculturais do Planalto Atlântico, Depressão Periférica e Planalto Ocidental do relevo paulista. Na primeira, acontece por conta da presença marcante do fator altitude; nas duas últimas, ocorre em virtude de tais conjuntos espaciais estarem à mercê da trajetória dos fluxos da massa de ar polar continental. De acordo com o relevo, os fundos de vale são os mais vulneráveis, tendo em vista a acumulação de ar frio em suas baixadas, favorecendo as inversões térmicas.

Segundo o CEPAGRI (2012), a ocorrência de geadas na região sudeste “concentra-se nos meses de junho a agosto, com casos excepcionais em maio e setembro. De modo geral, ocorrem geadas fracas a cada 4/5 anos, fortes a cada 9/11

anos e severas a cada 18/20 anos”.

O Mapa 10 elaborado por Setzer (1966) baseia-se no índice da efetividade da precipitação anual.

Mapa 10 - Classificação Climática pela efetividade da Precipitação em São Paulo



Fonte: SETZER apud MARTINELLI

O índice da efetividade da precipitação anual leva em conta as chuvas e as temperaturas em sua composição e a partir deste índice é possível identificar no estado, os climas: Super-úmido temperado, Muito úmido subtropical, Muito úmido tropical, Úmido tropical, Úmido subtropical, Sub-úmido tropical e Sub-úmido subtropical. (Martinelli, 2007)

Desenvolvido pelo autor com dados do CEPAGRI (2012), o quadro 02 apresenta informações sobre a localização das Estâncias Climáticas para o Estado de São Paulo, a altitude e o enquadramento climático pelo Sistema Köppen.

Quadro 02 - Dados geográficos das Estâncias Climáticas em São Paulo .

	Analândia	Bragança Paulista	Caconde	Campos Novos Paulista	Cunha	Morungaba	Nuporanga	Santa R. do Passa Quatro	Santo Antonio do Pinhal	S. Bento do Sapucaí		
Latitude	22.90	22.34	21.18	22.21	23.20	22.31	20.26	21.25	22.29	22.24	Alt. Méd	798,70
Longitude	47.24	46.19	46.22	50.00	44.34	46.28	47.27	47.16	45.24	45.26	Alt. Mín	510,00
Altitude	677	840	820	510	860	760	780	760	1100	880	Alt. Máx	1.100,00

Fonte: CEPAGRI - UNICAMP

Percebe-se discrepância entre as altitudes de Campos Novos Paulista e Santo Antonio do Pinhal em relação às demais localidades. Nuporanga diferencia-se das demais quando analisada a classificação climática.

O Quadro 03 apresenta o volume de chuvas médio mensal onde também são percebidas discrepâncias.

Quadro 03 - Volume de Chuvas para as Estâncias Paulistas

Koppen	Cwa	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwb	Cwa	Volume de chuvas (mm)		
Mês / Chuvas	Analândia	Bragança Paulista	Caconde	Campos Novos Paulista	Cunha	Morungaba	Nuporanga	Santa R. do Passa Quatro	Santo Antonio do Pinhal	S. Bento do Sapucaí	Mínimas	Média	Máxima
JAN	236,6	232,4	274,0	204,8	225,2	258,3	264,1	278,4	276,4	273,8	204,8	252,4	278,4
FEV	208,7	192,2	210,8	196,7	186,4	215,5	226,9	211,5	248,2	232,6	186,4	213,0	248,2
MAR	155,0	169,6	177,1	143,1	162,8	161,0	195,9	179,9	204,9	186,3	143,1	173,6	204,9
ABR	62,7	82,4	72,9	79,6	75,8	80,4	81,5	77,3	107,7	97,2	62,7	81,8	107,7
MAI	54,7	74,1	60,2	89,3	55,5	71,7	47,2	52,7	62,9	81,9	47,2	65,0	89,3
JUN	29,3	59,1	33,8	67,3	37,3	55,4	21,3	31,5	48,6	54,3	21,3	43,8	67,3
JUL	25,4	42,2	21,2	42,6	27,2	36,7	17,4	24,6	31,5	38,8	17,4	30,8	42,6
AGO	28,0	44,0	25,2	35,4	36,6	35,5	16,0	26,1	37,6	48,5	16,0	33,3	48,5
SET	59,9	87,7	72,3	88,9	66,9	72,0	56,6	60,4	73,1	98,3	56,6	73,6	98,3
OUT	126,7	132,9	135,8	118,2	119,2	146,0	138,4	143,4	155,1	180,4	118,2	139,6	180,4
NOV	150,7	164,6	190,4	140,8	139,5	150,5	189,9	171,5	184,6	194,6	139,5	167,7	194,6
DEZ	211,9	228,2	280,4	218,2	219,4	232,8	267,3	249,5	272,3	280,8	211,9	246,1	280,8
	1.349,6	1.509,4	1.554,1	1.424,9	1.351,8	1.515,8	1.522,5	1.506,8	1.702,9	1.767,5			
Média	112,5	125,8	129,5	118,7	112,7	126,3	126,9	125,6	141,9	147,3			
Mínimo	25,4	42,2	21,2	35,4	27,2	35,5	16,0	24,6	31,5	38,8			
Máximo	236,6	232,4	280,4	218,2	225,2	258,3	267,3	278,4	276,4	280,8			

Fonte: Produzido pelo autor com dados do CEPAGRI – UNICAMP (2012)

Enquanto Analândia e Cunha equiparam-se nos menores volumes de chuva, Santo Antonio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, disputam os maiores volumes. Esta condição pluviométrica é apontada também no trabalho proposto por Martinelli (2007), e foi apresentada no Quadro 03.

Em relação ao clima Cunha, Analândia e São Bento do Sapucaí estão classificadas como Cwa, Santo Antonio do Pinhal aparece como Cwb, donde se deduz que a condição pluviométrica, não esta diretamente relacionada ao tipo de Clima, admitindo a influência de outros fatores em sua composição. As médias para as temperaturas máximas estão representadas no Quadro 04 que apresenta Santo Antonio do Pinhal com 100 % das menores máximas enquanto Campos Novos Paulista e Nuporanga dividem a supremacia.

Quadro 04 - Temperaturas Máximas para as Estâncias Paulistas

Koppen	Cwa	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwb	Cwa	Das máximas		
Mês / Máximas	Analândia	Bragança Paulista	Caconde	Campos Novos Paulista	Cunha	Morungaba	Nuporanga	Santa R. do Passa Quatro	Santo Antonio do Pinhal	S. Bento do Sapucaí	Mínimas	Média	Máxima
JAN	29,4	28,0	28,4	30,6	27,9	28,7	28,9	28,9	26,1	27,8	26,1	28,5	30,6
FEV	29,5	28,0	28,4	30,7	27,8	28,7	28,9	28,9	26,0	27,8	26,0	28,5	30,7
MAR	29,2	27,7	28,3	30,3	27,5	28,3	28,8	28,7	25,7	27,4	25,7	28,2	30,3
ABR	27,7	25,9	27,0	28,6	25,7	26,6	27,9	27,3	24,0	25,8	24,0	26,7	28,6
MAI	25,8	24,0	25,3	26,6	23,8	24,6	26,3	25,6	22,3	23,9	22,3	24,8	26,6
JUN	24,8	22,9	24,3	25,5	22,6	23,5	25,4	24,6	21,2	22,9	21,2	23,8	25,5
JUL	25,0	23,0	24,6	25,7	22,8	23,7	25,7	24,8	21,4	23,0	21,4	24,0	25,7
AGO	27,2	25,0	26,9	27,9	24,7	25,7	28,2	27,1	23,1	25,0	23,1	26,1	28,2
SET	28,3	26,1	28,2	28,8	25,8	26,7	29,6	28,4	24,5	26,2	24,5	27,3	29,6
OUT	28,7	26,6	28,3	29,4	26,3	27,2	29,4	28,5	24,8	26,6	24,8	27,6	29,4
NOV	28,9	27,1	28,2	29,9	26,9	27,8	29,1	28,6	25,2	27,0	25,2	27,9	29,9
DEZ	28,8	27,2	28,0	29,9	27,0	27,8	28,6	28,3	25,2	27,0	25,2	27,8	29,9
Média	27,8	26,0	27,2	28,7	25,7	26,6	28,1	27,5	24,1	25,9			
Mínimo	24,8	22,9	24,3	25,5	22,6	23,5	25,4	24,6	21,2	22,9			
Máximo	29,5	28,0	28,4	30,7	27,9	28,7	29,6	28,9	26,1	27,8			

Quadro 05 - Temperaturas Médias para as Estâncias Paulistas

Koppen	Cwa	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwb	Cwa	Das médias		
Mês / Médias	Analândia	Bragança Paulista	Caconde	Campos Novos Paulista	Cunha	Morungaba	Nuporanga	Santa R. do Passa Quatro	Santo Antonio do Pinhal	S. Bento do Sapucaí	Mínimas	Média	Máxima
JAN	23,0	22,6	23,0	24,8	22,4	23,1	23,4	23,4	20,9	22,4	20,9	22,9	24,8
FEV	24,0	22,7	23,1	25,0	22,5	23,3	23,5	23,5	20,9	22,5	20,9	23,1	25,0
MAR	23,5	22,1	22,6	24,5	21,9	22,7	23,2	23,0	20,4	21,9	20,4	22,6	24,5
ABR	21,4	19,9	20,8	22,3	19,7	20,5	21,4	21,1	18,3	19,8	18,3	20,5	22,3
MAI	19,1	17,6	18,6	19,9	17,4	18,2	19,3	18,9	16,0	17,5	16,0	18,3	19,9
JUN	17,9	16,3	17,4	19,6	16,1	16,8	18,3	17,7	14,7	16,2	14,7	17,1	19,6
JUL	17,8	16,1	17,3	18,5	15,9	16,7	18,2	17,5	14,5	16,0	14,5	16,9	18,5
AGO	19,6	17,7	19,1	20,3	17,4	18,3	20,2	19,4	16,0	17,6	16,0	18,6	20,3
SET	21,1	19,2	20,8	21,7	19,0	19,8	22,0	21,0	17,7	19,2	17,7	20,2	22,0
OUT	22,2	20,4	21,8	22,8	20,1	20,9	22,8	22,0	18,8	20,3	18,8	21,2	22,8
NOV	22,7	21,1	22,1	23,6	20,9	21,7	22,8	22,4	19,4	21,0	19,4	21,8	23,6
DEZ	23,2	21,8	22,5	24,2	21,6	22,4	23,1	22,8	20,1	21,6	20,1	22,3	24,2
Média	21,3	19,8	20,8	22,3	19,6	20,4	21,5	21,1	18,1	19,7			
Mínimo	17,8	16,1	17,3	18,5	15,9	16,7	18,2	17,5	14,5	16,0			
Máximo	24,0	22,7	23,1	25,0	22,5	23,3	23,5	23,5	20,9	22,5			

Fonte: Produzidos pelo autor com dados do CEPAGRI – UNICAMP

O quadro 06 apresenta as máximas temperaturas (das mínimas) e neste caso, Santo Antonio do Pinhal apresenta as menores temperaturas enquanto Campos Novos Paulista apresenta as máximas. Chama a atenção a grande diferença encontrada entre os menores e os maiores valores para cada categoria (3,4°C a 3,8°C), para municípios que recebem o mesmo enquadramento.

Quadro 06 - Temperaturas Mínimas para as Estâncias Climáticas Paulistas

Koppen	Cwa	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwa	Aw	Cwa	Cwb	Cwa	Das mínimas			
Mês / Mínimas	Analândia	Bragança Paulista	Caconde	Campos Novos Paulista	Cunha	Morungaba	Nuporanga	Quatro	Santa R. do Passa	Santo Antonio do Pinhal	S. Bento do Sapucaí	Mínimas	Média	Máxima
JAN	18,2	17,1	17,5	19,1	17,0	17,6	17,9	17,9	17,9	15,6	17,0	15,6	17,5	19,1
FEV	18,5	17,4	17,7	19,3	17,2	17,8	18,1	18,1	18,1	15,9	17,2	15,9	17,7	19,3
MAR	17,7	16,5	17,0	18,6	16,4	17,0	17,5	17,5	17,3	15,0	16,4	15,0	16,9	18,6
ABR	15,1	13,9	14,5	15,9	13,8	14,4	15,0	14,8	14,8	12,5	13,8	12,5	14,4	15,9
MAI	12,5	11,2	11,9	13,2	11,0	11,7	12,4	12,1	12,1	9,7	11,1	9,7	11,7	13,2
JUN	11,0	9,7	10,5	11,8	9,5	10,2	11,2	10,8	10,8	8,2	9,6	8,2	10,3	11,8
JUL	10,5	9,1	10,0	11,2	9,0	9,6	10,7	10,3	10,3	7,7	9,1	7,7	9,7	11,2
AGO	11,9	10,4	11,4	12,6	10,2	10,9	12,2	11,7	11,7	8,9	10,3	8,9	11,1	12,6
SET	13,9	12,3	13,5	14,6	12,1	12,9	14,3	13,7	13,7	10,8	12,3	10,8	13,0	14,6
OUT	15,7	14,1	15,3	16,3	13,9	14,7	16,1	15,5	15,5	12,8	14,1	12,8	14,9	16,3
NOV	16,5	15,1	16,0	17,2	14,9	15,6	16,6	16,2	16,2	13,6	15,0	13,6	15,7	17,2
DEZ	17,6	16,4	17,0	18,5	16,2	16,9	17,5	17,3	17,3	14,9	16,3	14,9	16,9	18,5
Média	14,9	13,6	14,4	15,7	13,4	14,1	15,0	14,6	14,6	12,1	13,5			
Mínimo	10,5	9,1	10,0	11,2	9,0	9,6	10,7	10,3	10,3	7,7	9,1			
Máximo	18,5	17,4	17,7	19,3	17,2	17,8	18,1	18,1	18,1	15,9	17,2			

Fonte: Produzido pelo autor com dados do CEPAGRI – UNICAMP

4.3 - Do turismo:

Segundo Aurélio (2012), lazer vem, pela etimologia, do Latim “*licere*”, ou seja, “o que é lícito”, e vem daí, a forma atual do que entendemos por férias, componente fundamental para a popularização do turismo.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2012), “o turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que implica no movimento de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou profissionais”. Estas pessoas são chamadas visitantes (que podem ser tanto turistas como excursionistas; residentes ou não residentes) e turismo tem a ver com suas atividades, algumas das

quais implicam despesas de turismo.

O Ministério do Turismo brasileiro (MTur) adota para Turismo, a definição estabelecida pelo OMT em Madrid (2001) “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. (BRASIL, 2012)

A idéia de lazer se estabelece de forma melhor definida, logo após a revolução industrial, onde o dia de folga passa a ter o caráter “licito”.

[...] os proprietários das fábricas começaram a admitir essas ‘semanas de folga’ (grifo do autor) como períodos regularizados de férias, as quais encontravam sua compensação no fato de que o comparecimento ao trabalho era muito mais regular, durante o resto do ano. (URRY, 2001)

Em 1996, no Congresso do Bureau Internacional de Turismo Social – BITS –, ficou registrada a Declaração de Montreal: “todos os seres humanos têm direito a descansar, a um tempo de ócio, a um limite de horas trabalhadas e a férias pagas”; “o objetivo primário de todas as iniciativas de desenvolvimento turístico deve ser a realização plena das potencialidades de cada indivíduo, como pessoa e como cidadão”. (OMT,1996)

O turismo é um fenômeno em expansão no mundo: movimenta cada vez mais um número maior de pessoas e um significativo volume de capital; representa importante fonte de geração de renda, de empregos e de divisas para vários países do mundo, mas que se restringe até hoje, basicamente, numa atividade de países desenvolvidos para desenvolvidos e, no máximo, para alguns países de economia marginal. (ABRAHÃO, 1990)

No entender de Marcelino (1996, p. 02), a respeito das diversas contribuições oferecidas por pesquisadores que atuam na avaliação de políticas públicas e privadas setoriais de lazer, sem pretendermos limitar outras concepções, considera-se o lazer como:

- Cultura vivenciada no “tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude;
- Fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da

sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas.

No século XX o tempo do turismo, à semelhança dos momentos de lazer em geral, é tido por oposição ao tempo do trabalho. Parece existir uma relação de contrariedade e complementaridade entre ócio e negócio. (PIMENTEL, 2009)

Segundo Yasoshima et al (2012) “a busca por curas em estações termais ou balneárias, peregrinação a templos, monumentos, conagraçamento em atividades esportivas, ou passar o verão em segundas residências remontam de longa data”.

Capaz de gerar riqueza em larga escala, a indústria que se tornou o turismo (bem não material), requer ambientes “preparados”, produção de bem estar e prestação de serviços (direta ou indireta). Dinâmico e transformador, é capaz de acompanhar as transformações de seu tempo, na busca de oferecer ao turista, valores ou sensações que lhes sejam caros.

O discurso médico, a valorização da natureza, o desenvolvimento dos meios e sistemas de transportes, o romantismo, a massificação dos esportes, da ciência, da informação, dos serviços, da estética, de valores, símbolos, etc. solidificou a imagem do turismo enquanto indústria e gerador de riqueza. Sob a égide do poder compensatório dos efeitos maléficos da vida urbana, a “necessidade de abstração” viabilizou-se através das conquistas sociais, o aumento da renda e por um melhor aproveitamento do “período anual de descanso”.

Sua atratividade aumenta ou diminui em função de um valor consensual atribuído, o que o torna dinâmico e dependente de uma constante avaliação/atualização e, não raro, sazonalidade.

A busca por determinados serviços, equipamentos, beleza e outros predicados capazes de produzir bem estar relacionam-se constantemente com o tipo de acesso e infra-estrutura que se pretende encontrar ou receber.

O turismo foi assumindo novas formas e se adaptando as várias necessidades e especializações de seu público. No Brasil o Ministério do Turismo (MTur), em consonância com a Organização Mundial do Turismo, classifica essas várias formas segundo critérios específicos conforme se verifica na Quadro 07:

Quadro 07 - Classificações do Turismo segundo o MTur.

Social	É a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão.
Ecoturismo	Atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
Cultural	Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura
De Estudos e Intercâmbio	Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional
De Esportes	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas
De Pesca	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora
Náutico	Caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística
De Aventura	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo
De Sol e Praia	Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor
De Negócios e Eventos	Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social
Rural	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade
De saúde	Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos

Fonte: Ministério do Turismo – 2012

Segundo o MTur a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, nas quais os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições: agropecuária, pesca, esporte, manifestações

culturais, manifestações de fé, etc

- Aspectos e características: geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais, etc.
- Determinados serviços e infra-estrutura: saúde, educação, eventos, hospedagem, lazer, etc.

As características da demanda determinam suas alterações no volume e na qualidade e podem ser divididas em:

- Elasticidade: vulnerabilidade em relação a mudanças na estrutura dos preços e nas diversas condições econômicas
- Sensibilidade: vulnerabilidade em relação a condições sócio-políticas
- Sazonalidade: dependência das épocas de temporadas (férias, feriados etc), estações e condições climáticas

Devem ser questionadas também as variáveis da demanda:

- Fatores Demográficos: idade, sexo
- Fatores Sociológicos: crenças religiosas, profissão, estado civil, formação educacional, nível cultural
- Fatores Econômicos: renda
- Fatores Turísticos: transporte e alojamento utilizado, destinos preferidos, objetivo e duração da viagem, atividades de entretenimento.

O MTur identifica ainda inúmeros grupos de *consumidores*, como são tratados comercialmente os turistas, e podem ser adolescentes, idosos, pessoas com algum tipo de deficiência, grupos familiares, grupos religiosos, etc.

Como se percebe pelo nível de especialização disposto na Tabela 08, o turismo significa atualmente uma poderosa indústria, capaz de gerar emprego e renda, que demanda investimentos pontuais, especialização e planejamento regional de curto, médio e longo prazo.

Entretanto segundo Boyer (2003) nem sempre foi assim, o trabalho e o negócio eram tidos, nas sociedades clássicas, como algo desprezível, enquanto as viagens e o ócio eram símbolos de distinção social. Para Dumazedier (2004) “os dias sem trabalho para os camponeses ligavam-se a obrigações espirituais ou limitações estabelecidas

pelo clima, e naquelas circunstâncias implicava em significativa e importante redução de receitas num ambiente miserável”.

Restrita às elites rendeiiras do século XIX, nos antigos vilarejos medievais, instalou-se a prática da *villegiatura*, entendida como a prática de passar temporadas, geralmente no verão, em segundas residências no campo ou próximas ao mar. O vocábulo italiano originou-se de Villa, que designa justamente este tipo de moradia afastada da urbe. (DESPREST, 1997 apud PIMENTEL, 2009)

A massificação do turismo passa a ser uma resposta, uma compensação ao modo de vida urbano, especialmente nos dias atuais, onde:

A sociedade industrial e burguesa destrói o ócio como norma, instituindo o trabalho como valor universal[...]O tempo do trabalho passa a ser ditado pelo relógio, cronométrico[...]a viagem turística virá a constituir parte do lazer moderno, ainda que restrito às elites. (DEPREST, 1997).

Segundo Simmel e Wirth (1979) apud Pimentel (2009), a grande concentração populacional aliada ao modo de vida das cidades, ainda que seja capaz de produzir contato físico freqüente, “ocorre a grande distância social, acentuando a reserva de indivíduos não ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão”.

O necessário movimento freqüente de um grande número de indivíduos num *habitat* congestionado ocasiona atrito e irritação. Para Wirth (1979) “as tensões nervosas que derivam dessas frustrações são acentuadas pelo ritmo acelerado e pela complicada tecnologia sob os quais a vida em áreas densas tem de ser vivida”.

Nesse sentido, para Sessa (1978) a industrialização e a urbanização excessivas “são a causa do desejo de evasão do tecido urbano e do retorno à natureza, isto é, do turismo, e que se pode indicar como a relação urbanização-turismo”.

Turismo Social vem sendo tratado pelo Ministério do Turismo (2012) sob uma nova visão, como uma forma de se conduzir e praticar a atividade turística, visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética.

O Código Mundial de Ética do Turismo dispõe que o Turismo Social tem

[...] por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos. (OMT, 2012)

O Ministério do Turismo (2012) entende que o papel do Estado é de agente incentivador e coordenador no que diz respeito à participação de outros órgãos de governo, da sociedade civil organizada e do setor privado em relação ao turismo, com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural e econômica dos indivíduos. Assim, não são explicitadas as questões de subsídios e subvenções públicas como pressuposto para caracterizar o Turismo Social (não que não devam existir, apenas não devem ser estes os elementos diferenciais). Nessa perspectiva, procura-se desenvolver o turismo com vistas à inclusão, privilegiando a ótica de cada um dos distintos atores envolvidos na atividade: o turista, o prestador de serviços, o grupo social de interesse turístico e as comunidades residentes nos destinos.

Para Marc Boyer (2003) “o turismo foi inventado[...]nenhum lugar é turístico em si[...] nenhum sítio merece ser visitado [...] o turismo é um produto da evolução sociocultural”.

Silva (2001) participa que “[...] as praias cariocas, que hoje são cartões-postais do Brasil, eram associados a sentimentos como medo, repulsa e desprezo no século XIX”. As montanhas, ao contrário, eram tidas como horríveis, sendo lugar dos perigos, dos demônios e da própria incapacidade do homem em domesticá-las e apenas no século XVIII se tornariam “sublimes” (BOYER, 2003, p. 23).

É preciso cautela ao tratar dos destinos turísticos, já que muitos deles não tem vínculo com a natureza, e a “invenção” destes locais, de cunho urbano, ou aí contextualizados, são merecedores de constante atualização, frente aos novos padrões de relações, gostos e práticas, sendo que para Abreu (1994) “O espaço não é organizado pela sociedade, mas é produzido por ela através do trabalho”.

[...] O espaço turístico é antes de tudo uma imagem. Uma imagem feita pelos turistas, que lhes dão os organizadores de férias. [...] Imagem complexa, sonho, refletido pelos cartazes, guias, *folders*, pinturas, livros, filmes. (MIOSSEC, 1977)

Como visto anteriormente, nenhum espaço ou local é turístico em si. Para Pimentel (2004) “o que o torna turístico é uma intencionalidade, ou seja, uma produção de sentido que faz com que o espaço seja vivido enquanto turístico.

Para Silveira (1997) “Haveria, por conseguinte, uma produção de lugares turísticos, alicerçada, em grande parte, na elaboração de um discurso, que contribui para uma ‘coisificação’ e uma ‘fetichização’ de certos pontos do território”.

A atratividade resulta, portanto, da produção e da socialização de imagens turísticas, disseminadora de valores culturalmente compartilhados por uma sociedade ou por alguns grupos sociais, em relação tanto a certos lugares, almejados como centros de grande visitação, bem como a certas práticas sociais, que teriam como espaço privilegiado também alguns lugares, representados como ‘territórios de ócio’.

[...] O outro espaço [almejado] não se identificaria necessariamente com outro lugar, visto em sua materialidade, mas com o lócus de práticas sociais não orientadas e não conformadas preponderantemente pela rotina do trabalho, e como tal ensejadoras de maiores possibilidades de que as dimensões não produtivas da condição humana venham a ser expressas (BENEVIDES e GARCIA, 1997, apud PIMENTEL, 2004).

Essa construção simbólica pode estimular um fluxo turístico, a sociedade urbana e a espacialidade turística, embora não seja condição suficiente para tal. Existem diversos elementos, tanto na oferta quanto na demanda, que também são importantes na determinação desse fluxo. A título de exemplo poder-se-ia citar respectivamente, no caso da oferta, as condições de acesso ao atrativo, a dotação e qualidade de infraestrutura e de equipamentos receptivos, a distância em relação aos principais centros emissores de turistas; e, no caso da procura, o nível de renda da população, o grau de urbanização, o tempo livre disponível, a cultura de empreender viagens turísticas.(PIMENTEL, 2004)

Para Boullón (1990) apud Pimentel (2004), o espaço turístico “[...] é

conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, que são a matéria-prima do turismo”. Entretanto sua viabilidade econômica depende de investimentos em infra-estrutura turística propriamente dita, ainda que a melhor forma seria segundo o mesmo autor “recorrer ao método empírico, observando a distribuição territorial dos atrativos, dos empreendimentos, detectando agrupamentos e concentrações”.

A renovação dos locais sob o ponto de vista de organização, estabelecimento de normas, discurso e imagem, deve acompanhar as necessidades de atualização, sob pena de não o fazendo, ver reduzir seu atrativo de “venda” e conseqüente diminuição do interesse de “consumo”.

Não são todos os locais que dependem de carga publicitária para fundamentação de sua “marca”; ato que não significa necessariamente sucesso. Algumas comunidades desenvolvem turismo de pequena escala, apresentando fluxo turístico mais “natural”, como por exemplo, o estabelecimento de segundas residências. Nestas localidades abre-se espaço para trabalhadores locais, turistas, investidores, e a participação do Estado enquanto elemento fomentador da viabilidade turística. Como se percebe criam-se interesses difusos nestes nichos, que acabam promovendo a atividade turística ainda que de maneira desarticulada.

É necessário o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre os efeitos do turismo, em especial nos municípios que, contam com investimento estatal em sua promoção. A avaliação da distribuição econômica promove de maneira equitativa o desenvolvimento da base local, melhorando a qualidade de vida da população, preservação da natureza e utilização racional dos recursos disponíveis. Ao longo do tempo o turismo foi um dos maiores responsáveis pelos impactos ambientais negativos, em especial as zonas costeiras, onde a massificação aconteceu de maneira predatória. Outro exemplo aconteceu no interior do pantanal, com a caça e pesca.

O homem transforma o espaço natural e provoca, em maior ou menor escala, destruição no ambiente; a sobrevivência do homem como ser social, que atua naturalmente em grupo, sempre modifica o meio de alguma forma.

Estipularam-se limites aos locais turísticos onde a atração seja o ambiente

natural, ou seus recursos, vendendo-se a idéia de manutenção de um ambiente saudável, contraposto ao urbano que, em tese, estaria deteriorado. Estratégias são veiculadas por campanhas publicitárias, buscando valorizar o que se pretende vender, dependendo do interesse atual de investidores e suas projeções futuras sobre liquidez e viabilidade.

A preservação do meio depende de uma política turística eficaz que deve considerar, entre outros fatores, a condição racional da ocupação territorial pelo desmesurado, visando salvaguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras (turismo sustentável). (RUSCMANN apud RODRIGUES, 1999)

As leis de proteção ambiental e outras específicas para a proteção dos recursos turísticos existem em quase todos os países, porém muitas vezes o desencontro entre o discurso oficial e a prática cotidiana é flagrante. O poder de certos grupos de interesse, a pressão econômica e as relações privilegiadas com as administrações locais, lançam o descrédito sobre uma regulamentação boa e adequada – no papel – porém constantemente violada na prática. (RUSCMANN apud RODRIGUES, 1999)

Requerendo grandes hotéis e restaurantes, transportes e sistemas viários ágeis, foi o turismo de massas tomando corpo, transportando cada vez mais pessoas num mesmo espaço de tempo, atingindo, em alguns locais, a capacidade de carga máxima. Neste momento, como bem explica Rodrigues (1996:61), ocorre que “(...) ocupar densamente uma área, implica alterar as condições anteriores, (...) e degradar as condições originais”. Contraditoriamente, este estilo de turismo vai destruindo o seu próprio atrativo; a autora complementa mostrando que, num processo contínuo:

Materializam-se neste espaço mercantilizado outras mercadorias – desde a rede de edificações necessárias para acomodar os turistas, até o acesso aos lugares privilegiados pela natureza, passando por uma infra-estrutura que permita a circulação das pessoas, mercadorias e serviços, apropriados através dos lucros, rendas e juros, privadamente. (Rodrigues, 1996:57)

Daí a proposta de um conjunto de medidas que vão desde a atuação do Estado para regular as tendências e operações das atividades turísticas, até a exigência de

incluir minuciosas análises de avaliação de impacto ambiental (EIA/RIMA), nos estudos de formulação e avaliação dos projetos, muitas vezes realizados por empresas de consultoria não fidedignas.

Segundo numerosos trabalhos de especialistas no assunto, turismo ambiental é uma atividade econômica como outra qualquer, que, todavia, depende para a sua realização da proteção do patrimônio natural e cultural, sobre os quais se assenta.

Trata-se não só de propostas de turismo em áreas naturais protegidas (unidades de conservação), mas também em núcleos urbanos de importante patrimônio cultural, histórico ou contemporâneo (Brasília, por exemplo) ou até em regiões costeiras, cujo modelo sol e praia podem ser implantadas sob novas bases. Uma das premissas do turismo ambiental é não só satisfazer as necessidades dos visitantes, mas também, e principalmente, beneficiar as populações hospedeiras. De certa forma, o turismo ambiental equivale ao que alguns conceituam como turismo sustentável, que pretende otimizar o desenvolvimento econômico com base local sob condições que assegurem não só a qualidade dos serviços oferecidos, mas também a salvaguarda do patrimônio, que deve ser mantido melhorado e restaurado pelos recursos auferidos. Garante-se assim a manutenção das atividades no presente e no futuro, tendo em vista o ciclo de vida do turismo, já amplamente estudado em países onde o fenômeno se encontra em fase de maturidade, como os banhados pelo mar mediterrâneo.

Em macro escala pode-se falar em deslocamento de pessoas entre as diferentes faixas de latitude e, nesse caso, o clima se torna fator significativo, uma vez que pode estimular ou inibir a atividade turística, sendo um recurso natural nada desprezível. (RODRIGUES, 1999)

O ideal térmico para o organismo humano varia conforme a latitude. A maioria dos pesquisadores, porém, admite que, para as populações das áreas temperadas, os limites oscilam entre 18º e 22º. (RODRIGUES, 1999)

Da mesma forma, em duração do brilho solar (ou seja, ausência de nebulosidade), a mesma faixa é favorecida por valores muito elevados, freqüentemente superiores a 3.000 horas anuais (...) em nosso país, assinala-se o contraste entre São Paulo (1.732 horas) e Fortaleza (2.613 horas).(CONTI apud RODRIGUES, 1999)

Latitude, altitude, distância do oceano e situações de sotavento podem combinar-se e produzir espaços muito favoráveis à instalação de atividades de lazer. (CONTI apud RODRIGUES, 1999)

Um bem econômico é aquele em condições de atender às necessidades do homem, os serviços turísticos constituem-se em bens econômicos porque os bens podem ser materiais e imateriais (Serviços). A exploração econômica dos recursos ambientais como recursos turísticos, obriga a elaboração de um planejamento que organize e racionalize esse processo, o que implica:

- Conhecer o ambiente alvo de exploração, tanto através da bibliografia disponível, como “in loco”, de forma a conferir, reforçar, ampliar ou refutar o anteriormente pesquisado. É esse conhecimento que vai permitir um inventário das aptidões do local, do ponto de vista da exploração turística.
- Analisar e elaborar mapas que permitam visualizar o conjunto da disposição dos recursos constatados, identificar vilas, povoados, centros emissores de turistas e conferir as vias de acesso disponíveis, além das características.

A exploração turística dos recursos ambientais deve relevar que em primeiro lugar se está prestando um serviço cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro: mas lucro, como retorno da qualidade de um serviço prestado que deve ser cuidadoso com o turista e com o ambiente, que inclui necessariamente a comunidade humana local.

O turismo deve constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano, no enriquecimento cultural do visitante, através do fortalecimento cultural de quem o recebe.

Observa-se que, apesar das suas potencialidades, a atividade turística não tem vindo acompanhada de um planejamento adequado, não tem propiciado espaço para uma participação da população local, nem o entrosamento dos vários segmentos sociais envolvidos. Esse fato acabou criando conflitos e entraves a um modelo de desenvolvimento sustentável.(FIGUEIREDO apud RODRIGUES, 1999)

A pesquisa realizada por Ângelo-Furlan (1996) permite questionamentos sobre o modo como o turismo tem sido desenvolvido no Brasil e apresenta uma preocupação com o enfoque do consumismo e da maximização dos lucros; além disso, demonstra

que em geral “ (...) as atividades turísticas privilegiam comportamentos urbanos e a paisagem natural é apenas um pano de fundo”

Conservação e turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão fadadas ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais. (WESTERN, 1995)

Portanto se o turismo for bem planejado e implantado, contribui para diminuir as desigualdades regionais; gerar empregos e renda; integrar ao mercado de trabalho um contingente populacional de baixa qualificação profissional por meio da execução de atividades correlatas; promover o desenvolvimento sustentável de áreas com destacado patrimônio ambiental; fixar o homem à sua região evitando o êxodo rural; proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural; integrar socioeconomicamente a população (MICT-EMBRATUR, 1996)

Atividades econômicas implicam crescimento, mas, não sendo devidamente ordenadas, poderão seguir caminhos indesejáveis, prejudicando até o próprio processo de desenvolvimento local. Ordená-lo é tarefa difícil, porém desafiadora, e para tentar obter dele resultados satisfatórios, deve-se partir para um planejamento integrado, gradativo e flexível. (LEONY apud RODRIGUES, 1999)

(...) muitos planos governamentais ficam só no papel por causa da inadequação de suas propostas, a falta de participação da comunidade ou simplesmente por não haver vontade política para sua implantação (...). (LEONY apud RODRIGUES, 1999)

No Brasil, com o passar dos anos, o turismo modificou-se, diversificou-se e apresentou uma gama variada de opções; diminuiu o turismo de praia, surgiram novos destinos com maior valorização cultural e ambiental, criando nova e promissora tendência de mercado para o turismo de baixo impacto, elegendo os lugares mais distantes do conturbado cotidiano urbano e iniciando, nas década de 60, estilos de turismo alternativo.

Segundo Christaller (1963; 95-100), esta nova postura em relação ao turismo surgiu, efetivamente, quando músicos, escultores, pintores e outros profissionais

liberais, isolados ou em pequenos grupos, se dispuseram a conhecer novos e primitivos lugares, fazendo deste locais, constantemente visitados, uma espécie de ponto de encontro. Essas pessoas, encantadas, tinham uma maneira especial de lidar com o lugar integrado à natureza, respeitando-a e preservando-a. Aos poucos a sociedade tradicional, percebendo o movimento delas, passam a freqüentar o local, que depois é descoberto pela mídia atraindo um fluxo maior de turistas. Os que lá chegaram primeiro retiram-se em busca de novas e remotas periferias, num processo contínuo de produção e reprodução do espaço, ficando o local mais vulnerável devido à chegada de visitantes em busca do “status” da viagem mais do que o próprio desfrute, alterando e destruindo sua originalidade.

(...) Observa-se a valorização crescente por destinos mais primitivos, com infra-estrutura mais rústica, original e integrada ao ambiente, aproveitando-se os materiais e as técnicas construtivas locais. Cresce também a valorização dos edifícios antigos, valorizando-os e adequando-os para hospedagens, restaurantes, museus e outros. Há uma tendência geral para a originalidade, com espaços mais fluídos e flexíveis, buscando-se interagir a função às formas, que devem ser plásticas e belas. (COBRA,1993)

Observa Cobra (1993:180) haver uma tendência atual no aumento da população de baixa renda, necessitando a implantação de estruturas mais democráticas, participativas e de menor custo. Também é relevante o aumento da população idosa, não só nos países desenvolvidos, como também em todo o planeta.

Para combater o stress da agitação da vida moderna, ganharão espaço as áreas de turismo e saúde, com ênfase no turismo ecológico, e na busca de tratamento de saúde com alimentação mais sadia, balanceada e com menos incidência de química. (COBRA, 1993, p. 163)

Buscam-se, cada vez mais, produtos e serviços ambientalmente corretos, que garantam melhor qualidade de vida e de saúde; nas cidades aumenta-se a prática de atividades esportivas equilibradas, utilizando-se locais arborizados ou menos poluídos.

As campanhas publicitárias de divulgação do turismo, têm buscado inovar em seus apelos, valorizando a ética, a criatividade, e a estética aliando emoção a tudo isto,

ainda que o público alvo seja tratado como um consumidor de maneira geral.

Nos últimos tempos foram percebidos dois tipos diferentes de turismo: um chamado de consciente, onde o turista sabe o que pretende da viagem e que valores quer que sejam respeitados. Em geral são turistas com posses e muito cultos. Estes turistas conscientes esperam das experiências turísticas o respeito, a privacidade, o silêncio, a segurança, a agilidade das coisas e o refinamento. (DE MASSI, 2006)

O turista consciente não se sente atraído por um único produto, como a natureza ou o concreto. Ele exige um pacote completo de alta qualidade, oferecendo em contra partida, respeito aos lugares onde visita, gastando mais dinheiro, não perturbando ninguém sem dar maus exemplos de desperdício e de imoralidade.

Em antagonismo ao turismo consciente temos o turismo de massa, que busca ver em pouco tempo o maior número de coisas. Atraído por comunicação fácil e atraente está presente nas grandes atrações, lugares com muita gente e onde possam ver celebridades.

Incompatíveis o turismo de massa afugenta o turista consciente, embora ambos desencadeiem um círculo vicioso ou virtuoso. O turista consciente respeita as pessoas e lugares, tem bons modos, tem interesse não só pelos monumentos como também pelas pessoas com a finalidade de manterem um intercambio cultural.

O turismo de massa tem uma atitude devastadora. Esperam pouco e oferecem pouco, implicitamente induz a quem os hospeda a serem incapazes e míopes, e isso degrada a zona turística. Esse tipo de turismo depois de colonizar o tempo de trabalho, coloniza também o tempo livre.(DE MASSI, 2006)

O turismo exige a contribuição de toda a comunidade. Mesmo o turista que é bem atendido dentro do próprio hotel, se é tratado mal pelo jornaleiro ou pelo policial na rua, quando ele vai embora, fala mal de toda a comunidade que o hospedou. Nos lugares turísticos tem de haver uma formação contínua em todas as atividades e ramos.

Para atrair turistas, tem de se conjugar dois fatores: inteligência e competência. É mais fácil achar um país com muitas obras de artes, uma cidade com belezas naturais, que achar um bom operador cultural.

Rodrigues (1997:105-117) fez importante discussão sobre as implicações do uso

recreacional do tempo livre, mostrando que mesmo nos momentos de descanso, o trabalhador tem seu tempo apropriado pelo modo de produção capitalista vigente, através de várias estratégias de “marketing”, que tentam levá-lo ao lazer consumista como forma de evadir-se e alcançar uma forma “melhor” de viver.

As conquistas sociais se concretizariam independentes dos movimentos trabalhistas, não só para evitar a superprodução, uma vez que a automatização da indústria amplia enormemente a produtividade da empresa, mas também para contornar o grave problema social do desemprego em massa e reposição da energia das forças de trabalho. (Rodrigues, 1997, p. 106).

O fim pretendido é o controle total dos cidadãos, tanto em seu tempo de produção quanto em seu tempo de descanso, transformando-os forçosamente em tempo de consumo. Assim, os indivíduos vivenciam a ilusão da vida privada, quando na verdade têm seus hábitos e necessidades padronizados pelas grandes estruturas responsáveis pela produção do capital (RODRIGUES, 1998, p. 15).

Ir ao barzinho, assistir ao novo lançamento do cinema, passear no shopping, ou até mesmo ir à praia, tornaram-se atividades “necessárias” para o desestressamento, vitais quanto a própria alimentação. Os espaços de lazer são definidos e são para esses oásis de felicidade que as pessoas se dirigem durante o tempo de descanso, para fazerem exatamente o que tantas outras fazem.

O tempo de folga torna-se um período diário de imitação coletiva. Tudo meticulosamente produzido por empresas e instituições que procuram a cada dia tornar a vida privada uma extensão da vida social.

É vasta a literatura, principalmente as especializadas em “marketing”, sobre as vantagens dos investimentos em turismo, sem que, no entanto qualquer consideração seja feita a respeito do que a sociedade deseja, necessita e entende como recreação. A desvinculação de projetos públicos e privados com a qualidade de vida da população sugere a massificação das atividades, a imposição de alternativas e a conseqüente elitização dos programas, destinados aos portadores de renda que possam consumir, numa concepção equivocada do papel histórico da recreação na vida humana.

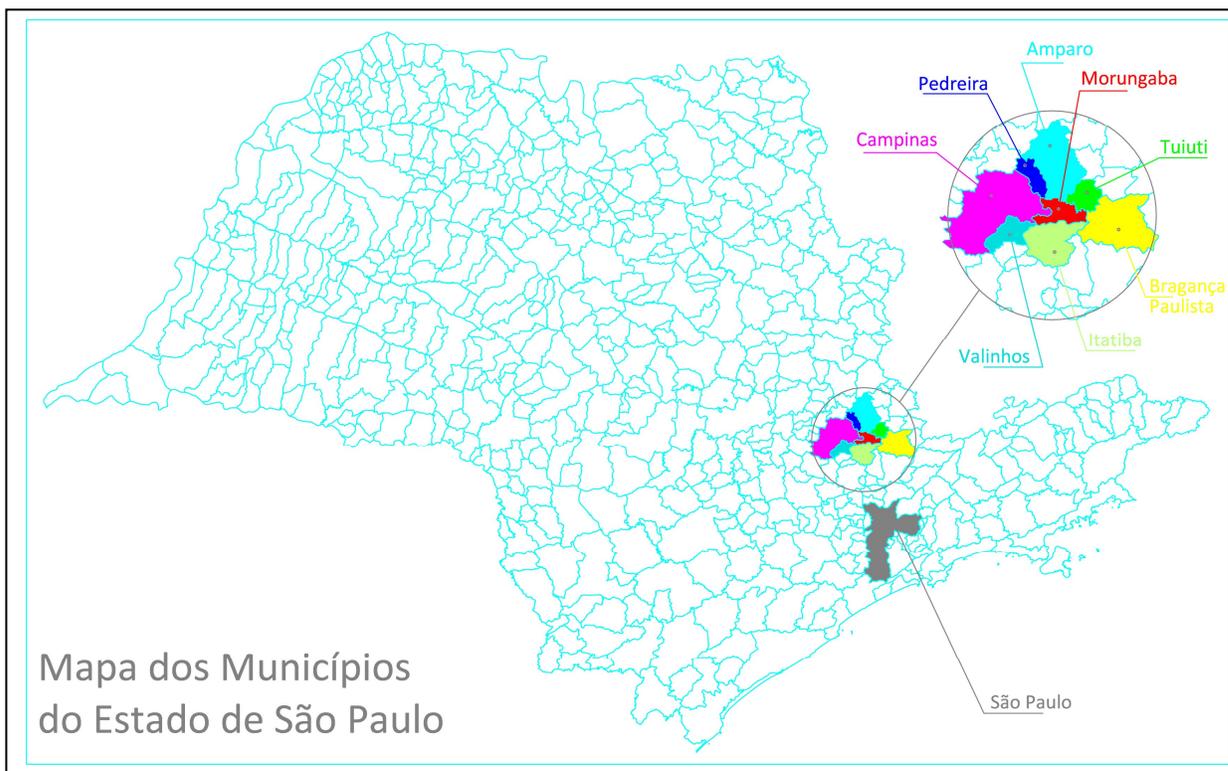
A produção de bens e serviços modificou sua dinâmica com a informática.

Prestação de serviços, informação, estética, bem estar, alimentação saudável, linguagem visual, etc. novas formas de relacionamento (Facebook, etc), novas formas de poder e de se relacionar com a natureza incrementam novas necessidades e por que não dizer, novas angustias. A lógica urbana se reinventa a cada dia.

4.4 - MORUNGABA

A Estância Climática de Morungaba está situada na zona fisiográfica de Bragança Paulista, fazendo divisa com os municípios de Itatiba ao sul, Amparo ao norte, Bragança Paulista a leste e Campinas a Oeste. Pedreira a Noroeste, Tuiuti a nordeste e Valinhos a sudoeste completam as divisas municipais.

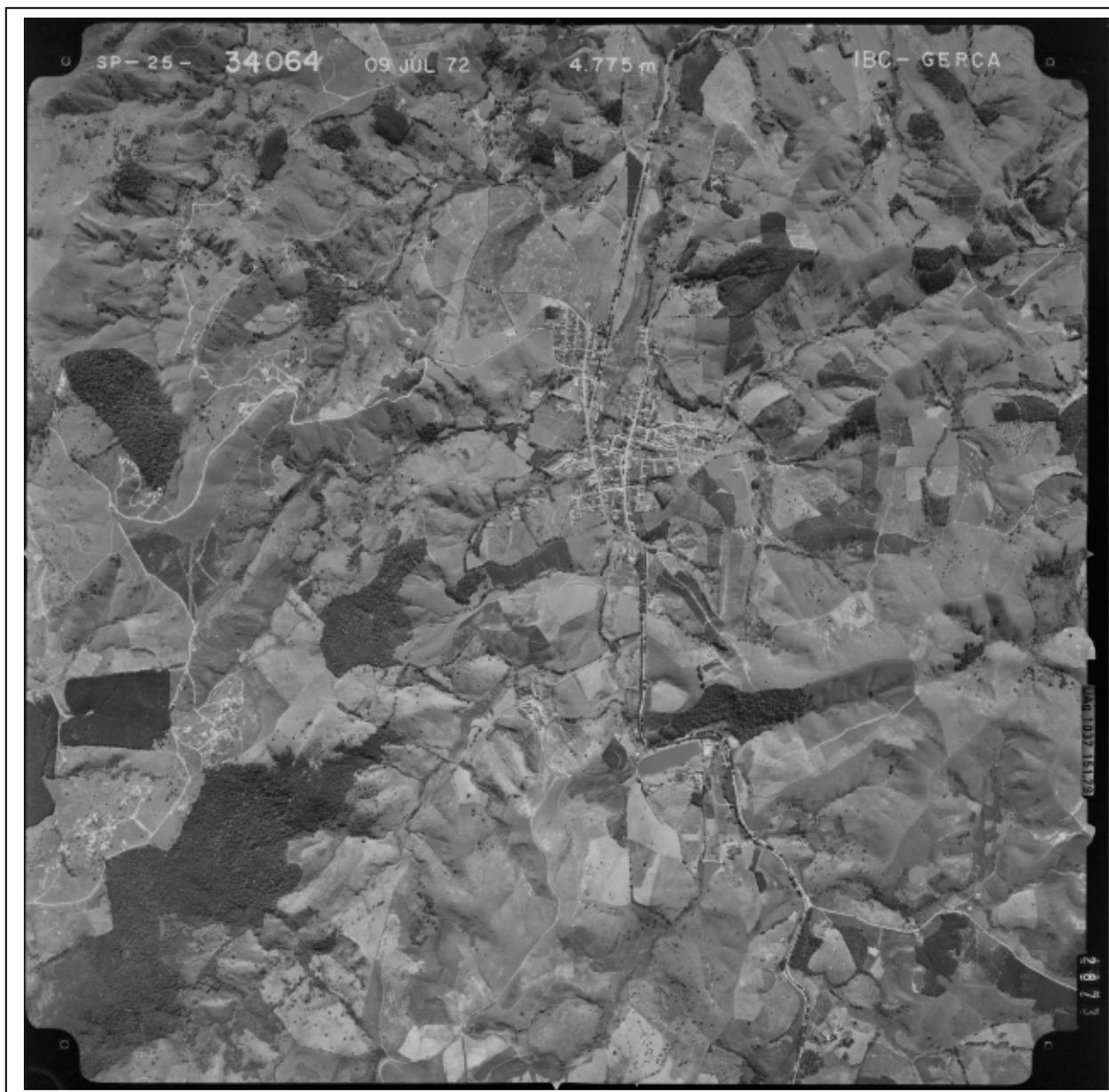
MAPA 11 – Morungaba - Divisas do município



Fonte: Produzido pelo autor com dados do IBGE

Com área 143 km² Morungaba encontra-se dentro de conjunto de regiões serranas situadas entre a Mantiqueira e a Depressão Periférica Paulista, com unidade topográfica bem definida, caracterizada por uma sucessão de morros e colinas, entre as quais se aloja o vale do rio Jaguari (limite de município).

Fotografia 01 - Foto aérea sobre Morungaba – Julho de 1972

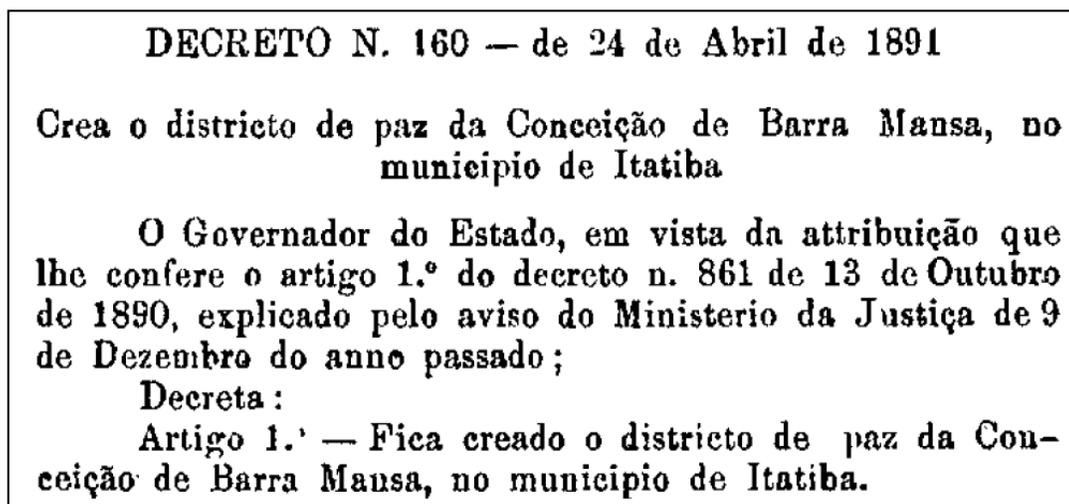


FONTE: Instituto Brasileiro Cartográfico - IBC

4.4.1 - Aspéctos Históricos:

Em 24 de abril de 1891, através do decreto nº 160, o Governador do Estado de São Paulo, Américo Braziliense de Almeida Mello, cria o distrito de paz de Conceição de Barra Mansa, no município de Itatiba, conforme figura 1.

Figura 01 - Cópia eletrônica do Decreto 160 - Diário Oficial de 24/04/1891



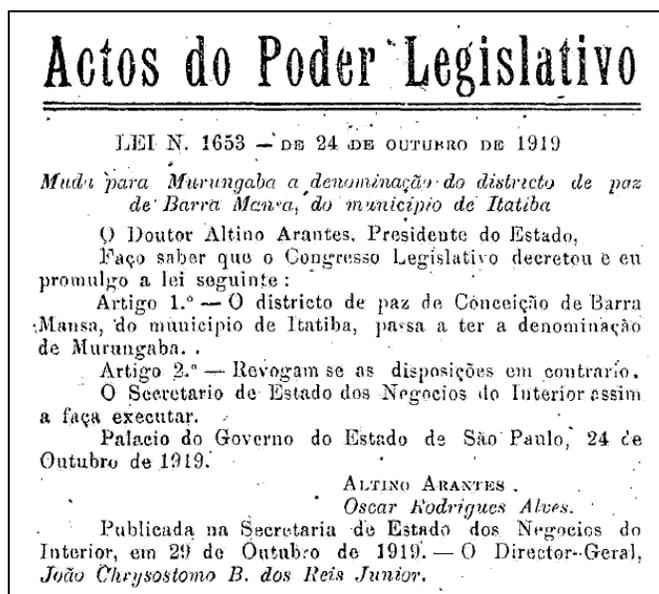
Fonte: Banco de Dados da ALESP – 2012

Como na maioria dos municípios brasileiros criados naquele período, os marcos divisórios são pouco específicos:

Principia na serra do cafezal de João Paiva Baracho, Estanisláu Ferreira e João Alves Cardoso, a rumo direito no moinho do Sr. Baracho, pelo cafezal do mesmo, até ao espigão do cafezal do sr. Paulino de Lima e depois pelo mesmo espigão ao cafezal de João Alves Cardoso, até as divisas com Lourenço Antonio da Silveira e Barão de Ibatinga e pelo espigão da Posse acima, dividindo com Lourenço Antonio Silveira e Eleutério Alves Cardoso, seguindo pelo espigão e dividindo com Lourenço Antonio da Silveira, até ao espigão do cafezal de João de Almeida Cesar, a rumo direito ao cafezal de João Soares de Camargo, Manoel da Silveira Franco Damasio, seguindo pelo espigão, dividindo com José Manoel Leite e Rodrigo Franco de Godoy a rumo direito ao Ribeirão da divisa de Bragança com Itatiba, seguindo pelo Ribeirão abaixo até ao rio Jaguary e pelo rio Jaguary abaixo até a fazenda de José Alves de Assumpção, subindo pelo Ribeirão que divide Campinas e Itatiba, até o espigão da fazenda do Villela, procurando o espigão das Cabras, seguindo pelo mesmo espigão até onde teve seu principio. (Banco de Dados da ALESP, 2012).

Em 24 de outubro de 1919, através da Lei 1.653, altera-se a denominação do município de Conceição de Barra Mansa, para “Murungaba”, conforme se verifica na figura 02, cópia da publicação do Diário Oficial do Estado de 25 de outubro de 1919.

Figura 02 - Cópia eletrônica da Lei nº 1.653 – Diário Oficial de 24/10/1919.



Fonte: Banco de Dados da ALESP – 2012

Segundo SANGIORGI (1972) a necessidade de alteração do nome do município deu-se pelo fato de que os moradores de Conceição de Barra Mansa (atual Morungaba) abreviavam o nome da povoação para “*Barra Mansa*”, causando certa confusão com município homônimo no Estado do Rio de Janeiro . Não foi possível localizar fonte oficial que explique a evolução da grafia do nome de “Murungaba” para Morungaba, com é escrito atualmente.

“Existindo no Estado do Rio de Janeiro uma cidade chamada Barra Mansa e perto dela uma outra chamada Amparo, estabelecia-se frequente confusão no serviço postal e na entrega das mercadorias para Barra Mansa e Amparo daqui, e Barra Mansa e Amparo do Rio.(...). Não era ainda costume acrescentar a palavra Paulista ao nome da cidade, como é o caso de Bragança Paulista”., (SANGIORGI, 1972)

Morungaba permaneceu como Distrito de Itatiba até 1963, ano em que a

população foi convidada a se manifestar, através de plebiscito em 01 de dezembro, se mantinha-se naquela condição ou se, pelo desejo da população, elevar-se-ia a localidade à condição de município. Dos 745 eleitores inscritos, 608 compareceram às urnas, com 542 votos pela emancipação, 39 contrários, 19 votos em branco e 8 nulos.

Em 31 de dezembro de 1963, através da Lei nº 8.050, Art. 84 o Governo do Estado de São Paulo, cria o território de Morungaba, oferecendo legalmente as bases físicas que viabilizariam sua emancipação política: “ O município de Morungaba é criado com sede na Vila de igual nome e com território do respectivo distrito”. (ALESP, 2012)

Apesar da indicação do território como o respectivo distrito, na descrição perimétrica, percebe-se pequena evolução no que tange suas divisas, como segue:

MUNICÍPIO DE MORUNGABA - (Criado em 1963)

a) Divisas Municipais

1 - Com o Município de Campinas: Começa no rio Atibaia, na foz do córrego da Fazenda Espírito Santo no Morro Agudo; segue pelo contraforte fronteiro que deixa a á direita as águas desse córrego até o morro Agudo do Franco; segue pelo espigão que separa as águas do rio das Cabras de um lado, das do rio Atibaia do outro, prossegue pela crista da serra contornando sempre as vertentes do rio das Cabras, até o contraforte que deixa, á esquerda as do córrego da Vendinha do Jaguari, e por êste contraforte segue até a foz do referido córrego no rio Jaguari.

2 - Com o Município de Pedreira: Começa no rio Jaguari, na foz do córrego Vendinha do Jaguari, sobe pelo rio até a foz do córrego da Divisa, que deságua na margem direita, cerca de dois quilômetros abaixo da Ponte J. Soares.

3 - Com o Município de Amparo: Começa no rio Jaguari na foz do córrego da Divisa que deságua cêrca de dois quilômetros abaixo da Ponte J. Soares; sobe pelo rio Jaguari até a foz do córrego J. Marinho.

4 - Com o Município de Bragança Paulista: Começa no rio Jaguari na foz do córrego J. Marinho; sobe pelo rio até a foz do córrego que vem da fazenda de Manuel Ferraz sobe por êste Atibaia ao Sul e as do rio Jaguari ao Norte.

5 - Com o Município de Itatiba: Começa na cabeceira do braço sudoriental do córrego que passa na fazenda de Manuel Ferraz, no espigão entre as águas do rio Jaguari ao Norte, e as do rio Atibaia, ao Sul; segue por êste espigão até a cabeceira mais oriental do córrego da Fazenda Santa Bárbara, pelo qual desce até a sua foz no rio Atibaia; desce pelo rio Atibaia até a foz do córrego da Fazenda Espírito Santo do Morro Agudo, onde tiveram inicio estas divisas. (ALESP, 2012)

Em 28 de fevereiro de 1964, através da Lei nº 8.092, Morungaba obteve sua

Morungaba é uma bela povoação paulista, que tem três riquezas por bem poucos conhecidas: Clima excelente, água melhor ainda e um sossego que só faz bem aos nervos cansados. A água tem propriedades rádio-ativas que também curam; três copos tomados na mesma hora, em nada pesam no estomago...os itinerantes comentaram alegremente este fato, pequeno em sí, porém grande para atestar que a água das fontes de Morungaba é especial. Seria mais conhecida, se fosse analisada em laboratórios especializados. (SANGIORGI, 1972)

A data de fundação do povoado em 29 de junho de 1888, relaciona-se com a abertura de uma rua “perto da fazenda do Sr. Chico Bueno”, admitida atualmente como sendo a rua Bueno de Aguiar, segundo informações obtidas junto ao Departamento de Obras da Prefeitura de Morungaba.

A rua em continuação só tinha casas de um lado até chegar no terreno já doado à Igreja, pelo Sr. João Rodrigues Leme, ou João da Venda... (SANGIORGI, 1972)

FOTOGRAFIA 02 - Morungaba vista de um balão em 1937



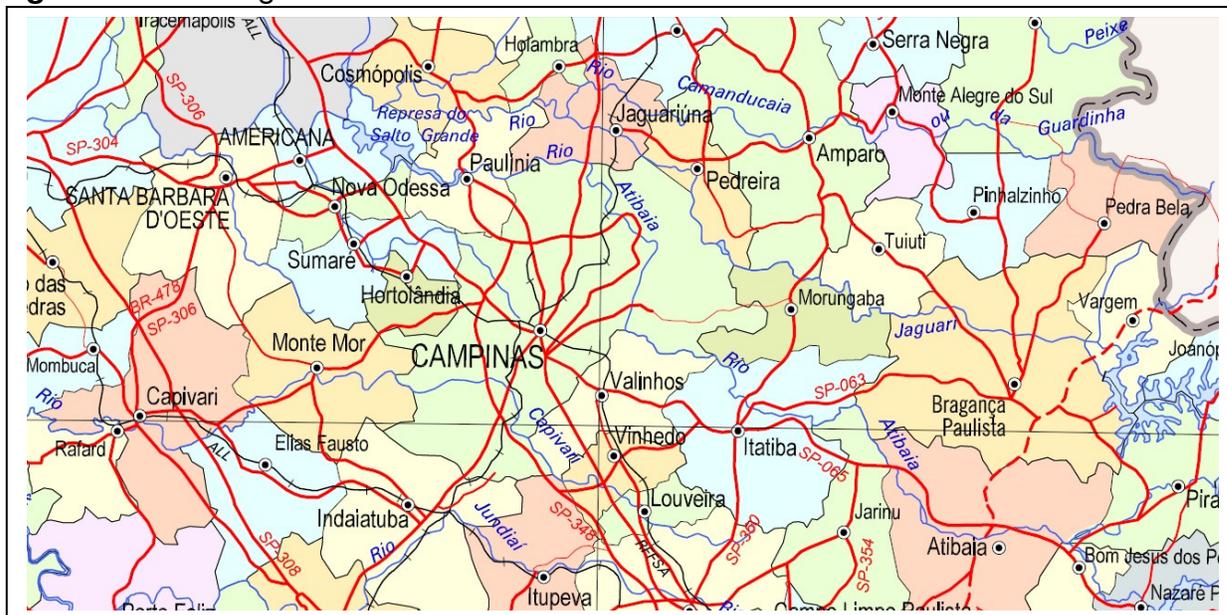
Fonte: Cópia do acervo particular da Prof.^a Maria Cecília Pretti Rossi

Fotografia 03 - Grupo Escolar Antonio R. da Silva e Capela Sto Antonio em 1937



Fonte: Prefeitura Municipal de Morungaba

Figura 04 - Morungaba – Rota de acesso



Fonte: DER

4.4.2 RUY OHTAKE EM MORUNGABA

Em outubro de 1968 a frente de uma equipe técnica composta de onze pessoas, o arquiteto Ruy Ohtake apresentou a administração pública uma proposta de Plano Diretor para o município de Morungaba.

Fotografia 04 - Morungaba foto aérea – vista norte – 1972



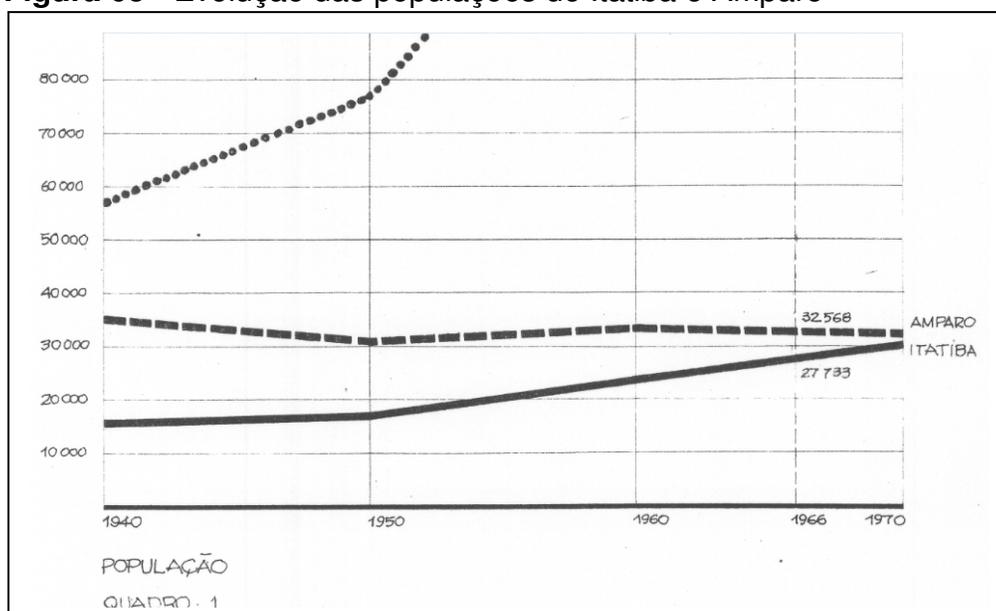
Fonte: Arquivo do autor

Discípulo de Monsenhor Lebret, Ohtake fundamenta sua proposta através de um levantamento de fora para dentro, ou seja, parte das questões regionais em direção às questões municipais. Caracteriza o entorno de Morungaba, além dos municípios de Itatiba (do qual Morungaba se emancipou), Jundiaí e Amparo, relegando Campinas a

um segundo plano, em suas consultas e formulações.

Contextualizada a região geográfica que compreende Morungaba, Ohtake passa a analisar os aspectos populacionais, em especial a evolução das populações. O Quadro 03 apresenta a população de Itatiba menor do que a de Amparo no decênio 1940/1950, e Ohtake projeta uma inversão destas a partir da década de 1970, apontando a expansão do parque industrial itatibense como um dos principais fatores para esta ocorrência, o que se verifica de fato.

Figura 05 - Evolução das populações de Itatiba e Amparo



Fonte: Ohtake, 2012

Apesar do desenvolvimento (recente no período analisado) do parque industrial jundiaense, tanto Itatiba como Jundiaí, eram importantes fornecedores de hortaliças e frutas para a capital do Estado. Ohtake indica a necessidade de intensificação e racionalização da produção, além de aproximá-la das rodovias, buscando facilitar seu escoamento. Segundo Ohtake em 1965 Jundiaí esta entre os grandes produtores de uva do Estado:

Ainda se destacam no cultivo da uva, os municípios de Louveira, Itupeva e Vinhedo que, como Itatiba e Jundiaí, produzem o tipo Niágara,

principal variedade consumida em São Paulo. Somando-se a eles os municípios de São Roque e Mairinque, temos 93% do total de pés existentes no estado de São Paulo. (OHTAKE, 1968)

Ainda que Jundiaí e Itatiba estivessem na eminência de mudanças profundas, a agricultura de Amparo, segundo Ohtake, deveria permanecer fiel a cultura introduzida quando da chegada da imigração européia.

A agricultura em Amparo ainda esta mais voltada aos produtos tradicionais (milho, cana, café, algodão, etc.), não tendo rompido até o presente com a estrutura tradicional do café, que foi no passado. De fato, em 1866, quando a região da Mogiana começa a se destacar na cafeicultura, embora não fosse ainda a principal produtora, posição que só ocupará em 1920, o município de Amparo sozinho, contribuía com 41% do total produzido pela Mogiana. (OHTAKE, 1968)

O aumento do parque industrial nas cercanias de Morungaba é destacado pelo arquiteto, que aponta a decadência do café (1929/30) e a proximidade da cidade de São Paulo, como fatores fundamentais para um crescimento sólido e rápido deste. Em 1935 Jundiaí era o quarto maior centro industrial do Estado, atrás apenas da capital, São Bernardo e Sorocaba.

O crescimento do parque industrial Paulistano, sobretudo após a 2ª guerra mundial, impõe certa saturação à Capital, o que na visão de Ohtake, pressupõe uma expansão da metrópole ao longo do eixo definido pela estrada de ferro Santos-Jundiaí:

[...] é de se supor, portanto, que o avanço industrial, que já a algum tempo se faz ao longo da Estrada de Ferro Santos- Jundiaí, acabe por englobar os municípios de Jundiaí e suas cidades satélites, entre as quais estão Itatiba e Morungaba, numa extensão natural do complexo urbano-industrial da grande São Paulo. (OHTAKE, 1968)

Discursando sobre as possibilidades de crescimento para Morungaba, Ohtake apresenta um novo vetor que poderia alavancar seu desenvolvimento:

Um outro fator que influirá no crescimento de Morungaba será a abertura da estrada que ligará as rodovias Anhangüera, Fernão Dias e Dutra, indo de Campinas ao Vale do Paraíba. (OHTAKE, 1968)

Os levantamentos realizados buscavam fornecer subsídios para o adequado planejamento da cidade, no futuro, além de oferecer informações que subsidiassem as tomadas de decisão da administração.

A questão social é fundamental na avaliação da equipe técnica que compôs o Plano, que busca entender as condições de habitação, aspectos sociais e econômicos das famílias, bem como o sistema de abastecimento de água e tratamento de esgotos. A opinião dos chefes de família sobre os principais problemas da cidade, características individuais da população, o grau de instrução e escolaridade, a utilização das horas de folga e principalmente o nível de atendimento médico odontológico são considerados.

Fotografia 05 - Raia para disputa entre cavalos



Fonte: Acervo particular do autor

A simplicidade do “*modus vivendi*” em Morungaba, quando da presença de Ohtake, é bem retratada na Fotografia 05, onde alguns moradores acompanham uma das principais formas de diversão da época: a disputa entre cavalos. Uma raia

improvisada, roupas simples, em geral com animais criados pelos próprios condutores, onde os aspectos relativos à segurança são subjugados por um tipo de diversão ingênuo e verdadeiro. Os resultados eram debatidos por semanas, alimentando fantasias e especulações de uma vida simples com aspirações minimalistas. Segundo os números levantados 62,5% da população tem renda inferior a 2,5 salários mínimos, indicando o baixo poder aquisitivo da população na época.

Ao longo do trabalho a equipe técnica busca relacionar os problemas da cidade sob a ótica de seus moradores. Dentre os principais problemas são apontados a falta de água, energia elétrica, médicos (assistência hospitalar) e a falta de um ginásio (aqui entendido como uma escola com um nível de ensino além do primário). Evoluir nos estudos significava viajar diariamente até um dos municípios mais próximos, como Itatiba e Amparo, até mesmo Campinas, que ofereciam esta possibilidade na época.

Apesar da baixa renda, poucas foram as queixas relativas a falta de emprego, ainda que muitos mostrassem preocupação com a necessidade de expansão da atividade econômica, priorizando a construção de novas fábricas.

4.4.3 – Observações sobre a proposta de Ruy Ohtake

Preliminarmente a equipe técnica produziu algumas projeções interessantes para a época, como a possibilidade de Morungaba ser atingida pelo avanço do parque industrial paulista, que já chegara em Jundiaí, e com menor intensidade podia ser sentido em Itatiba. A construção da rodovia D. Pedro funcionaria como um acelerador deste processo. A equipe propôs a construção de um Distrito Industrial, que pela legislação atual, sofreria restrições face a proximidade com ribeirão dos Mansos e o rio Jaguarí, conforme se verifica na Figura 06.

Por outro lado a identificação das *“excelentes condições climáticas”* de Morungaba viabilizariam, segundo parecer do corpo técnico de Ohtake, excelentes condições para a integração do município, no contexto turístico já implantado por Amparo, Serra Negra, Lindóia e Águas de Lindóia. Sob esta ótica a equipe técnica especula que Morungaba deverá ter um desenvolvimento linear acompanhando a

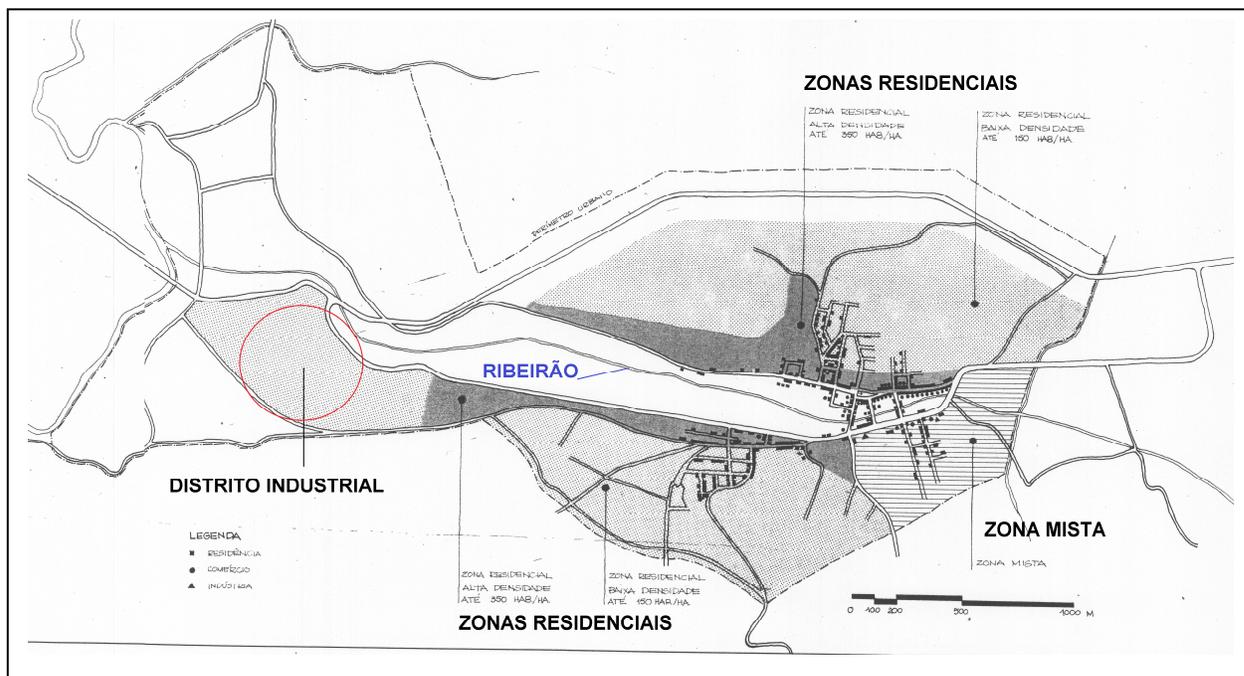
rodovia e o ribeirão dos mansos, (o que de fato se concretiza) propondo a construção de um Parque municipal, que atualizado pode ser reconhecido como um Parque Linear.

Dentro dessas características de linearidade, foi previsto um grande Parque Municipal, na faixa compreendida entre o rio e a rodovia, que garantirá toda a atividade de lazer, recreação, turística, e ao mesmo tempo abrigará os equipamentos administrativos municipais (Paço municipal) e os equipamentos sociais (Escolas, posto de saúde, Igrejas, cinema, etc). (OHTAKE, 1968)

Chamou a atenção a capacidade de previsão de que a rodovia que corta o município, causaria transtornos de difícil enfrentamento e na oportunidade a equipe propõe a construção de um 'Anel viário', construindo um novo traçado que deixa atravessar o centro do município, para transcorrer ao largo deste.

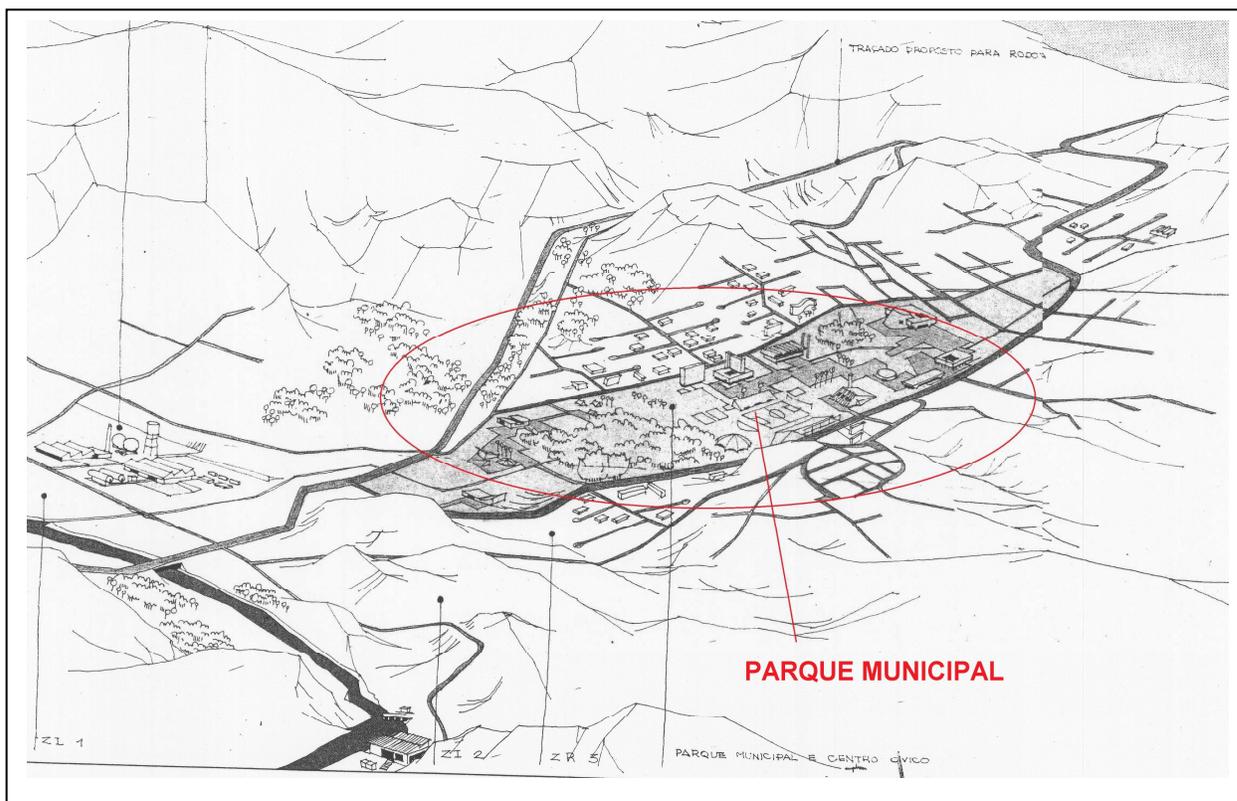
A figura 03 representa em Planta situação proposta, enquanto a figura 04 apresenta um perspectiva desenvolvida por Ohtake.

Figura 06 - Zoneamento proposta por Ruy Ohtake para Morungaba (1968)



Fonte: Ruy Ohtake, 2011

Figura 07 - Perspectiva da implantação do Parque Municipal em Morungaba (1968)



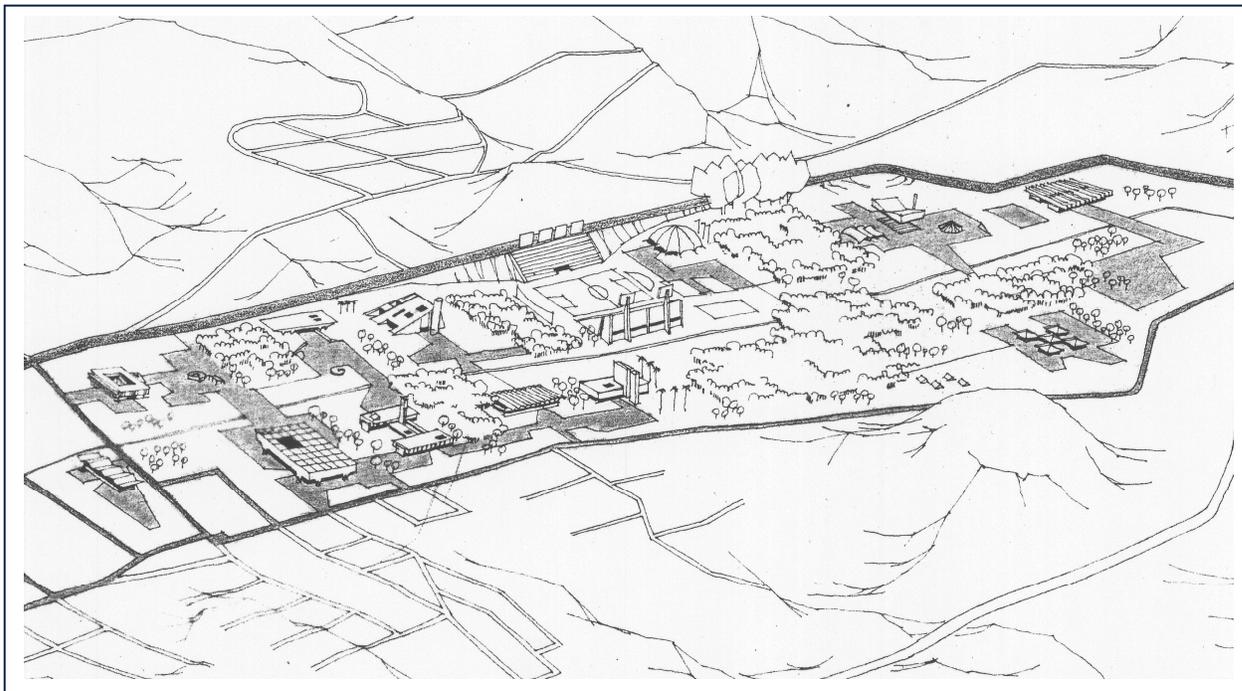
Fonte: Ruy Ohtake, 2011

A equipe apóia-se na idéia que o Parque Municipal seria o centro articulador da cidade, onde as vastas áreas verdes, freqüentemente desprezadas, teriam um papel contemplativo. Dentro deste Parque Municipal, Ohtake propõe a “reconstrução” da cidade, propondo uma série de edifícios que se “desenvolvam organizadamente”, limitados entretanto, a não mais que 5% do total da área. Paço Municipal, Fórum, Correios, Cadeia Pública, Estação Rodoviária, são exemplos de prédios públicos que seriam erguidos neste Parque, além de alguns serviços como Posto de Saúde, centro Médico Hospitalar. A destinação turística não foi negligenciada:

[...]reservando áreas para a construção de escolas nos convênios a estabelecer com o Governo Estadual; áreas que a Prefeitura reservará para Hotéis e restaurantes, venda de artesanato; cinema-auditório. (OHTAKE, 1968)

Se levada a efeito, a proposta apresentada promoveria grande impacto no município, promovendo sua desconstrução e reinventando seu destino. A promoção de Morungaba a categoria de Estância somente ocorreria em 1994, por projeto de Lei apresentado pelo deputado estadual Januário Mantelli Neto.

Figura 08 - Perspectiva das Obras de Arte para Morungaba – OHTAKE, 1968



Fonte: Ruy Ohtake, 2011

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES:

5.1 - Contribuições da abolição da escravatura na formação das primeiras

Estâncias: Na forma como foi concedida a abolição, sem a preocupação de inserção dos criados na sociedade, cuidando para que pudessem produzir dentro de suas limitadas possibilidades, acabou por marginalizar grande contingente de pessoas, que excluídas, agrupam-se em bairros urbanos periféricos, sem qualquer tipo de infraestrutura.

Os instrumentos legais e a Administração Pública (ou falta dela), confusos frente à bipolaridade estabelecida pelo quadro político, além da necessidade de arrecadação imposta pelo quadro econômico, acabaram por postergar decisões que colaboraram decisivamente para a degradação humana no ambiente urbano. São muitos os discursos que indicam o aumento da criminalidade, alcoolismo, miséria, enfermidades e mortes prematuras, tudo em meio à desorganização dos serviços, valores de hierarquia desiguais e ausência de cidadania.

As fugas do interior de São Paulo, em especial aquelas para o Quilombo Jabaquara, na cidade de Santos, colocam em rota inversa ex-escravos e imigrantes, ambos em precárias condições de saúde, dentro de um contexto urbano desprovido de condições sanitárias mínimas.

Este universo potencializou o desenvolvimento das endemias, que no final do século XIX e início do século XX, impôs pesadas perdas humanas não só no Estado de São Paulo. A criação das primeiras Prefeituras Sanitárias, (que como vimos no decorrer deste trabalho, precedeu as Estâncias na forma como são conhecidas atualmente) foi muito estimulada como medida mitigadora ao enfrentamento das enfermidades estabelecidas no universo apresentado.

5.2 - Contribuição da Industrialização na formação das primeiras Estâncias:

A industrialização em muito contribuiu para a degradação do ambiente urbano nas cidades. A mecanização da agricultura incrementou a produção de forma a torná-la capaz de abastecer os centros urbanos, o que impeliu a mão de obra excedente a

buscar a vida nas cidades, acelerando a expansão desordenada destas, com participação importante do êxodo rural.

A necessidade de absorver todo o contingente migratório, impôs condições desumanas a parcela significativa de pessoas, colaborando para o estabelecimento de condições insalubres. Em geral as regiões mais atingidas pelas epidemias, ainda que não se restringissem a estas, são as aquelas mais populosas e desprovidas da competente atenção do poder público.

Condições insalubres em fábricas, horários extensos e substituição de mão de obra qualificada por mão de obra barata, oprimem ainda mais.

5.3 - A contribuição da Imigração na formação das primeiras Estâncias: A imigração européia muito contribuiu para o crescimento da população no Brasil, entretanto, segundo Camargo (2001, p. 23) “[...] o crescimento urbano mais impressionante foi o da cidade de São Paulo, que passou de 23 mil habitantes em 1872 a 65 mil em 1890, a 240 mil em 1900 e 580 mil em 1920.”

O porto de Santos, ainda hoje, apresenta grande volume de movimentação, e naquele período representava o principal porto de chegada no País. Sua localização facilitou a expansão urbana da capital do Estado, submetendo esta, a um ritmo desordenado de crescimento.

O contingente migratório, em sua grande maioria, era constituído por pessoas submetida a grande pressão psicológica, precárias condições sanitárias, de saúde e nutrição, fatores que se somariam a outros, implicando no favorecimento da instalação das epidemias.

5.4 - A contribuição da economia na formação das primeiras Estâncias: Verifica-se que a economia baseada no café, fonte maior de geração de recursos, estruturava-se em duas parcelas interdependentes, o setor agrário, baseado no campo com a produção de café e alimentos, e do urbano com as atividades de financiamento, transportes, comercialização, industrialização, administração e exportação.

Desta integração dependia o mercado de trabalho, cuja colaboração dos

imigrantes europeus, com formação de qualidade superior à local, forneceu valiosa contribuição. Para atrair essa força de trabalho, era fundamental o sucesso das políticas sanitárias.

Melhores condições sanitárias de um lado, significavam uma garantia para o sucesso da política governamental de atração de mão de obra estrangeira, e de outro, impunham-se como uma necessidade de preservação do contingente ativo de trabalhadores, em um contexto de relativa escassez de oferta de trabalho.

Os recursos financeiros foram diminuindo ao longo do lento processo de abolição. As incertezas reduziram iniciativa e a capacidade de investimento. Os resultados do enfraquecimento da economia acabam por reduzir significativamente os investimentos em infraestrutura.

5.5 - A contribuição da saúde na formação das primeiras Estâncias: A melhoria da saúde relacionava-se com o desejo do Governo Central de atrair mão de obra estrangeira, dada sua melhor qualificação. As epidemias impunham pesadas perdas as populações em centros econômicos estratégicos e estes fatores forçaram o desenvolvimento de pesquisas, com o objetivo de enfrentamento das enfermidades.

A reorganização urbana e seu estudo viabilizaram o entendimento da forma como as epidemias se propagavam num cenário de caos urbano, em determinadas regiões. Sanear este cenário irá induzir ao pensamento criação de locais novos, isentos de enfermidades, seria possível.

Também foi desenvolvido todo um procedimento de análise em bases científicas, estruturadas à partir de normas internacionais, com resultados muito positivos num curto período de tempo.

5.6 - A contribuição das questões sanitárias na formação das primeiras Estâncias: A partir da necessidade de saneamento do ambiente urbano, os estudos provocaram o desenvolvimento da estrutura da Vigilância sanitária, numa forma muito parecida com a atual.

Muitos dos estudos desenvolvidos no período viabilizaram o convívio em comunidade. As relações construtivas se iniciaram através deste estudos. A aplicação de bases científicas tornou o estudo fonte de desenvolvimento para vários procedimentos de administração urbana, especialmente aqueles relacionados as prestações de serviços

5.7 - Considerações sobre o clima: A implantação das primeiras Estâncias em São Paulo refletia o caráter sanitário, daí a origem da primeira nomenclatura, priorizando a cura e tratamento de enfermidades pulmonares. O Estado de São Paulo possui condições climáticas distintas em relação ao restante da Federação, sendo caracterizada por uma zona de transição, com presença de seis tipos climáticos diferenciados. Classificar o clima pode depender do tipo de informação, seu volume e de quem precisa dela, gerando desta forma várias possibilidades de interpretação.

Os critérios legais observados para elevação de um município a condição de estância, são definidos pelo artigo 4º da Lei 10.426 de 08 de dezembro de 1971:

- I - Temperatura média das mínimas no verão, até 20°C.
- II - Temperatura média das máximas no verão, até 25°C.
- III - Temperatura média das mínimas no inverno, até 18°C.
- IV - Umidade relativa média anual até 60%, admitida a variação, para menos, de 10% do resultado obtido no local.
- V - Número anual de horas de insolação superior a duas mil. (ALESP, 2012)

Atualmente são apenas dez os municípios que detém o título, ainda que o Estado disponha de estações e postos meteorológicos em quantidade e qualidade suficientes para análises mais precisas e atualizadas.

A umidade relativa do ar varia de mínimos 60% em média para até 90%, com as regiões próximas do litoral mais úmidas decrescendo na medida em que nos afastamos dela. Os efeitos de massas polares podem ser mais sentidos na região central do Estado

Um olhar mais apurado indica que ainda outros municípios poderão estar enquadrados na medida em que diferenças médias de até 5,1º C, como entre

Nuporanga e Santo Antonio do Pinhal, indicam critérios bastante flexíveis. Aspectos como umidade relativa do ar fundamental a sensação de bem estar do homem, altera-se radicalmente na direção litoral-interior.

Foi percebida uma diferença média de altitude de 590 m entre Campos Novos Paulista e Santo Antonio do Pinhal, ratificando diferença de climas entre os dois municípios segundo a classificação climática de Köppen. Segundo esta classificação são sete os municípios classificados como Cwa, dois como Aw e um Cwf.

O menor volume de chuvas médio encontrado (1.349,6 mm) Analândia, contrasta com o maior (1.767,5 mm) de São Bento do Sapucaí em 417,9 mm.

6. CONCLUSÃO:

Faz parte da propositura inicial deste trabalho entender de que forma e em que contexto surgiram as primeiras Estâncias no estado de São Paulo. Vários foram os fatores que impeliram a administração pública do Estado a comungar da idéia de que o município criado a partir de circunstâncias favoráveis poderia “em tese” colaborar com a saúde pública e o bem estar de seus moradores ou freqüentadores.

A saúde da população debilitada com as várias epidemias que assolaram o país no período, em sua maioria, não tinham condições de acessar as dependência criadas por força de Lei, como pudemos verificar ao longo deste trabalho, o número de vagas era muito reduzido frente a elevada demanda da oportunidade.

As disputas políticas desde antes da independência retardaram em demasia o processo de pensamento e cuidado da coisa pública. Uma nação dividida entre monarquistas e republicanos incapazes de gerir a contento o processo de abolição, ao qual entenderam por bem que ocorresse de forma lenta e gradual.

Em sua grande maioria, os negros analfabetos e despreparados para o trabalho no regime de mão de obra assalariados, ainda que força motriz de uma nação por um longo período, acabaram por contribuir com a derrocada das condições sanitárias do período, na medida em que promoveram grande migração para o quilombo Jabaquara em Santos.

A Lei dos sexagenários e do Ventre Livre corroboram com as moléstias, face ao abandono a que foram submetidos os idosos e crianças recém libertas, isto sem considerar o pouco asseio, as práticas imorais, a infidelidade entre outras questões.

A industrialização sedenta de produção acelera o êxodo rural, trazendo o homem do interior para fábricas mal ventiladas, sujas e superlotadas, dando assim sua parcela de contribuição à deterioração das condições sanitárias. Muitas vezes as condições encontradas nas fábricas seriam apenas extensão do que se viva nas residências (cortiços).

A imigração que a princípio vem para suprir a escassez de mão de obra, busca na economia do café, um refúgio e encontra uma economia concentrada nas mãos de poucos. Não existem recursos financeiros disponíveis para que o estado possa realizar os investimentos necessários em infra estrutura. Por todo o lado realizam-se loterias, Leilões, barreias (pedágios) e outras formas de se angariar fundos para investimento estatal.

A quem escapa da febre amarela ainda resta a cólera, a malária, a febre tifóide e a peste bubônica, pelo menos, que se revezam a reduzir pela metade o contingente populacional, como foi o caso de Campinas. As cidades ainda não construídas já estão sendo reformadas, são bondes, trilhos, rede de esgotos e galerias em construção por toda parte.

Melhorar as condições sanitárias era medida urgente e necessária e a proposta de divisão em Distritos Sanitários, ganha força e se mostra eficiente, estrutura que ainda hoje é empregada pela ANVISA.

Parte da iniciativa privada a idéia de construção de sanatórios (Campos do Jordão), que notadamente tem um objetivo específico. Inadvertidamente o estado abraça a idéia e a torna extensiva a outras regiões do estado. Ainda hoje, no que toca as Estâncias o princípio é o mesmo, ou seja, a maior parte dos recursos parte do Governo do Estado, e como naquela época o que se verifica e que os resultados oscilam de acordo com a competência (ou não) dos gestores municipais.

Não é possível verificar atualmente a existência de redes entre as Estâncias afins. Não conseguimos identificar ao longo da pesquisa propostas pensadas de forma

regionalizada ou minimamente intermunicipal. As Estâncias à muito deixaram de ser sanitárias para se tornarem turísticas e nos parecem que os querem, os turistas, só para si. Não se pensa como indústria, não se planeja como indústria, não se concretiza como fonte de geração de recursos, além de algumas poucas que se ratificaram ao longo do tempo, ou ainda umas outras como eventos esporádicos.

O ministério do Turismo no Brasil, como se verifica ao longo do trabalho, estratificou as várias formas de turismo, buscando consegui-los com trabalhos específicos e bem cuidados, pelo menos é a estratégia pensada.

Das quatro formas de Estâncias possíveis para o Estado de São Paulo, detivemo-nos nas climáticas, por entender que sejam estas as que mais dúvidas apresentam em relação aos atributos. É possível verificar que muitas são as formas de classificação pelo clima, e que a região sudeste brasileira, especialmente o Estado de São Paulo, é onde a transitoriedade se dá de forma mais definitiva.

No caso de Morungaba verifica-se a existência de um Plano Diretor anterior, pensado com objetivo de explorar a capacidade turística da localidade, entremeada de morros, serras, belas paisagens e água de qualidade, que, entretanto não saiu da prancheta.

A gestão dos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado através do DADE, como nos outros casos verificados, depende também, da capacidade (ou não) de bem utilizá-los, já que não nos foi possível verificar a existência de um Planejamento de longo prazo.

Pelo tudo exposto verifica-se a necessidade de uma revisão dos critérios, com a elaboração de novo paradigma de caráter técnico, para que discrepâncias sejam avaliadas e corrigidas.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, M. de A. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação; Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro.** In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo, Edusp: 1994. p. 199-322.
- AMARAL, Antonio Barreto. **Dicionário de História de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 21.
- ANDRADE, C. R. M. de. **Projetos e obras do Eng.º Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX.** Revista Oculum Ensaios: Revista de arquitetura e urbanismo. Campinas. PUC – Campinas. 2002
- ANNAES do Parlamento Brasileiro - Camara dos Srs. Deputados, terceira sessão Vigésima Legislatura de 1888 Volume I, Imprensa Nacional RJ 1888, p. 52
- BAKOS, M. M. **Regulamentos sobre o serviço dos criados: Um Estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887- 1889).** Revista Brasileira de História. p. 95 – 103. Disponível em www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1860. 05/10/2012 - 6:51
- BARBOSA, Rui, **Emancipação dos Escravos - Relatório sobre o Projeto Nº 48 das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil da Câmara dos Deputados,** Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1884.
- BENEVIDES, I. P.; GARCÍA, F. E. S. **Imagens urbanas depuradas pelo turismo: Curitiba e Fortaleza.** In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo. Modernidade.** Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Extinção da escravidão no Brasil (Lei n. 3353 de 13 de maio de 1888).** Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Centro de Documentação e Informação –Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 14/09/2011 – 21:53
- BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO <http://www.bv.sp.gov.br>. Acesso em 13/04/2012 – 19:58
- BOMBASSARO, L. C.; PAVIANI, J. **As Fontes do Humanismo Latino: O sentido do**

humano na cultura brasileira e latino-americana. V. 3. Porto Alegre – EDIPUCRS – ISBN 85-7430-495-6 1ª EDIÇÃO 2004

BOULLÓN, R. **Planificación del espacio turístico.** México: Trillas, 1990 [1982].

BOYER, M. **História do Turismo de Massa.** Bauru: EDUSC, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. **Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832,** Brasil. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em 20/10/2012 9:16

BRASIL. Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850. **Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio.** Brasil. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em 20/10/2012 9:26

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. **Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta Lei e da outras providencias.** Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 20/10/2012 9:36

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. **Da condição atual dos escravos.** Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3270.htm. Acesso em 20/10/2012 20:26

BRASIL. **Lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886. Revoga o art. 60 do Código Criminal e a Lei nº 4 de 10 de junho de 1.835, na parte em que impõe acoites.** Brasil. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3310.htm. Acesso em 20/10/2012 21:26

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil** Brasil. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em 20/10/2012 9:267

BRASIL.Ministério do Agricultura. **Mapa da agricultura no Brasil**. Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/publicacoes>. Acesso em 21/12/2012

BROWN, F. **Tourism Reassessed: Blight or Blessing?** Oxford: BH, 1998.

BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**. 2ª Ed. v. 1 e v.2 Rio de Janeiro. Editora Globo. 1954

CAMARGO, L. S. DE. **Imigrantes Italianos em Itatiba**. 2º ed. BERTO Artes Gráficas Ltda., Itatiba. 2001.

CAMARGO, L. S. DE. **Imigrantes Italianos em Itatiba e Morungaba**. 1º ed. BERTO Artes Gráficas Ltda.Itatiba, 2003.

CARVALHO, J. M. de. **Construção da Ordem / Teatro das Sombras**. Disponível em:
<http://pt.scribd.com/doc/29288194/Jose-Murilo-de-Carvalho-Construcao-da-Ordem-Teatro-das-So>. Acesso em: 21/10/2012 - 14:04

CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura. **Dados Climáticos das Estâncias climáticas**. Disponíveis em:

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_099.html. Caconde

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_112.html - Campos Novos Paulista

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_152.html - Cunha

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_087.html - Bragança Paulista

Paulista

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_023.html - Analândia

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_360.html - Morungaba

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_382.html - Nuporanga

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_531.html - Sta Rita do

Passa Quatro

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_542.html - Santo Antonio do

Pinhal

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_546.html - São Bento do

Sapucaí

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. ISBN 85-7139-232-3

DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. **Estâncias** Disponível em: www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html. Acesso em: 15/05/2012 - 14:54

DEPREST, F. **Inquérito sobre o Turismo de Massa: a ecologia face ao território.**

Lisboa: Instituto Piaget, 1997

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo.** São Paulo, Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2004 [1962].

_____. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1999 [1974].

FERREIRA E SILVA, M. G. **A praia e o imaginário social: discurso médico e mudança de significados na cidade do Rio de Janeiro.** In: ROSENDAHL, Zeny; Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**, 2001.p. 183-206

FOUCAULT, M. **Aula de 14 de janeiro de 1976.** In: _____. **Em defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 27-48.

HOLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio para a Língua Portuguesa.** Versão Eletrônica.

HUBERMAN, Leo. **A História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro, 19ª edição, Zahar Editores, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: Informações Municipais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm> . Acesso em 15/10/2011

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia (Brasil). **Clima** Disponível em : [HTTP://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=clima](http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=clima). Acesso em: 25/04/2013

IPCC, 2012: **Glossary of terms.** In: **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation** [Field, C.B., V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner,

S.K. Allen, M. Tignor, and P.M. Midgley (eds.)). A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York, NY, USA, pp. 555-564

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002 [1970].

MACEDO, J. M. **As vítimas Algozes**. Domínio público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000124.pdf>. Acesso em: 21/10/2012 - 11:11

MARTINELLI, M. **Clima do Estado de São Paulo**, Confins [Online], 8 | 2010, posto online em 14 Março 2010, Consultado o 31 Agosto 2012. URL : <http://confins.revues.org/6348>. DOI : 10.4000/confins.6348

MIOSSEC, J. M. **L'Image touristique comme introduction à la Géographie du Tourisme**. Annales de Géographie, n. 473, 1977, p. 55-69.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo, Contexto, 2000.

OHTAKE, R. **O Plano Diretor de Morungaba**. Entrevista concedida em 21 de junho de 2012.

OHTAKE, R. **Projeto do Plano Diretor para o Município de Morungaba**. São Paulo, 1968

SOUZA, E. V. P. de, **Reminiscências em torno do Antonio da Silva Prado**, jornal O Estado de S. Paulo, 26 de fevereiro de 1940, transcrito em 1.º Centenário do Conselheiro Antônio Prado, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1946.

PIMENTEL, M. R. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 128-143, outubro de 2009.

PINTO H.S.; ZULLO Jr J. **Geadas: Condições de ocorrência e cuidados**. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/artigos-especiais/geadas.html> Acesso em 18/09/2012

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço - turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

REJOWSKI, M. (Org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. RISI Jr., J. B.; NOGUEIRA, R. P. (Coordenadores). **As condições de Saúde no Brasil**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/media/04-CSPB02.pdf>. Acesso em: 15/10/2011 - 23:45

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2000. 177p.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo. Modernidade**. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROLIM, G. de S.; CAMARGO, M. B. P. de; LANIA, D. G.; MORAES, J. F. L. de. **Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite e sua aplicabilidade na determinação de zonas agroclimáticas para o Estado de São Paulo**. *Bragantia*, Campinas, v.66, n.4, p.711-720, 2007

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SÃO PAULO. **Lei nº 11, de 24 de março de 1835. Cria barreiras**. São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.11,%20de%2024.03.1835.html>. Acesso em: 01/08/2011 – 14:32

SÃO PAULO. **Lei 1.723, de 30 de dezembro de 1919. Providencia sobre a construção e instalação de um hotel para veranistas e sanatório para tuberculosos, nos Campos do Jordão**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1919/lei%20n.1.723,%20de%2030.12.1919.htm>. Acesso em 19/10/2012.

SÃO PAULO (Estado). **Lei 2.140 de 01 de outubro de 1926. Cria uma Prefeitura Sanitária em Campos do Jordão e autoriza a aquisição de todos os bens pertencentes à Companhia Guarujá**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1926/lei%20n.2.140,%20de%2001.10.1926.htm>

SÃO PAULO (Estado). **Lei 10.426 de 08 de dezembro de 1971. Estabelece requisitos mínimos para a criação de Estâncias**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1971/lei%20n.10.426,%20de%2008.12.1971.htm>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – **DADE, Manual de Convênios**. São Paulo. 2012.

Disponível em: <HTTP://www.turismo.sp.gov.br/dade/manual-de-convenios-com-dade.html>. Acesso em 22/02/2012

SÃO PAULO (Estado) – Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias – **DADE. Estâncias**. São Paulo. 2012. Disponível em:

<HTTP://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>. Acesso em 18/05/2012 - 20:41

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – **Histórico Municipal de Campos do Jordão**. Disponível em:

http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_97.pdf Acesso em: 24/05/2013.

SECRETARIA DE TURISMO - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE. (São Paulo). **Manual de Convênios**. São Paulo. 2012. Disponível em:

<http://www.turismo.sp.gov.br/dade/manual-de-convenio-com-dade.html>. Acesso em 15/06/2011 – 20:11

SECRETARIA DE TURISMO - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE. (São Paulo). **Estâncias**. São Paulo. 2012. Disponível em:

<http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>. Acesso em 18/08/2012 – 19:30

SENADO FEDERAL (Brasil). **Sociedade e Historia do Brasil – Do cativo a liberdade**, pg. 23. Instituto Teotonio Vilela,.Brasilia (2000). Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550> Acesso em 13/03/2011 – 23:14

SESSA, A. **Elementi di Sociologia e Psicologia del Turismo**. Roma: CLITT, 1978.

SETZER, J. **Atlas climático e ecológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: CIBPU, 1966.

SILVEIRA, M. L. **Da fetichização dos lugares à produção local do turismo**. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo. Modernidade**; Globalização. 3 ed. – São Paulo: Hucitec, . 2002.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979 [1903].

- STANCIK, I.; STANCIK, M. A. **A febre amarela antes do mosquito: miasmas e contágio nos manuais de medicina popular do século XIX**. História Social, nº 16, primeiro semestre de 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/238/224>
- TEIXEIRA, L. A. **Da transmissão hídrica a culicidiana: a febre amarela na sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo**, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 217-242. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 12/04/2011.
- URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. S. **Antecedentes das viagens e do turismo**. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- WESTPHAL, M. F. **O Movimento Cidades / Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 39-51. ISSN 1413-8123.
- WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1979 [1938]